



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 112

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 14 DE SETEMBRO DE 1985

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1985

Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 152.711.060 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 152.711.060 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros), correspondente a 86.000 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,51, vigente em maio de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de galerias pluviais, meios-fios e sarjetas, construção de duas lavanderias públicas e modernização do sistema de coleta e tratamento de lixo, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de setembro de 1985. — Senador **José Fragelli**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 88, DE 1985

Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 6.812.900.380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 6.812.900.380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros), correspondente a 514.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 13.254,67 vigente em julho de 1984, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução de obras do projeto CURA, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de setembro de 1985. — Senador **José Fragelli**, Presidente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 169ª SESSÃO, EM 13 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 206/85 (nº 442/85, na origem), restituindo autógrafo de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 265/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que disciplina a aplicação da equivalência salarial do pagamento das prestações na aquisição da casa própria, e dá outras providências.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 347/85, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1985.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR HERÁCLITO ROLLEMBERG — Problemática nordestina.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Inclusão em Ordem do Dia de projeto de lei que menciona.

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Falecimento do Almirante Augusto Rademacker.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Posicionamento do Governo a respeito do movimento grevista dos bancários.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 239/84 (nº 3.739/84, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor

Presidente da República, que cria cargos de Procurador Militar de 2ª Categoria na carreira do Ministério Público da União junto à Justiça Militar e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 89/85, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo de autoria de Dom Eugênio de Araújo Sales, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 26 de junho de 1985, sob o título "A Igreja e a Reforma Agrária Brasileira". **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 345/85, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 45/84 (nº 3.858/84, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a transferência da participação da União Federal no capital da Companhia Nacional de Alcalis. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 20/84, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade no caso de despejo. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 231/83, que dispõe sobre a concessão de amparo previdenciário aos filhos dos trabalhadores rurais desde que inválidos ou portadores de defeitos físicos ou congênitos. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 84/85 (nº 3.631/84, na Casa de origem), que autoriza a emissão de selo comemorativo do Centenário de Nascimento do poeta piauiense Antônio Francisco da Costa e Silva. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CESAR CALS — Considerações sobre palestra proferida pelo Sr. Ministro Roberto Gusmão no plenário do Senado, no último dia 11.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, como Líder — Projeto Nordeste.

SENADOR ROBERTO WYPYCH — Defesa da criação de escolas agrícolas no Paraná.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo ao Governo Federal em favor do envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que vise amparar expulso desempregados.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Artigo de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no jornal *Correio Braziliense*, de 11 do corrente, sob o título *Contestação perigosa*.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 10 de agosto último, de autoria do Deputado Sebastião Nery, intitulado *Em defesa do Congresso*.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 212, de 1985

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 169ª Sessão, em 13 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli,

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Virgílio

Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Heráclito Rollemberg — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafa de Projeto de Lei sancionado: Nº 206/85, (nº 442/85, na origem), de 11 de setembro de 1985, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1981 (nº 6/79, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.363, de 11 de setembro de 1985).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a Mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, de 1985

"Disciplina a aplicação da equivalência salarial no pagamento das prestações na aquisição da casa própria, e das outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A equivalência salarial no pagamento das prestações decorrentes de financiamentos para aquisição de casa própria, pelo Sistema Financeiro da Habitação, rege-se pelo disposto nesta lei.

Art. 2.º Para efeito de aplicação do critério da equivalência salarial, o atual mutuário apresentará à instituição financeira, diretamente ou através de seus agentes, certidão fornecida pelo respectivo empregador da qual constem os percentuais de aumentos salariais ocorridos, desde a data da escritura de compra do imóvel objeto do contrato de financiamento.

Art. 3.º Os percentuais apurados na forma do disposto no artigo anterior serão confrontados com os índices de aumentos aplicados nas prestações do financiamento, procedendo-se em caso de diferença percentual, na forma prevista nos §§ 1.º e 2.º deste artigo.

§ 1.º Quando os percentuais de aumentos das prestações tiverem sido superiores aos percentuais de reajustes salariais, no período confrontado, a diferença será devolvida ao mutuário em doze (12) prestações iguais e mensais, sem qualquer acréscimo de juros ou correção monetária.

§ 2.º Quando as prestações a pagar estiverem em valor inferior, o ressarcimento em favor da instituição financeira far-se-á em igual número de prestações iguais e mensais, também sem juros ou correção monetária.

Art. 4.º As prestações de amortização dos financiamentos para aquisição de casa própria, sejam quais forem os órgãos financiadores, não poderão ter valor superior ao índice de aumento de salário do mutuário, devendo entrar em vigor dois meses depois do aumento salarial, no caso de reajuste salarial anual ou semestral inferiores a seis meses.

Art. 5.º A presente lei não alterará os contratos existentes.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Inobstante as várias tentativas do Governo, tanto em anos passados quanto na Nova República, de adequar o funcionamento do Sistema Financeiro da Habitação às possibilidades de seus mutuários, o fato é que até o momento não se conseguiu o desejado equilíbrio desse mecanismo.

Ainda recentemente, após demorados estudos dos novos técnicos chamados a resolver a momentosa e preocupante questão da avantajada inadimplência no setor, o que se colheu de positivo foi quase nada, com os mutuários e suas várias associações de classe a manifestarem a mesma generalizada insatisfação de antes.

De fato, temos verificado que nem mesmo os agentes financeiros estão tendo argumentos convincentes para que os mutuários façam a opção semestral (que, segundo os ditos técnicos, é muito mais vantajosa) e, por outro lado, os aumentos de 246% não estão sendo suportáveis pelos não optantes, levando-os, em grande contingentes, a procurarem o caminho da Justiça para a busca do respeito às cláusulas da equivalência salarial.

Ao Congresso Nacional cabe, portanto, neste momento de dificuldades, proporcionar solução para o grave problema, o que esperamos seja conseguido com a aprovação do presente projeto de lei.

O que se quer, em suma, é um disciplinamento correto para os percentuais que devem incidir sobre os reajustes das prestações da casa própria, pondo fim ao descontentamento que se implantou no País com a chamada opção que o BNH e outros órgãos vêm buscando conseguir dos mutuários.

Para isto torna-se necessário um encontro de contas, apurando-se os percentuais aplicados nas prestações com os percebidos pelos mutuários. Apurado o resultado, as prestações, sejam anuais, semestrais ou outra modalidade qualquer que venha a disciplinar os reajustes dos mutuários, devem disciplinar os percentuais iguais para as prestações do adquirente.

Teremos com este comportamento, de fato, a aplicação da equivalência salarial, pondo fim a tanta inquietação nos lares de milhões de brasileiros e além de aliviar a Justiça de tão volumoso número de processos, tornará a relação entre mutuários e Agentes Financeiros harmoniosa e construtiva.

O projeto constitui, por fim, uma contribuição que acreditamos proveitosa, à Comissão Especial designada pelo Executivo para estudar a solução desse grave problema, que atinge a centenas de milhares de mutuários.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1985.
— Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 347, de 1985

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1985.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1985. — Gastão Müller.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte, nos termos do art. 375, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Rollemberg.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Nordeste brasileiro continua aguardando as ações que lhes foram prometidas pela Nova República. Ações objetivas, ágeis, capazes de alterar a face sofrida do bravo povo nordestino.

Aguardando, enquanto convive com seus múltiplos e sérios problemas que vêm desafiando a inteligência e sensibilidade das autoridades brasileiras ao longo da história do Brasil. No entanto, enquanto aguarda o melhor, o homem nordestino vê escapar a esperança e mergulha na incerteza de uma política indefinida que tanto no plano federal, pela União, como nos dos Estados, em nada concretizam as antigas e mais justas aspirações regionais.

Autoridades têm dito, repetidamente, que o Nordeste é a maior das prioridades nacionais. Mas a realidade está a indicar que o Governo ainda busca um entendimento melhor para a região nordestina, ao elaborar uma minuta de plano — uma política de desenvolvimento para o Nordeste como uma proposta para discussão.

Sabe-se que o primeiro PDN da Nova República está sendo previsto para entrar em pauta em 1986 e a vigorar até 1989. É através dele, segundo os dirigentes da SUDENE, que se efetivará a prioridade nordestina no contexto do desenvolvimento nacional. As discussões estão se processando e as sugestões, ao serem consolidadas, darão, na verdade, um outro plano a ser executado nos próximos quatro anos no Nordeste.

Tem sido mesmo assim, de forma cíclica, o tratamento dado pelo Governo federal ao Nordeste. E se é verdadeiro que ao longo de todos os programas executados na região houve uma resposta em termos de crescimento, é ainda muito verdadeira e penosa a situação da gente nordestina, a mais pobre e injustiçada de todo o País.

Presentemente, estão em curso no Nordeste, além da discussão em torno do primeiro plano de desenvolvimento, ações dos Governos estaduais, de combate às secas, e o Projeto Nordeste, mais especificamente a parte em que está sendo transformado o programa de apoio ao pequeno produtor. Em perspectiva, também para a região, o projeto de irrigação prometido nos primeiros dias do Governo do Presidente José Sarney.

Cada uma das ações em curso no Nordeste merece reflexão.

É válido e até mesmo louvável que a SUDENE lance ao debate público a sua proposta de plano, a partir de uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Mas, de certa forma, a situação de penúria em que vive toda a população nordestina exige mudanças já, para que não mais sejam proteladas as ações restauradoras da dignidade dos que vivem e sobrevivem naquela região.

O Sr. Cesar Cals — Permite v. Exª um aparte?

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Pois não, ouço com muito prazer o aparte de V. Exª, nobre Senador Cesar Cals.

O Sr. Cesar Cals — Nobre Senador Heráclito Rollemberg, V. Exª traz, aqui, um pronunciamento sobre a esperança do Nordeste com o pagamento da promessa que os neo-republicanos fizeram nos palanques. Na realidade, eu diria que no Nordeste há uma desesperança que é confirmada, porque o que nós vemos é o Presidente da República, um nordestino que conhece as nossas dificuldades e sabe que ou fazemos com Sua Excelência ou temos menos esperança ainda — é como disse o nobre Senador Lomanto Júnior: "Ou agora ou nunca" — Sua Excelência lança o Projeto Nordeste, vem o Sr. Ministro do Interior, aqui, e não sabe nada sobre esse Projeto S. Exª só deu uma frase que V. Exª repete aí: "O apoio ao pequeno produtor rural," — é uma frase de palanque. Mas V. Exª deve ser um homem feliz, porque disse que, no seu Estado — Sergipe, há uma discussão sobre Plano de Desenvolvimento do Nordeste, o primeiro PDN da

Nova República e que os Governos estaduais estão discutindo. No meu Estado, lá no Ceará, o Governador só pensa em política e no abuso do poder de governo para fazer o seu candidato a Prefeito da Capital. Veja como Sergipe é realmente um Estado venturoso em relação ao Ceará, porque existe uma discussão sobre desenvolvimento, enquanto que, no Ceará, há somente ameaça de demissão, pois o Governador só quer fazer politicagem, usando e abusando do poder de governo, em busca de eleger o candidato que, por si, já é uma violência com a opinião pública. Mas, em tese, V. Ex^a tem razão; o Nordeste precisa realmente se transformar na verdadeira prioridade de atos e não de palavras.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Agradeço as palavras do nobre colega Senador Cesar Cals. Mas eu me referia à proposta que está sendo examinada na SUDENE e não em Sergipe: em Sergipe está ocorrendo exatamente aquilo que ocorre no Ceará. Está-se fazendo uma politicagem baixa e usando os recursos do Governo para favorecimentos a prefeitos do interior do Estado no sentido de motivar a campanha na Capital.

O Sr. Martins Filho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Martins Filho — Nobre Senador, infelizmente, nem Sergipe nem o Ceará têm o privilégio de ter governadores que agem dessa maneira; no meu Estado, o sofrido Rio Grande do Norte, o Governador faz pior ainda. Há poucos dias, recebi cópia de um telex, encaminhado pelo Governador ao Ministro do Interior, comunicando que havia repassado determinada quantia para uma Prefeitura governada pelo PMDB. E o pior, Sr. Senador, é que essa importância não foi destinada ao Município. Denunciei ao Ministério do Interior; denunciei à SUDENE; denunciei ao Senhor Presidente da República; fiz, inclusive, um ofício ao SNI, denunciando esses desmandos, porque se ele afirmou que havia repassado aquela importância para determinado município e não o fez, certamente essa importância foi desviada. É necessário que a Nova República chegue ao Nordeste, e também faça coibir esses abusos que estão sendo cometidos ali. Refiro-me, particularmente, ao Rio Grande do Norte, onde estamos vivendo muito pior. A Velha República, hoje, nos causa saudade em relação ao desmando que o Governador do Rio Grande do Norte está cometendo lá no nosso sofrido Rio Grande do Norte. Por isso, é necessário que a Nova República, sob o comando do Presidente José Sarney, apure essas denúncias. Porque se o Governador disse que havia repassado importância para uma prefeitura e não a repassou, onde está essa importância? Vou citar o município — é Umarizal. Tenho cópia do telex, em que S. Ex^a afirma que havia repassado determinada importância para a prefeitura e não a repassou. Então, cabe ao Presidente da República — porque são recursos do Governo Federal — apurar onde está a verdade — se, realmente, o Prefeito recebeu aquela importância, deve pagar pela sonegação da mesma. Mas se o Governador não a repassou, deve ser punido pela falta de honestidade.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Agradeço o aparte do nobre Senador Martins Filho. Isso é regra geral, Senador. Lá em Sergipe, o Governo recebeu ajuda financeira do Governo federal, para as enchentes, onde estavam previstos 8 bilhões de cruzeiros para a Capital. O próprio Prefeito reclamou, recentemente, esses 8 bilhões de cruzeiros.

Retornando ao tema, Sr. Presidente:

A discussão deve ser para representar o princípio das decisões democráticas, permanente, fazendo com que os diversos segmentos do povo nordestino sejam ouvidos em seus Estados e municípios, em suas comunidades e em suas organizações de trabalho ou de classe. O debate é útil e serve à elaboração de qualquer plano, mas a realidade de hoje está a querer queimar as etapas, para ainda, que seja emergencialmente, estabelecer um princípio de ação em favor do Nordeste, enquanto não são praticadas as providências definitivas.

O superintendente José Reinaldo Carneiro Tavares conhece a região e pode levar a SUDENE a atuar já, en-

quanto seus técnicos recolhem as opiniões e sugestões e consolidam e documentam que subsidiarão o plano com o qual o Governo Federal intervirá na região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, irrigação tem sido apontada, em várias partes do mundo, como solução para vencer a falta de chuvas regulares. O governo federal tem a intenção de irrigar vasta área do Nordeste, com vistas a desenvolver programas de produção de alimentos, semelhantes aos que, experimentalmente, a CODEVASF e empreendimentos particulares realizam na região. No entanto, entre o querer e o fazer governamental há um tempo que altera a realidade nordestina. Altera a vida dos que padecem sem comida. Altera a face de uma agricultura que não tem caminho definido. Altera a expectativa dos sem-terra, dos que aguardam a reforma prometida da estrutura agrária.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Com muita honra, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Nós não vamos abordar neste aparte o Projeto de Nordeste, porque a própria SUDENE é a primeira que reconhece que tem muita coisa a ser modificada nele para torná-lo exequível. Após a Ordem do Dia falemos, mas o assunto no momento, percutido por V. Ex^a é irrigação. Quem meteu na cabeça da Presidência da República — não dizemos nem do Presidente — que pode o Sarney irrigar no seu Governo 1 milhão de hectares no Nordeste? O cidadão que disse isso, deveria temer ser demitido imediatamente. Para V. Ex^a ter idéia: quando foram instituídos o PIN e o PROTERRA, no tempo do tão causticado autoritarismo, apareceu o Programa, semelhante, para quatro anos, comprometendo o décimo dessa quantidade. Então, em quatro anos, com mil hectares irrigados. Para isso, se assinalavam recursos e mais recursos do PIN e do PROTERRA, que sabe V. Ex^a não foram, a não ser numa parcela mínima, aplicados nesse setor. Mas, como pensar em com os recursos disponíveis? Sabe V. Ex^a que o Projeto Nordeste, pela sua concepção, para a contrapartida brasileira, absorve todos os recursos — vamos resumir, a não ser que novo Decreto mude — do PIN, do PROTERRA, do Projeto Sertanejo, do Polo Nordeste, do PROCANOR, só para citar; em suma, dos projetos existentes na nossa Região. Pois como — já é pura questão de aritmética — nem nos recursos nem no tempo dá. O exemplo passado já mostrou. Ou se o executava ou se joga tudo disponível no Programa do Pequeno Produtor. Não vamos lhe tomar mais tempo. Oportunamente, hoje, ou segunda-feira, examinando o orçamento da União, vamos mostrar em que fases absolutamente movediças estão assentadas essas informações quanto ao Projeto Nordeste, e quanto à irrigação tão decantada de um milhão de hectares em seis anos, ou melhor, em cinco.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Agradeço ao nobre Senador Virgílio Távora o aparte, que veio ilustrar, mais ainda, o pronunciamento que faço na tarde de hoje, não só o aparte de V. Ex^a mas também o dos Srs. Senadores que o antecederam.

Prossigo:

Tais retardamentos implicam em revelar a hesitação do Governo em enfrentar a questão nordestina, como que um receio de tocar numa organização agrária feudal, medieval, que tem isolado o Nordeste do resto do Brasil, deixando-o a mercê da caridade pública e dos repasses paliativos da união para os Estados e municípios, para atenuar, sem resolver, os problemas pendentes. E se hesita, o Governo dá o testemunho do seu despreparo para o grande desafio de tratar a questão nordestina sob o ângulo da prioridade do País.

Estranho é que, enquanto o governo prepara o seu plano para a região e anuncia projeto de irrigação em larga escala e promete uma reforma agrária, o Nordeste entre num consórcio internacional como cliente, sob a intervenção do Governo Federal, do Banco Mundial. O Projeto Nordeste chega como uma prótese na boca da região, para mostrar na aparência o riso bonito dos seus filhos, enquanto adia o tratamento definitivo de todas as suas doenças.

De repente, nos Estados nordestinos, os governadores de alguns deles fazem festa com os dólares do Banco Mundial, antevendo edifícios para sediar as fundações e

órgãos fundiários, para compra de frotas de carros, para custeio de atividades que dificilmente mudarão a vida dos nordestinos. A vinda de recursos do Banco Mundial está entendida na sua constatação de que estava se agravando o problema da pobreza no Nordeste tal informe já a SUDENE havia conferido em seus levantamentos e trabalhos. Unidos, SUDENE e Banco Mundial, pensaram em alguma coisa que pudesse elevar as condições de milhares de famílias da região, principalmente arrendatários, parceiros, assalariados e trabalhadores rurais ocupantes de glebas nos Estados jurisdicionados pela SUDENE.

No momento, ante mesmo que o Banco Mundial libere os recursos contratados, surgem as críticas ao Projeto Nordeste, notadamente aquelas que evidenciam a sua transformação num só programa, o de apoio ao pequeno produtor, o DAPP. Críticas ao autoritarismo do projeto, críticas ao fato do Nordeste transformar a SUDENE apenas num órgão repassador. Críticas pelo temor de vê-lo transformado num novo Polonordeste, que beneficiou os governantes em suas administrações mas que em pouco serviu ao homem do campo nordestino.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Com muita honra.

O Sr. Lomanto Júnior — Cumprimento V. Ex^a, Senador Heráclito Rollemberg, pelo seu pronunciamento. É mais um grito de angústia que se vem repetindo nesta e na outra Casa, apenas para significar, pois somos apenas intérpretes e V. Ex^a, neste momento, estanal que reputo salvadora do Nordeste. A única fórmula para se fazer alguma coisa de concreto para aquela Região é regionalizar o orçamento; fixar um percentual e obrigar o Governo que, sujeito a todas as pressões dos Estados mais ricos, não tem condições de voltar as suas vistas para a nossa desgraça, para a nossa miséria. Está é a dura realidade! Nós só servimos para a hora das eleições. O Nordeste só é chamado naqueles momentos em que precisa dar contribuição para salvar o País, para isso e para aquilo. Mas, na hora de se pensar em salvar o Nordeste, é aquele eterno prometer, aquela angústia que já se vem transformando, como acabei de afirmar, em desespero. Então, terça-feira, vamos fazer a reunião da Comissão encarregada de estudar a emenda. O Senador João Lobo já deu um parecer magistral, a acolhendo. Se nós somos 30% da população brasileira, se não somos "peso morto", pois, enquanto o País tomou empréstimo para outras Regiões e sacrificou a Nação, nós, todos os anos, oferecemos a nossa contribuição com a sobra de divisas para ajudar o País a pagar as suas dívidas, quando nos estamos exaurindo, quando nos estamos esgotando, quando o Nordeste chegou às raias do desespero. Parabéns a V. Ex^a pelo seu discurso! Vamos aprovar esse 30% para o Nordeste e obrigar o Governo, durante 30 anos, a aplicar 30% da receita tributária nacional no Nordeste. E é a menor receita que o País tem, se considerarmos as outras receitas, como as das estatais, que não vão para lá, que não se empregam na nossa Região. Portanto continue a repetir: o Presidente José Sarney tem uma grave responsabilidade. Pela primeira vez um nordestino chega, diria mesmo pela vontade do povo, porque através do Colégio Eleitoral que, embora muitos considerassem espúrio, representava o pensamento do povo, chega o Senhor José Sarney, nordestino, à Presidência da República. Confiamos nele, mas quero deixar aqui aquela frase que para mim significa, sem dúvida alguma, um látego neste País insensível com os problemas do Nordeste: "Ou agora, ou nunca, Sr. Senador!"

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Agradeço a aparte do nobre Senador Lomanto Júnior, profundo conhecedor dos problemas do Nordeste, que no decorrer de sua vida pública sempre tomou posição a favor das justas reivindicações da Região.

Mas, continuando, Sr. Presidente:

As críticas mais contundentes dão conta que, em média, apenas 30% dos investimentos poderão beneficiar, diretamente, o produtor rural e lhe dá acesso à terra. Os restantes 70% serão utilizados em custeio, com prioridade para pagamento de pessoal, compra de carros, construção de sedes de fundações e institutos de terras, dentre outros gastos. Os levantamentos aerofotogramétricos, fundamentais à região, indispensáveis para a distri-

buição de terras, não estão incluídos nas despesas do projeto, pelo menos em muitos estados nordestinos.

A situação faz com que o nordeste tenha ainda que esperar, pois o Banco Mundial continua aguardando que o Governo brasileiro atenda aos requisitos do projeto para então liberar as verbas já contratadas para os estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Como é possível observar das informações que trago a esta Casa sobre o projeto nordeste, a minha região continua aguardando que sejam concretizadas as ações que estão sendo anunciadas. Aguardando, é bom que se diga, para que o País não esqueça, debaixo de todas as dificuldades. Pois a realidade ainda é muito desfavorável àquela porção da Nação brasileira.

O quadro nordestino continua dramático:

- 66% das crianças entre 1 e 5 anos são desnutridas;
- 17 mil casos novos de tuberculose são registrados por ano;
- 93% da força de trabalho agrícola não tem carteira profissional assinada;
- 55% da população economicamente ativa ganha menos de 1 salário mínimo;
- 107,2 crianças morrem em cada grupo de 1 mil nascidas vivas;
- no nordeste rural, 64,4% dos habitantes são analfabetos.

Nas regiões metropolitanas nordestinas estão sendo registrados os mais altos índices de desemprego de todo o Brasil.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Humberto Lucena — Levo a V. Exª a minha total solidariedade às suas palavras que, neste instante, analisam com rara profundidade os problemas nordestinos. Cumungo inteiramente do ponto de vista de V. Exª e acho que nós, da Região, devemos nos unir cada vez mais no sentido de encontrarmos caminhos que nos levem à verdadeira redenção do Nordeste. Acredito piamente que esse chamado "Projeto Nordeste", desde que seja corrigido nas suas distorções pelo Congresso Nacional, venha a ser um passo importante no soerguimento da nossa região.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Agradeço as palavras do nobre Senador Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Humberto Lucena, que veio apoiar as palavras de um nordestino que quer dar a sua contribuição também aqui nesta Casa, em favor das soluções mais urgentes em prol daquele povo.

Tais dados, dentre tantos que podem ser citados sobre o Nordeste, alimentam as preocupações das lideranças políticas nordestinas que querem, em nome do povo, ver resolvidos os problemas aflitivos que estigmatizam a região.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) (Fazendo soar as campanhas) — Solicitaria a V. Exª não conceder mais apartes, porque já está para terminar o seu tempo.

O SR. HERÁCLITO ROLLEMBERG — Pois não, Sr. Presidente.

Aqui venho imbuído dos sentimentos da minha gente sergipana, parte da gente nordestina, para traçar este quadro que ainda é indefinido, impreciso e incerto para com o Nordeste que esperava ser, com a Nova República, a pedra de toque das transformações nacionais.

Não é possível mais admitir que o povo nordestino seja ainda obrigado a conviver com uma realidade adversa, cruel, injusta e humilhante. O Brasil reclama pra o Nordeste uma saída. Não uma retórica como as que estão perdidas nas páginas da História. Mas uma efetiva e concreta ação que promova a região a partir da sua estrutura agrária, levando o Nordeste a produzir e a concorrer na formação da riqueza nacional e, principalmente, a participar da distribuição da renda do País, auferindo o justo prêmio pelo seu trabalho e pelo heroísmo da sua sobrevivência em paz.

Citei as intenções do Governo em promover debate sobre o plano da SUDENE, em pensar na irrigação como meta, ou ao contratar com o Banco Mundial os re-

ursos para o Nordeste. Citei muito a propósito, porque nenhuma das ações foram praticadas ou concretizadas. O Nordeste continua sofrendo, e a sua população privada de uma vida decente e digna.

E quando falham as ações maiores, aquelas capitaneadas pelo Governo Federal, falham também as ações estaduais, dos projetos grandiosos que não têm sustentação prática e não são viáveis, como vem ocorrendo em meu Estado, com o chamado Projeto Chapéu de Couro, concebido para salvar o agreste e o semi-árido sergipano e que na verdade o que faz é distribuir ambulâncias para que as prefeituras do interior sejam fortalecidas em seu clientelismo.

Os anúncios de panacéias para o Nordeste têm sido um duro e penoso engano. Assim como o Projeto Chapéu de Couro não tem protegido a cabeça das famílias sergipanas, outros projetos, fundados nas mesmas bases, fracassaram em toda a região. No centro do fracasso, a salinização das águas dos poços e açudes, inviabilizando investimentos, causando prejuízos e atrasando soluções.

Apesar de o IPT indicar os meios corretos para a pesquisa, a captação e o armazenamento de água no Nordeste, alguns Estados insistem em executar projetos que terminam custosos, não resultam em benefícios para as populações crédulas e esperanças. O problema da água no Nordeste precisa ser melhor compreendido, bem como o flagelo da seca.

A verdade histórica aponta que a seca, muitas vezes, tem sido um escudo pelo qual o poder derrama a sua omissão diante do Nordeste. Vem desde o Império, quando Dom Pedro II, em prantos, prometeu empenhar as jóias da coroa para que nenhum nordestino continuasse a passar fome. Sua Majestade estava constrangido com os danos da seca de 1877 que matou mais de meio milhão de nordestinos. Outras autoridades já choraram para o povo do Nordeste, para jornalistas e para as câmaras de televisão, mas nem por isto a região deixou de continuar sofrendo com as secas e com as enchentes que ciclicamente a atingem.

O normal, é que os anos sejam chuvosos. Os registros indicam que em todo o século XVII as secas foram 7, no século XIX foram 6, e no nosso século, até agora, também foram 7, algumas de fraca intensidade, outras bem mais fortes e onerosas. Uma região com um terço da população do País não pode ser dobrada por fenômenos que ocorrem, em média, de 15 em 15 anos, e que podem perfeitamente ter minimizados os seus efeitos.

O que tem faltado é sinceridade de propósito, é senso de responsabilidade diante da vida humana que habita o Nordeste e que já deu, pelo trabalho, pela resistência, pela riqueza da terra, parte do regalo do Brasil; o que tem faltado é vergonha por parte dos que continuam querendo enganar e industrializar as oportunidades, tirando proveito pessoal da miséria e do atraso dos nordestinos.

Está comprovado, segundo dados do IPT, que 60% do solo nordestino é formado por rochas cristalinas maciças e de baixa permeabilidade, o que dificulta a penetração da água de chuva, que se concentra apenas nas fraturas das rochas. A pequena vazão dos poços, também se sabe, do cristalino, aliam-se a uma alta salinidade, superior a 2 mil miligramas por litro, das águas acumuladas nas fraturas e a progressiva salinização dos açudes, tornando inviáveis, em algumas áreas, a açudagem e a perfuração de poços.

No entanto, demagogicamente, alguns governadores, como o de Sergipe, insistem em investir recursos sem limites, sem levar em consideração os informes técnicos e científicos e os aconselhamentos que órgãos do porte e da competência do IPT dão de público quando tratam da questão da água para o Nordeste. A solução tem necessariamente que passar pela identificação dos solos, ou pecará e cairá no vazio da inviabilidade, frustrando as esperanças das populações nordestinas e adiando ainda mais as verdadeiras soluções para os já muitos velhos problemas do Nordeste.

Assim como não tem faltado emoção aos dirigentes do País, quando o tema central das preocupações é o Nordeste, também não tem faltado a organização de debates, como este que a SUDENE está realizando no momento, em Recife, para consolidar em documento o que foi discutido nos diversos Estados nordestinos. Basta lembrar a reunião eclesástica de 1952, em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, que considerou a situação do médio e

do baixo São Francisco e examinou, por extensão, o quadro nordestino. Digno de menção foi o Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Recife em agosto de 1955, que motivou o Presidente JK, então candidato, a assumir compromissos com a região, mais tarde honrados com a Operação Nordeste — OPENO — e com a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste — COPE-NO. Em 1959, em plena campanha sucessória presidencial, os governadores nordestinos assinaram, também em Aracaju, uma carta pela qual destacavam a prioridade para o Nordeste, imediatamente assumida pelo candidato udenista Jânio Quadros.

As intenções têm sido as mesmas, como os mesmos têm sido os índices alarmantes de decomposição da dignidade da gente nordestina. O Nordeste não pode mais esperar e cobra, por meu intermédio e de tantos outros que nesta Casa e na Câmara Federal lançam o brado da justiça para uma região que tudo tem dado para o progresso do País, e na qual continua vivendo, debaixo de todas as dificuldades, uma porção da população brasileira.

O Nordeste precisa de ações porque de promessa ele mais parece uma imensa Santa Cruz, na qual seguidamente são colocados os ex-votos do seu martírio. A Nova República está em débito e deve honrar o seu compromisso, em nome da sinceridade e da honra nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encareço a V. Exª que o projeto nº 267 de 1973, de nossa autoria, dispoendo sobre a não-aplicação dos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, seja colocado na Ordem do Dia.

Agradeço antecipadamente a devida atenção para tal solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A solicitação de V. Exª será tomada em toda a consideração.

O Sr. Amaral Peixoto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao eminente Senador Amaral Peixoto para uma breve comunicação.

O SR. AMARAL PEIXOTO (PDS — RJ. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Venho comunicar à Casa o falecimento, há poucas horas, na cidade do Rio de Janeiro, do Almirante Augusto Rademaker, um dos mais brilhantes e mais completos Oficiais da Marinha. Foi meu colega na Escola Naval e meu companheiro na Esquadra.

É interessante constatar que, desde moços, seguimos caminhos diferentes, assumimos posições opostas, bem divergentes, mas a amizade que nos uniu não nos separou até o fim da vida.

É com profundo pesar que venho fazer esta comunicação ao Senado da República.

Augusto Hamann Rademaker Grunewal era, sem favor, um dos mais completos Oficiais da Marinha. A minha turma deu 14 almirantes, que atuaram ao mesmo tempo, ocupando as mais importantes Comissões na Marinha de Guerra, a Chefia do Estado Maior, o Ministério da Marinha, o Comando da Esquadra e, entre eles, ao lado de alguns outros, o Almirante Rademaker se destacava. S. Exª foi Vice-Presidente da República no Governo Médici, ocupou interinamente as funções de Ministro da Viação e Obras Públicas e foi Comandante da Esquadra.

Os seus companheiros lamentam o seu falecimento. Talvez aqueles que tenham conhecido somente outros aspectos das suas atividades, atitudes que S. Exª tomou pela sua formação, possam fazer restrições à sua carreira política, mas era um homem de seriedade extraordinária, um chefe de família exemplar, um chefe militar como poucos, na minha geração, que passaram pela Marinha de Guerra.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamento o desaparecimento desse grande brasileiro, ao qual estava ligado por tantos laços de amizade.

Em todas as primeiras sextas-feiras do mês, nós os remanescentes da turma nos reuníamos no Clube Naval, onde almoçávamos juntos. Na última sexta-feira, não poderia comparecer e, por proposta dele, adiamos o almoço para esta segunda-feira, quando compareci e estivemos juntos pela última vez.

Augusto Rademaker foi um homem que prestou grandes serviços ao Brasil, sobretudo, um grande e extraordinário Chefe Militar da Marinha de Guerra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Mesa também se associa ao eminente Senador Amaral Peixoto, na manifestação de pesar pelo falecimento do Almirante Augusto Rademaker, que foi também Vice-Presidente da República e, portanto, merece as homenagens desta Casa.

Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIOR-
MENTE.**

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituída do Projeto de Lei da Câmara nº 239/84; Requerimentos nºs 189/85, 345/85; Projeto de Lei do Senado nºs 20/84 e 231/83, ficam com sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1985 (nº 3.631/84, na Casa de origem), que autoriza a emissão de selo comemorativo do centenário de nascimento do poeta piauiense Antônio Francisco da Costa e Silva, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 599, de 1985, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada em virtude da falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cesar Cals.

O SR. CESAR CALS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta Casa recebeu, na última quarta-feira, S. Ex^a o Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Roberto Gusmão, que proferiu palestra sobre "O Papel do MIC na Nova República".

Por ter esgotado o tempo regimental e sua prorrogação e o nobre Senador Itamar Franco não estar presente, mas S. Ex^a, com a complacência do Presidente, esgotou a meia-hora — não pude colocar minhas observações, o que faço neste momento.

S. Ex^a fez uma exposição rica em conceitos gerais — aliás puramente teórica, e aqui desfilaram uma série de Senadores, louvando o Sr. Ministro que tem, também, a nossa apreciação como homem correto como sempre o julguei, mas a exposição de S. Ex^a é puramente teórica: muito boa no atacado, mas no varejo pouco acrescentou.

Discorrendo sobre o papel da iniciativa privada na economia, os requisitos para uma empresa moderna, a retomada do crescimento industrial, e, ao responder às perguntas dos Srs. Senadores que se concentram principalmente em açúcar, álcool, café, borracha e turismo, pouco ou quase nada disse sobre nossa política de comércio exterior ou sobre desenvolvimento regional. S.

Ex^a também não enfocou como estava sendo processado o entrosamento com outros ministérios, quando o assunto é de uma ação pluriministerial.

Abordo agora os três aspectos dantes mencionados:

1 — Comércio exterior

A exposição de S. Ex^a, o Ministro da Indústria e do Comércio, reforça a minha convicção da necessidade de criação de um ministério do comércio exterior.

Além do pouco do que foi dito sobre o assunto, o que denota a pequena prioridade que está sendo dada pelo atual Governo, ainda encontramos no documento distribuído e intitulado "A Política Industrial da Nova República", pontos de grande pessimismo.

Cito o seguinte trecho contido no documento:

"As perspectivas do mercado internacional, em que se manifesta um crescente protecionismo, lenta expansão econômica, instabilidade cambial e escassez de crédito, não são promissoras."

Outra frase:

"Não caberá, por conseguinte, esperar a repetição de situações semelhantes às observadas nos anos 70, nem muito menos em 1984."

Na realidade a política do comércio exterior, só se faz com uma atividade agressiva e permanente tendo sido um dos ministros mais lançados no comércio exterior, no antigo Governo principalmente em nações em desenvolvimento, pude verificar o enorme campo que existe para o Brasil em "países não alinhados".

Creio que as nossas indústrias de bens de capital, principalmente no campo hidrelétrico, equipamentos petroleiros, equipamentos de usina de álcool e outros, que normalmente operam com capacidade produtiva ociosa, além das empresas de projeto e serviços de engenharia, têm ampla possibilidade num mercado de trocas com países fornecedores de petróleo.

E sobre o assunto, eu deveria ter indagado, e indago agora, do Sr. Ministro, que eu espero tome conhecimento deste meu pronunciamento.

Na medida em que a INTERBRÁS, por decisão da administração neo-republicana da PETROBRÁS, está fechando escritório em Nova Iorque e se dedicando tão somente aos itens ligados a equipamentos de petróleo, quais seriam as providências do MIC para substituir a ação da PETROBRÁS na comercialização, por exemplo, de sapatos e outro itens como os produtos do mar que têm um mercado lá nos Estados Unidos.

Será que a decisão em tela foi tomada sem consulta ao Ministério da Indústria e do Comércio? Porque os produtores brasileiros vão ficar desorganizados nessa comercialização que estava sendo feita pela INTERBRÁS.

Parece que a PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce, entre outras, são empresas que têm aberto inúmeros caminhos que não devem ser obstruídos. No Ministério das Minas e Energia, procurei articular as duas empresas e demais do MME, visando, através da tecnologia que já dominamos, abrir oportunidades para empresas brasileiras. Assim, todas as estatais vinculadas ao MME nome saíram de nossas fronteiras para vender serviços no exterior.

Como exemplo citamos a ELETROBRÁS e suas subsidiárias no campo de energia, a CPRM e o Projeto RADAM com os serviços de geologia, a NUCLEBRÁS com terras raras e componentes pesados de reatores nucleares, a CNEN com tecnologia nuclear.

Na verdade, foram abertos caminhos muito importantes na África, na América Central, nos países árabes. Tudo isto parece estar sendo obstruído por falta de um acompanhamento permanente e é importante que num momento recessivo, em que as empresas de bens de capital ou serviço de engenharia estão sem obra aqui no Brasil se abra esse caminho lá fora.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CESAR CALS — Nobre Senador Alberto, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Cesar Cals, eu sou testemunha do esforço de V. Ex^a, quando o Ministro, de procurar colocar essas idéias de negociar, como troca de petróleo, a indústria que o Brasil já pode exportar, em tecnologia em mão-de-obra e as próprias empre-

sas. Mas, nós estivemos na posse do Presidente de El Salvador, numa comissão do Senado e da Câmara, e lá tivemos a oportunidade de sentir que, pelo menos na América Central, havia um vazio destas iniciativas. Por exemplo, El Salvador, gostaria muito de ter usinas de álcool, porque eles eram grandes produtores de açúcar e com a queda do preço do açúcar no mercado internacional, eles gostariam de se voltar para a industrialização da cana, fabricando álcool para o consumo e para a exportação e se queixaram que pediram ajuda ao Brasil — sabendo que é onde existe a melhor tecnologia de álcool no mundo inteiro — e não encontraram nenhum respaldo. Foi a informação dos técnicos do Governo naquele dia. E disseram que receberam uma usina da Venezuela, e sei que a Venezuela não produz álcool. Mas havia lá uma usina encostada que cedeu praticamente de graça para El Salvador. Queria concluir eminente Senador é que, lá, tomei conhecimento de que foi o homem do Itamaraty quem conseguiu — e não nenhuma dessas empresas que se instalaram por aí afora, como a INTERBRÁS, como V. Ex^a acaba de dizer — que com inteligência, persistência, fez um trabalho de convencimento no mundo árabe; levou para lá uma grande empresa brasileira, para fazer quase mil quilômetros de estradas de ferro, no Iraque. Não foram aquelas empresas citadas por V. Ex^a, e as informações que tínhamos é que elas eram mais ou menos ociosas e não tinham aquele impacto que se desejava. Contava-se, por exemplo, que uma delas, na França, tinha alugado, no porto de Marselha, um enorme armazém, pagando caríssimo. E lá dentro tinha duas ou três latas de tinta e mais nada. Então, creio que uma revisão se faria sentir, porque mais parecia que essas empresas eram cabides de emprego. Creio que o atual Governo está revendo este aspecto sem, contudo, perder de vista o que V. Ex^a diz, que é necessário o Brasil ser mais agressivo naquilo que ele tem de melhor na sua tecnologia nova.

O SR. CESAR CALS — Quero agradecer ao nobre Senador Alberto Silva o depoimento que faz sobre El Salvador. Agora, sobre o trabalho da Mendes Júnior, no Iraque, V. Ex^a está enganado. A INTERBRÁS é que tem dado apoio.

O Sr. Alberto Silva — Mas nas negociações no Itamaraty.

O SR. CESAR CALS — Sim, é claro, mas sem o apoio logístico, V. Ex^a que é engenheiro, sabe que jamais poderia fazer uma ferrovia sem apoio logístico com o Itamaraty que não o tem. O Itamaraty e um Ministério de diplomacia, tem um Departamento de Promoção Comercial.

O Sr. Alberto Silva — Se V. Ex^a me permite?

O SR. CESAR CALS — Logo mais eu lhe concedo outro aparte. Mas, na verdade, foi o próprio Ministro das Minas e Energia que conseguiu com o apoio do Itamaraty, a negociação da Usina hidrelétrica de Kapanda na Angola, onde uma empresa brasileira tinha se associado a uma empresa russa, a Rússia tinha financiamento para os seus equipamentos, o Brasil não tinha financiamento em dólar, para parte de serviço de engenharia, e nós instituímos a moeda petróleo.

Na realidade, na América Central, V. Ex^a talvez saiba, mas a Organização Latino-Americana de Energia tem um número processo de tecnologia, e os homens da CPRM que estão na mina de ouro da Nicarágua, a mina El Topasso, da Nicarágua, e a ação e a presença na República Dominicana, na Guiana, no Suriname, na Jamaica é naturalmente El Salvador é um caso e eu, naturalmente, não estou discordando. Agora, que me parece é que a política do comércio exterior deve ser objeto de um Ministério, este é o tema que eu estou trazendo, porque o que se vê é nenhuma prioridade, e até muito pessimismo na exposição feita pelo Ministro Roberto Gusmão.

Ouçõ V. Ex^a, nobre senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Cesar Cals, eu queria apenas complementar. Em El Salvador não foi só usina de álcool. Há uma pergunta nossa: "Quais eram os pontos mais importantes que o novo Governo gostaria de atacar ao entrar?". Eu estava tomando posse naquele dia. Estávamos conversando com os ministros do novo

Governo, e perguntamos por exemplo: "A cidade, a capital de El Salvador, tem um milhão de habitantes? E perguntamos, por exemplo, sobre alguns serviços; serviço de transporte urbano eles disseram: É caótico. Necessitávamos aqui de 200 ou 300 ônibus, pedimos ao Brasil, por saber que lá se fabrica os melhores ônibus. Não recebemos nenhum apoio, então recebemos 100 ônibus da Argentina a 100 ônibus da Romênia. Pergunto como estão esses ônibus? Tudo quebrado, porque não temos assistência técnica. Estava lá o Sr. Ministro das Comunicações, Haroldo de Mattos, e eu disse: aproveite e venda o maravilhoso serviço que temos no Brasil, que é o de comunicações, porque eles também estão em falência. E o Sr. Ministro foi conversar, porém não sei qual foi o resultado. Mas voltando à Mendes Júnior, nobre Senador Cesar Cals, V. Exª há de convir que uma organização como a Mendes Junior não precisaria, absolutamente, em termos de técnica, de nenhuma ajuda de qualquer natureza, desde que o governo brasileiro firmou com o Governo do Iraque, que a Mendes Júnior ia fazer uma estrada de ferro. Lá, ela tem tecnologia suficiente e avançada para instalar desde o canteiro de obra até a execução, como fez. E realmente fez! Não sei onde, por exemplo, a INTERBRÁS iria ajudar uma Mendes Júnior a ser eficiente numa estrada ferro. Gostaria que V. Exª me esclarecesse isso.

O SR. CESAR CALS — Se V. Exª procurar depois as notas taquigráficas, o que falei foi apoio logístico. E digo a V. Exª que a empresa Mendes Júnior associou-se à BRASPETRO, está sócia da BRASPETRO para equipamentos de petróleo. Eu como Ministro fui resolver problemas.

O Sr. Alberto Silva — Não para esclarecer.

O SR. CESAR CALS — Mas está lá o apoio logístico das várias presenças da BRASPETRO e da PETROBRÁS no exterior, porque é muito difícil para uma empresa qualquer brasileira, por maior que seja, montar uma rede de escritórios que lhe dê apoio logístico. Eu falei "logístico". Não foi "técnico". Na realidade, a própria empresa de que V. Exª está falando pediu, através do Ministério das Relações Exteriores, que o Ministro das Minas e Energia fosse ao Iraque para completar uma negociação, também no Iraque, da própria empresa que V. Exª está citando. Fomos lá completar, porque é muito diferente uma empresa privada ir sozinha por aí e um responsável pelo comércio exterior do Governo chegar, mostrar e fazer, como o mercado de trocas, entre o serviço e o barril de petróleo que a empresa privada jamais poderia fazer. Espero que V. Exª tenha entendido que a minha tese é de que o comércio exterior é uma oportunidade imensa para o Brasil, a ponto que estou propondo a criação de um Ministério do Comércio Exterior. Esse é o objetivo, que talvez V. Exª não tenha verificado, da minha proposição.

Srs. Senadores, o assunto de comércio exterior exige atenção permanente.

O acompanhar contínuo dos negócios internacionais, projetos e tecnologias que o Ministério das Relações Exteriores não poderia sozinho efetuar. Por melhor que fosse, não é especializado no assunto. Ele tem outros assuntos mais importantes.

Em grande número de países do mundo já existe o ministério próprio.

E, um Ministro dedicado, exclusivamente, a tais atribuições, não aceitaria o diagnóstico pessimista contido no documento citado.

2- Industrialização Regional

S. Exª, o Ministro da Indústria e do Comércio, foi mais que lacônico sobre o importante tema. E ao responder arguição sobre a necessidade de criação de empregos na região nordestina, levou o assunto para uma comparação com empresas de alta produtividade, dizendo que está interessado e na alta produtividade e não no emprego, esquecendo-se das indústrias de mão-de-obra intensiva, como aquelas que devem ser prioritárias no Nordeste.

O próprio documento, distribuído pelo superintendente da SUDENE, intitulado "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste — Proposta para Discussão", mostra a necessidade de serem incentivadas as unidades agroindustriais, como por exemplo: beneficiamento de algodão e indústria têxtil, extração de óleos vegetais, su-

cos de frutas tropicais, inclusive castanhas de caju, rações para animais, pesca, fábricas de laticínios ou indústrias intensivas em mão-de-obra, como cita o documento em tela, e exemplifica como aquelas nos ramos alimentar, metalúrgico-mecânico, as de coureiro — calçadistas ou construção civil.

Não se pode também desconhecer as indústrias que estão sendo implantadas no Norte e Nordeste e que são consequência do Programa Grande Carajás.

S. Exª praticamente não abordou no seu discurso, apoio à pequena e à média empresas, tão adequadas às regiões em desenvolvimento ou a recuperação de empreendimentos industriais que sofreram gravemente com a recessão e as mudanças de mercado, decorrentes da crise do petróleo.

3- Entrosamento com outros Ministérios

Em nenhum momento, S. Exª, o Ministro da Indústria e do Comércio, mostrou o inter-relacionamento com outros ministérios, parecendo que o MIC está isolado nas suas ações.

Ao responder questões sobre o excedente de álcool, e V. Exª inclusive falou sobre o projeto de álcool de mandioca, não houve nenhuma menção à ação integrada com o MME, no tocante ao uso do álcool em veículos médios ou a proibição de utilização de GLP em veículos leves que está sendo efetuada com a complacência do atual Governo.

Desconhece-se que o GLP é item deficitário e portanto importado, e que os botijões utilizados como tanques de combustível, por não serem à prova de choque, transformam o veículo em verdadeira "bomba ambulante".

Medidas como essas e outras, proibição do uso do gás em veículo leve ou o uso do álcool em veículos médios, isso iria dar uma maior vazão a parte do grande volume de álcool excedente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mostrei anteriormente o desentrosamento com o plano da SUDENE, o que parece levar ao raciocínio que no atual Governo cada ministério funciona como compartimento estanque.

Falta uma coordenação que pelo regime presidencialista, acaba sendo atribuído ao próprio Presidente da República.

O Presidente José Sarney declara: quem vai coordenar e decidir sobre economia é o Presidente da República; quem vai decidir sobre o entrosamento entre o Ministério da Indústria e do Comércio e o Ministério das Minas e Energia é o Presidente da República. É óbvio que num país dessas dimensões, desses problemas, com uma sociedade que se sofisticou a cada momento, não pode o Presidente da República ser o homem que decide sobre tudo. Não é possível, não é cabível e há, portanto, atrasos e decisões que nós estamos vendo a cada momento.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CÉSAR CALS — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Alberto Silva — Eu não posso deixar passar, nobre Senador César Cals, sem defender a posição do Senhor Presidente. Acredito que V. Exª ou não interpretou bem o pensamento do Presidente José Sarney, ou talvez esteja fazendo um julgamento como se realmente Sua Excelência tivesse que decidir sobre tudo. O Presidente disse é que a decisão tem que ser do Presidente, no regime presidencialista, depois de todos os seus Ministros estudarem o assunto e levarem para uma decisão única, a fim de evitar o que acontecia no passado. Não quero me referir a V. Exª, porque V. Exª realmente deu uma contribuição ao Governo do Presidente Figueiredo que, ao que se diz, não decidia nada. Os seus Ministros e V. Exª, patriota como era, tomou aquela decisão histórica de reduzir a importação e partiu para a perfuração de poços, conseguindo realmente aumentar. Mas agora o que o Presidente quer dizer é que se estudem os problemas, mas a decisão final é de Sua Excelência. Para que não saia, por exemplo, o Ministro Delfim Netto tomando dólar emprestado e levando o Brasil a esses 100 bilhões, sem que ninguém tivesse qualquer coisa a ver com isso. Creio que a posição do Presidente José Sarney é exatamente essa: não se fará nada sem que Sua Excelência tome conhecimento, no final, para decidir. E não que Sua Excelência fique decidindo, como quis dizer V. Exª, cada pequeno problema. As grandes decisões são do Presidente da República, e no final.

O SR. CÉSAR CALS — Tenho a impressão de que ou eu não falei o que está escrito, ou V. Exª está ouvindo com algum defeito de audição. Porque, na realidade, o que disse e está escrito, está nas notas taquigráficas. Falta uma coordenação que pela natureza do regime presidencialista acaba sendo do Presidente da República. Estou, neste momento, mostrando que o regime presidencialista num País com essas diferenças regionais, com essas diferenças setoriais, não pode o Presidente da República ser o homem que vai decidir tudo sozinho, sob pena de haver demora e em comércio exterior, por exemplo, cada demora é uma oportunidade perdida e definitivamente perdida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As observações que ora faço, espero cheguem ao conhecimento de S. Exª, o Ministro Roberto Gusmão. Confio que S. Exª, ao analisar o nosso pronunciamento ou nos esclareça sobre os pontos levantados ou adote as sugestões aqui apresentadas, para preencher lacunas que parecem existir em face da exposição que fez nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — João Castelo — José Lins — Cid Sampaio — Carlos Lyra — Jutahy Magalhães — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Henrique Santillo — Roberto Wypych — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Alcides Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Paraná colherá, neste ano, a maior safra de trigo de sua história.

Dois milhões e duzentas mil toneladas. São números que colocam o Paraná, em termos de produtividade por hectare — de 2 a 3 mil quilos —, entre os de maior produtividade do mundo, superando a Índia (1.400), União Soviética (1.600), China (1.800), Canadá (1.700) e Estados Unidos (2.200), e só sendo superado pela Iugoslávia (3.300) e França (5.000). Em decorrência da atual hiper-safra, o Brasil abaterá 250 milhões de dólares em sua importação do cereal, em grãos e sementes e, principalmente, não fará o povo sofrer qualquer racionamento no seu pão de cada dia.

O índice de produtividade nos 1.280 hectares plantados do Paraná possibilitou uma safra várias vezes superior às colhidas em outros Estados brasileiros.

E a previsão inicial de colher 1,6 milhão de toneladas de trigo este ano já foi totalmente superada. E o Paraná espera produzir um milhão de toneladas a mais do que em 1984, o que, a um valor médio de 160 dólares por tonelada importada, representará uma redução no valor das importações — e, conseqüentemente, do endividamento externo — em cerca de 160 milhões de dólares.

Das 2.200.000 toneladas a serem produzidas no Paraná, quase um milhão de toneladas serão produzidas na região oeste daquele Estado.

Pois bem, por incrível que pareça, uma das mais produtivas regiões agrícolas do País não possui uma única escola agrícola para educar a sua juventude rural.

Por isso, em data de ontem, apresentávamos à Mesa, projeto de lei de nossa autoria, que diz o seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas 3 (três) Escolas Agrícolas Federais no Estado do Paraná, sendo uma no Município de Cascavel, outra no de Palotina e outra no de Medianeira, incumbidas de ministrar cursos técnicos em agropecuária, a nível de 2º grau.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo serão subordinados ao Ministério da Educação.

Art. 2º As despesas com a instalação das Escolas Agrícolas de Cascavel, Palotina e Medianeira, correrão à conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, consignando-se nos próximos orçamentos da União as necessárias dotações para sua manutenção e funcionamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O setor primário da Região Oeste do Paraná é dos mais dinâmicos e tecnificados do atual estágio da economia nacional, com níveis elevados de produtividade, resultante da utilização generalizada de insumos modernos, especialmente técnicas agrícolas recomendadas, mecanização e emprego de sementes selecionadas.

A microrregião detém a primeira posição em área, quanto aos cultivos de trigo (45%), da soja (37%) e do milho (16%), da área cultivada do Estado.

Aproximadamente 70% das propriedades regionais têm menos de 100 hectares, o que revela a estrutura agrária composta de minifúndios produtivos.

A tendência regional, pelo incentivo do Sistema Cooperativista, é desenvolver, uma grande diversificação na produção agrícola, atendendo à crescente demanda de gêneros alimentícios.

Todavia, essa mesma microrregião, constituída por 29 municípios, ressentem-se, por ser de vocação eminentemente agrícola, de Escolas Agrícolas que possam, na formação de técnicos em agricultura e pecuária de nível médio, ampliar as suas possibilidades, preenchendo, ainda, uma justa expectativa da juventude estudantil da região e da comunidade que clama, há muito, por escolas desse porte e desse nível.

Ademais, a criação de três Escolas Agrícolas Federais nos municípios de Cascavel, Palotina e Medianeira, formando técnicos para agricultura e para pecuária, fixará os técnicos na região, porque dela são oriundos. Injetará técnicas modernas e compatíveis com as condições e peculiaridades locais e, em médio prazo, ensejará substancial aumento da produção e da produtividade, com uma nova consciência da importância social da terra e da agropecuária.

O Sr. Nivaldo Machado (PFL — PE.) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH (PMDB — PR.) — Com muito prazer, ouço V. Exª

O Sr. Nivaldo Machado (PFL — PE.) — Senador Roberto Wypych, V. Exª, oportunamente, cobra do Governo a instalação de escolas agrotécnicas de nível médio no oeste do Paraná, pela sua vocação para a produção agrícola. Sem dúvida nenhuma, o Brasil não tem uma sólida tradição no ensino profissional. Aqui se instalaram os chamados cursos de humanidades, os cursos universitários de Letras, Filosofia, de Direito. E só muito posteriormente, a partir do Governo Nilo Peçanha, é que se começou a pensar na necessidade imperiosa da criação de escolas técnicas de nível médio. E, assim mesmo, pouco se tem feito nesse setor. E ultimamente com a reforma do ensino, através da Lei de Diretrizes e Bases, também pouco se fez nesse setor, criando-se cursos que não passaram de arremedos, os cursos profissionalizantes, que deram em nada. De maneira que, agora quando o atual Ministro da Educação, Senador Marco Maciel, cuida seriamente desse problema, tendo em vista que a agricultura, a pecuária, a indústria, se ressentem de técnicos de nível médio, o seu projeto encontrou a maior receptividade. E creio que não cairá no vazio, porque a sensibilidade do Ministro Marco Maciel não permitirá e, ao contrário, S. Exª já fez sentir em pronunciamentos vigorosos que vai dar ênfase a instalação dos cursos profissionais necessários ao desenvolvimento brasileiro. Por isso, ao mesmo tempo em que saúdo a disposição do Ministro da Educação de instalar novos cursos profissionais, de fortalecê-los, de prestigiá-los sobre quaisquer outros, quero também congratular-me com V. Exª, pela iniciativa, que atende a uma reivindicação das mais justas da sociedade brasileira, a da existência de cursos de nível médio. Neste País, primeiro se instalou uma Escola de Belas-Artes antes de o povo saber ler, isso no Império. É preciso que se quebre essa tradição de desprestígio dos cursos profissionais de nível médio, que não é saudável para o Brasil, passando-se a cuidar objetivamente de es-

colas capazes de contribuir com a mão-de-obra necessária ao processo de desenvolvimento nacional.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito bem Senador Nivaldo Machado. A sensibilidade que V. Exª tem para com este tipo de problema faz com que através deste riquíssimo aparte com que acaba de me honrar venha enriquecer o pronunciamento que faço neste instante e por certo, ele será agregado ao que aqui estou dizendo no sentido de fortalecer ainda mais pedido que fazemos, não apenas a esta Casa de Leis, mas também ao Sr. Presidente da República e, conseqüentemente, ao Sr. Ministro da Educação.

Ressalte-se, ainda, Sr. Presidente, Sr. Senador Nivaldo Machado, demais Senadores, que as escolas que estamos pretendendo instalar, na nossa região oeste do Paraná, atenderão a uma população superior a um milhão de habitantes, em área localizada num extremo do Estado do Paraná, confrontando com os países vizinhos da Argentina e do Paraguai, equivalente a 11,6% do Estado e responde por 34% de toda a produção agrícola do Paraná.

Assim, pois, Sr. Presidente, a criação das escolas agrícolas federais pretendidas, numa região cujas atividades econômicas giram em torno da agropecuária, será indubitavelmente medida fundamental para o desenvolvimento das potencialidades regionais e dos recursos humanos ali existentes.

Finalmente, Sr. Presidente, assinala-se que, em atendimento à expressa determinação constitucional, a proposição que encaminhamos à Mesa, na tarde de ontem, prevê que a instalação das três escolas agrícolas, em Cascavel, Palotina e Medianeira, no Estado do Paraná, é subordinada à prévia consignação no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como a criação dos cargos e empregos indispensáveis ao funcionamento, por iniciativa exclusiva do Senhor Presidente da República, através do Ministério pertinente.

Eis por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, este Senador tem a convicção de que a iniciativa dessa lei merecerá a acolhida dos meus ilustres pares desta Casa do Congresso Nacional e, posteriormente, a sanção presidencial com o que estarão dando em favor da minha região oeste do Paraná, mais um passo no caminho, nem sempre largo, do apoio e da justiça em favor do homem do campo.

Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Espalham-se por todos os pontos do País, ainda hoje, quarenta anos depois da sua presença nos campos gelados dos apeninos, os ex-pracinhas, então convocados para lutar ao lado das potências democráticas, para varrer o nipo-nazi-fascismo do mundo. Hoje os que restam são sexagenários, septuagenários e até octogenários, alguns obtiveram um bom saldo na inatividade ou um emprego civil, principalmente na década de cinquenta, quando as Associações dos Ex-Expedicionários tinham lideranças atuantes e gozavam de influência política.

Entretanto, a partir dos meados da década de sessenta, os remanescentes daquela arrancada gloriosa começaram a ser esquecidos e cada vez menos aparecem nas paradas militares.

Temos recebido, de todos os Estados, cartas de ex-combatentes, indagando o que podemos fazer, para minorar a sua situação. O que os legisladores poderiam fazer, já fizeram no âmbito federal. Sabemos que a ajuda não foi semelhante, no plano estadual, mas nada podemos fazer.

Recentemente chegou-nos, entre tantas, a carta de um deles, Vital Ferreira de Souza, da cidade de Jardim, em Mato Grosso do Sul, dizendo:

“Será que vão aposentar, ou ao menos nos ajudar com qualquer coisa? Ou se lembrarão de nós depois que morreremos? O sofrimento dos que estiveram na frente de batalha é o mesmo dos que estavam aquartelados, após a inspeção de saúde, de prontidão para embarcar. O sofrimento do abandono agora, não é menor.”

Como essa, há muitas vozes ecoando no vazio, neste imenso País. A voz dos que se julgam injustiçados, por-

que arriscaram a própria vida, em honra da pátria; comungaram da vitória final das democracias, na luta por um mundo melhor, sem tanta penúria e tanto sofrimento; e, agora, prestes a apagar-se a luz dos olhos, esses antigos soldados estão mendigando um último auxílio do seu País, para morrer com decência.

Muitos pedem ao menos uma palavra de compreensão, de que não pode ajudá-los. Tal o caso dos representantes do povo, na vigência do atual texto constitucional, em que sua iniciativa se reduz ao mínimo. Resta-nos apelar ao Poder Executivo para que nos mande projeto de lei amparando alguns milhares de ex-pracinhas desempregados que ainda restam.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr. Senadores:

Venho à tribuna, exclusivamente para inserir nos Anais do Senado o artigo do atento e sério jornalista João Emilio Falcão, publicado no *Correio Braziliense* de 11 do corrente.

Episódios como os lembrados no artigo não podem se repetir.

Repugnou a quantos assistiram, transmitida ao vivo pela televisão, a violência de que foi vítima o delegado da FUNAI em Londrina. Da mesma forma revoltou a quantos tomaram conhecimento do episódio a invasão do TRT de São Paulo.

Não podemos aceitar, Senhor Presidente, como solução para episódios como este a mera ignorância do ocorrido por parte das autoridades competentes.

A quebra da autoridade, a impunidade dos responsáveis servirão de incentivo a episódios talvez mais graves.

Sr. Presidente, para que todos meditamos sobre estes fatos, leio, para que conste dos Anais, o artigo sob o título, “Contestação Perigosa”:

“O espancamento do delegado da FUNAI em Londrina é um fato extremamente grave. O Governo não pode mais relegar os incidentes desta natureza, como se não lhe dissessem respeito. Dizem, claro, porque representam a desmoralização da autoridade. Parece evidente que se o Governo mantiver a política de avestruz teremos um agravamento rápido do processo anárquico em que nos encontramos, em que muitos propositadamente confundem democracia com licenciosidade ou libertinagem.

As conseqüências não são imprevisíveis. Elas são, ao contrário, inteiramente lógicas. Historicamente, a anarquia termina sempre com a implantação da ditadura, exercida por quem tiver maior poderio ou audácia. A violência como reação ou método de pressão existiu ao longo dos séculos, mas com Sorel ela se tornou argumento ideológico. Estamos nitidamente correndo este risco, mesmo que os Keresnys atuais procurem não vê-lo.

A violência contra o Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, não foi um ato isolado nem espontâneo. Ela resultou da impunidade de agitadores, dos que puseram seus companheiros em cárcere privado a pretexto de defender os direitos humanos e dos trabalhadores. A agressão aos juizes do TRT foi planejada, o que pode ser comprovado pelas circunstâncias em que ocorreu. Foi, a meu ver, uma ação contra a Justiça, sem cujo respeito não existe sociedade organizada.

O processo de demoralização da autoridade está muito bem planejado, mas é tão claro que parece incrível não ter sido identificado em toda sua profundidade. O Poder Legislativo está há muito submetido às forças das galerias. Algumas decisões foram praticamente arrancadas do plenário através de manifestações violentas que estão ficando corriqueiras. Na recente votação sobre a remuneração dos vereadores, os deputados que ficaram contra quase foram agredidos dentro do próprio Congresso.

A pressão em favor dessa ou daquela proposição é legítima, desde que exercida democraticamente, repetindo-se as opiniões em contrário. Quando, porém, as galerias e os corredores são literalmente ocupados para forçar a aprovação de um projeto, é incontestável a

violência. É a pressão, a coerção, a violência como argumento, inadmissível em qualquer regime democrático.

A constatação à autoridade não começou neste Governo, mas é evidente que há um avanço constante do processo anárquico. O respeito à lei, ao direito dos outros, é cada vez menor. Há dois meses, dezenas de motoqueiros ocuparam uma avenida de São Paulo e decidiram que ninguém poderia usá-la. São cada vez mais frequentes as notícias de interdição de estradas e prédios públicos em prejuízo da coletividade.

Instala-se, gradativamente, a predominância dos grupos organizados, paramilitares, com o Estado cada vez mais submisso, encolhido. Há como que um medo de ser antipático, de dizer não. É preciso, no entanto, compreender que o Estado incapaz de manter a ordem não existe e que os novos e os guarda-chuvas contra os juizes do TRT poderão atingir outras cabeças."

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O brilhante Deputado Federal Sebastião Nery fez publicar na Folha de S. Paulo de 10 de agosto último, magistral artigo intitulado "Em defesa do Congresso", que vou ler para constar dos Anais, pois o Deputado Sebastião Nery analisa com precisão, com sinceridade e ampla honestidade de propósitos a problemática do Poder Legislativo, isto é, reconhece erros, aplaude os acertos e dá a entender claramente que o Legislativo ainda mantém grande saldo positivo no contexto nacional.

Eis um trecho do artigo:

"Não estou aqui para negar os pecados do Congresso. Mas a hipocrisia não ajuda a construção das nações. Apontar o Congresso como símbolo de todos os erros nacionais, como principal pecador público, é apenas repetir a velha ladainha dos autoritários, dos anti-democratas, dos que vêem no Congresso apenas "o clube inútil" de que falava Leonel Brizola em 1963. O Congresso é o retrato, o espelho da sociedade. Ele é o que a Nação é em cada tempo de sua história. Que diferença há entre um grupo de senadores ou deputados reunidos e um grupo de empresários, de generais, de bispos, de líderes sindicais? Que diferença há entre uma reunião do Congresso e uma reunião da Federação das Indústrias, da CNBB, do Alto Comando do Exército, da Conclat e da CUT? Todos eles falam, lutam, divergem, convergem, de acordo com os interesses políticos, sociais, econômicos, que estão em jogo dentro da sociedade brasileira.

Transformar o Congresso em um saco de pancadas é fazer o jogo dos inimigos da democracia. A imprensa precisa fiscalizar o congresso: Mas era bom colocar um espelho nas redações e sobretudo nos gabinetes de suas diretorias para ver quem pode apresentar-se como campeão exclusivo de patriotismo, de defesa dos interesses nacionais, de ajuda às lutas do povo e de compromisso por uma sociedade mais democrática, mais livre, mais justa.

Uma confissão, um exame de consciência, nunca fizeram mal a ninguém."

Como afirmei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço a leitura de todo o artigo para que os nossos Anais registrem o fato em pauta:

Folha de S. Paulo — 10 de agosto de 1985.

EM DEFESA DO CONGRESSO

Sebastião Nery

O Congresso Nacional é como sogra: todo mundo malha, mas tem que aprender a conviver com ela. Nada de permanente aconteceu até hoje na história do País, política, social, econômica ou culturalmente, sem passar por ele. Dobrando-se às imposições da força ou votando livremente, o Congresso foi, e vai continuar sendo o grande escultor final da Nação.

1. — Trinta e três anos de jornalismo político, quase sempre cobrindo o poder Legislativo, e dois mandatos parlamentares me ensinaram que toda vez que se levanta no Brasil uma campanha de críticas ao Congresso, atrás

delas esta o "lobby" de algum tipo de interesses de forças poderosas querendo dobrar o Congresso para submetê-lo ao jogo de pressões muito objetivas. Como único jornalista eleito para o Congresso em 1982 (alguns, que já lá estavam, foram reeleitos) tendo o dever de analisar o problema dos erros do Legislativo como deputado mas também como jornalista.

2. — De repente, neste começo de agosto, grande parte da imprensa brasileira passou a fazer denúncias sobre o pequeno comparecimento dos parlamentares ao plenário, sobre o pagamento do jeton aos ausentes e sobre as "mordomias" do Legislativo. Tudo bem. A imprensa existe para isso mesmo. Vigiar, criticar, denunciar. Ela é o principal olho fiscal da Nação. E o Congresso, depois do ridículo escândalo dos "pianistas" que derrubaram minha proposta dos dois turnos com sete votos fraudulentos, está mesmo muito vulnerável diante do País. E ainda por cima o plenário vazio e o jeton pago a quem não comparece. São pecados, pecados graves, e a imprensa tem mais é que criticar.

3. — Mas será que isto só está acontecendo agora? Durante os vinte anos da ditadura, o poder Executivo limitou, castrou, emasculou o Congresso de todas as maneiras, para reduzi-lo a um órgão repetidor da vontade e das decisões do Planalto. O plenário do Senado e da Câmara foram intencionalmente esvaziados porque ali é que acontecem os debates e o poder militar não queria que o povo ouvisse os gritos do Congresso. Transformaram o Congresso, na definição do deputado Fernando Santana, "em um latifúndio, e como todo latifúndio, improdutivo". Câmara e Senado passaram a viver sobretudo em torno dos gabinetes das lideranças e dos presidentes de partidos. O voto de liderança acabou dando às cúpulas partidárias todo o poder de decisão. O tempo parlamentar foi transformado numa capitania hereditária das lideranças. Um deputado que não seja líder ou vice-líder tem que submeter-se à hipótese de falar de dois em dois meses, mesmo assim se tiver a sorte de ser sorteado para o grande expediente ou os horários de liderança.

4. — You dar um exemplo concreto. O meu. Cheguei à Câmara com 11 mil votos e, sem nenhuma vaidade, um dos melhores currículos políticos e culturais da pequena bancada do PDT. Durante dois anos, jamais fui indicado para liderança, vice-liderança ou para representar a bancada em qualquer solenidade ou sessão especial. Por quê? Porque os líderes do PDT tinham medo de que algum desempenho melhor de minha parte viesse amedrontar ainda mais suas já pequenas medidas intelectuais. Um dia, fui surpreendido com a minha indicação para representar o PDT na CPI da Dívida Externa. Logo descobri que não era para valer. O PDT havia feito um arranjo com o líder do PDS para impedir o funcionamento da CPI, que iria dar muita dor de cabeça ao governo. Solicitado a afastar-me da CPI, neguei-me. Como também se negou meu suplente, do PDT, deputado Jacques D'Ornellas. E foi assim contra a vontade da liderança e comandados pela bravura do presidente da CPI, deputado Alencar Furtado, que, apesar de todas as tentativas da liderança do PDS, a CPI da Dívida Externa foi até o fim, eu como relator.

5. — Tudo isso, todos esses vinte anos de aviltamento do Congresso e de amesquinhamento proposital do papel dos parlamentares, por que a imprensa não denunciou como devia? Com as exceções de sempre, a verdade é que o Palácio do Planalto e as lideranças partidárias sempre contaram com a ajuda, o apoio, a cobertura da maioria da imprensa. Os jornais, rádios e TV vivem nos gabinetes e quase não cobrem o plenário. O Deputado pode fazer o mais próprio, mais competente, mais importante pronunciamento da tribuna e os grandes jornais dificilmente noticiam, sequer, a sua presença na tribuna. Mas se um líder ou presidente de partido tropeça na entrada do banheiro de seu gabinete, no dia seguinte está na imprensa toda.

6. — Agora, a imprensa abre baterias contra o Congresso. Contra o crime dos "pianistas", contra o jeton que não devia ser pago a quem não comparece ao Congresso (e não a quem não comparece ao plenário, porque o mais importante que acontece no Congresso geralmente é fora do plenário). Ela tem razão. Jeton sem presença do parlamentar no Congresso é um erro, um abuso. Deputado votar duas vezes para fraudar uma decisão importante como a dos dois turnos é um absurdo, e fez bem

a imprensa em condenar. Mas é muito estranho que essas denúncias só tenham surgido nas vésperas de começar outra campanha da imprensa contra a participação do Congresso nas decisões da dívida externa. A principal conclusão da CPI da Dívida Externa, aprovada unanimemente pelo PMDB, PFL, PDT, PTB e PT, foi exatamente o cumprimento da Constituição, que exige a aprovação do Congresso nos contratos internacionais. Agora, vem o poderoso "lobby" dos banqueiros internacionais e seus aliados internos fazer carga pesada contra a presença do Congresso nas decisões da dívida externa. Como não imaginar que a campanha do jeton tenha sido uma "avant-première" para enfraquecer o Congresso e deixar com os tecnocratas do governo, agora como ontem, todas as decisões da dívida externa?

7. — Não estou aqui para negar os pecados do Congresso. Mas a hipocrisia não ajuda na construção das nações. Apontar o Congresso como símbolo de todos os erros nacionais, como principal pecador público, é apenas repetir a velha ladainha dos autoritários, dos anti-democratas, dos que vêem no Congresso apenas "o clube inútil", de que falava Leonel Brizola em 1963. O Congresso é o retrato, o espelho da sociedade. Ele é o que a Nação é em cada tempo de sua história. Que diferença há entre um grupo de senadores ou deputados reunidos e um grupo de empresários, de generais, de bispos, de líderes sindicais? Que diferença há entre uma reunião do Congresso e uma reunião da Federação das Indústrias, da CNBB, do Alto Comando do Exército, da CONCLAT e da CUT? Todos eles falam, lutam, divergem, convergem, de acordo com os interesses políticos, sociais, econômicos, que estão em jogo dentro da sociedade brasileira.

8. — Transformar o Congresso em um saco de pancadas é fazer o jogo dos inimigos da democracia. A imprensa precisa fiscalizar o Congresso. Mas era bom colocar um espelho nas redações e sobretudo nos gabinetes de suas diretorias para ver quem pode apresentar-se como campeão exclusivo do patriotismo, da defesa dos interesses nacionais, da ajuda às lutas do povo e do compromisso por uma sociedade mais democrática, mais livre e mais justa.

Uma confissão, um exame de consciência, nunca fizeram mal a ninguém.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, também o brilhante jornalista João Emílio Falcão publicou, no *Correio Braziliense* de 6-9-85, notável artigo que intitulou "Respeito ao Legislativo", pelo qual faz, com justiça, a defesa do Poder Legislativo.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido documento, pois ele expressa perfeitamente o que representa o Congresso Nacional para a democracia e para o Brasil.

RESPEITO AO LEGISLATIVO

O Presidente José Sarney está na obrigação de dar seu testemunho em favor do Legislativo, que vem sendo acusado injustamente. Parlamentar durante quase 30 anos, Sarney sabe como poucos que, apesar de todos os seus defeitos, não haverá democracia sem respeito ao Legislativo. E sabe também que foi o Legislativo quem promoveu e assegurou o processo de transição do autoritarismo revolucionário para a renovação democrática em que nos encontramos.

Por ser o Poder mais exposto, o Legislativo tem sido vítima de incompreensões, procurando alguns ridicularizá-lo, desmoralizá-lo. Chegam, no afã de atingi-lo, a compará-lo pejorativamente com um circo. No entanto, este Legislativo é o mesmo que, nos anos de arbítrio, soube resistir e manteve a defesa dos direitos do cidadão, fazendo com que o povo tivesse a convicção de que o sol democrático voltaria a brilhar.

Ex-presidente da Câmara, o Deputado Nelson Marchezan protestou nos últimos dias contra o julgamento dos parlamentares por seu comparecimento ao plenário. Lembrou, com acuidade, que o Deputado ou Senador também está cumprindo seu mandato quando participa da reunião de uma comissão técnica, defendendo o interesse público junto ao Executivo ou ouvindo, no interior, as reivindicações de seus eleitores.

Quem acompanha diariamente as atividades do Legislativo pode afirmar, com isenção, que os parlamentares, em sua maioria, são uns sacrificados. Eles têm uma considerável sobrecarga de trabalho, da qual se livram apenas os que não exercem corretamente o mandato. São as ex-

ceções, infelizmente existentes em qualquer segmento da sociedade, que precisam ser denunciadas em defesa da própria instituição. Confundi-las com a maioria é um erro imperdoável.

O parlamentar vem sendo apontado como relapso, corrupto, ofendido em sua moral, o que é uma injustiça. Atualmente os deputados e senadores são 548. Nenhum deles está apontado nos inquéritos sobre corrupção na Velha República, que envolvem advogados, engenheiros e oficiais da reserva. São acusados como pessoas, não como categorias, porque todas têm bons e maus elementos. Nenhum parlamentar foi arrolado em investigações sobre crimes ocorridos na repressão. Isto não significa que seja uma comunidade irrepreensível. Tem defeitos, mas há um natural processo de rejeição dos que não correspondem. O julgamento final, sabemos todos, é do povo.

O Presidente Sarney não pode ficar alheio aos acontecimentos porque a desmoralização do Legislativo põe em risco as instituições, a democracia, beneficiando os golpistas, de esquerda e de direita. Não havendo respeito ao Legislativo, acabaremos sujeitos aos comissários do povo ou aos hierarcas fascistas. Em quaisquer dos casos perderemos a liberdade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para sessão de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1984 (nº 3.739/84, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria cargos de Procurador Militar de 2ª Categoria na carreira do Ministério Público da União junto à Justiça Militar e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 544 e 545, de 1985, das Comissões:

— de Serviço Público Civil; e

— de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1985 (nº 3.631/84, na Casa de origem), que autoriza a emissão de selo comemorativo do Centenário de Nascimento do poeta piauiense Antônio Francisco da Costa e Silva, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 599, de 1985, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 189, de 1985, do Senador Nivaldo Machado, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo de autoria de Dom Eugênio de Araújo Sales, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 26 de junho de 1985, sob o título "A Igreja e a Reforma Agrária Brasileira".

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 345, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, requerendo, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1984 (nº 3.858/84, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente República, que autoriza a transferência da participação da União Federal no capital da Companhia Nacional de Alcalis.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 347, de 1985, de autoria do Líder Gastão Müller, requerendo, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1985, de sua autoria, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue, bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visan-

do prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade no caso de despejo, tendo

PARECERES, sob nºs 597 e 598, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável, com voto vencido dos Senadores Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli.

7

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1983, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a concessão de amparo previdenciário aos filhos dos trabalhadores rurais desde que inválidos ou portadores de defeitos físicos ou congênitos, tendo

PARECER, sob nº 512, de 1984, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.)

ATA DO PRESIDENTE Nº 212, DE 1985

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, resolve nomear Nilson Avelar, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente, para exercer o cargo em Comissão de Diretor da Subsecretaria de Expediente, Código SF-DAS-101.3, a partir desta data.

Senado Federal, 12 de setembro de 1985. — **José Fragelli**, Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de agosto de 1985

Às dez horas do dia vinte e um de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gabriel Hermes e com a presença dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Jorge Kalume, Altevir Leal, Henrique Santillo, Alcides Saldanha, Jutahy Magalhães e Aderbal Jurema, reúne-se a Comissão de Legislação Social. Deixem de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Alberto Silva, Carlos Alberto, Helvídio Nunes, Jaison Barreto, Alcides Paio e Nivaldo Machado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1978, que "Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade". Anexado a este, o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1983. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: favorável ao PLC nº 100/78 e pela prejudicialidade do PLC nº 101/83. Aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Senador Jorge Kalume pede a palavra para agradecer ao Relator, Senador Álvaro Dias e à Comissão, por ter sido aprovado o referido Projeto. 2. Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, que "altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho". Relator: Senador Jutahy Magalhães. Parecer: favorável. A Presidência

concede vista ao Senhor Senador Jorge Kalume. 3. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1983, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL". Relator: Senador Henrique Santillo. Parecer: pela anexação ao PLS nº 301/81 — Complementar. Aprovado por unanimidade. 4. Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 1984, que "acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 5. Projeto de Lei do Senado nº 197, de 1983, que "introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de impor multas à empresa que atrasar na transferência, ao sindicato respectivo, das importâncias correspondentes à contribuição sindical descontada na folha de seus empregados". Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: favorável, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Aprovado por unanimidade. 6. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1983, que "altera a redação do artigo 12 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 7. Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1980, que "dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo". Relator: Senador Jutahy Magalhães. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 8. Mensagem nº 109, de 1983, do Senhor Presidente da República, nos termos do artigo 171 da Constituição, combinado com o artigo 2º da Lei nº 6.925, de 29 de junho de 1981, submetendo à deliberação do Senado Federal, processo de interesse do Sr. Horácio Sabino Coimbra, que trata da ratificação de alienação de terras devolutas, situadas na faixa de fronteira, efetuado originariamente pelo Estado de Mato Grosso. Relator: Senador Altevir Leal. Parecer: favorável, na forma do Projeto de Resolução que apresenta. A Presidência concede vista ao Senhor Senador Henrique Santillo, solicitando vista, também, o Senhor Senador Alcides Saldanha. Item 1, da Pauta II: Ofício "S" nº 002, de 1984, do Senhor Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal, a fim de que aquele Estado possa alienar uma área de terras de sua propriedade à Companhia Vale do Rio Doce S/A. Relator: Senador Jutahy Magalhães. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente convoca o Senhor Senador Jutahy Magalhães para assumir a Presidência, para que ele possa relatar os projetos por ele avocados, itens 9 e 10 da pauta. 9. Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1981, que "declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista". Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 10. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1984, que "dispõe sobre o abateimento, pela pessoa física, de importâncias pagas a empregado doméstico, de acordo com a legislação do Imposto de Renda". Parecer: contrário. Aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente eventual devolve a Presidência ao Senhor Senador Gabriel Hermes. Esgotadas as matérias da pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece o comparecimento dos Senhores Senadores e declara encerrados os trabalhos, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — **Senador Gabriel Hermes**.

7ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 1985

Às dez horas do dia vinte e nove de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alberto Silva e com a presença dos Senhores Senadores Gabriel Hermes, Jutahy Magalhães, Nivaldo Machado, Alcides Saldanha e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão de Legislação Social. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Carlos Alberto, Altevir Leal, Helvídio Nunes, Jaison Barreto, Henrique Santillo e Alcides Paio. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei do Senado

nº 04, de 1984, que "introduz alterações no artigo 17 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para dispor sobre indenização dos aposentados espontaneamente e que contavam mais de dez anos de serviço na mesma empresa anteriormente a setembro de 1966". Relator: Senador Gabriel Hermes. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 02. Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1985, que "altera o artigo 147 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar direito a férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço". Relator: Senador Gabriel Hermes. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 3. Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 1983, que "estabelece condições de associados efetivo de entidade de Previdência Privada e dá outras providências". Relator: Senador Gabriel Hermes. Parecer: Por audiência ao Poder Executivo. Aprovado por unanimidade. 4. Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 1984, que "estende ao titular de firma individual, ao diretor, aos sócios de todas as condições ao autônomo e ao empregado doméstico, a proteção da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o Seguro de Acidente do Trabalho". Relator: Senador Gabriel Hermes. Parecer: Contrário. Aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias da pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece o comparecimento dos Senhores Senadores e declara encerrados os trabalhos, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — **Alberto Silva**.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

6ª Reunião, realizada em 14 de agosto de 1985

Às onze horas e trinta minutos do dia quatorze de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Alfredo Campos e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Kalume, Fábio Lucena e Nivaldo Machado, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mário Maia, Albano Franco, João Castelo e Helvídio Nunes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei da Câmara nº 049, de 1985, que "dispõe sobre indenização aos Ministros de Estado". Relator: Senador Alfredo Campos. Parecer: concluindo favoravelmente ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva) e da Subemenda 1-CSPC. Aprovado pela Comissão, tendo funcionado como Presidente eventual o Senhor Senador Jorge Kalume, Vice-Presidente da Comissão. 2. Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1981, que "dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público, e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: concluindo favoravelmente ao projeto. Aprovado pela Comissão, com voto contrário do Senhor Senador Nivaldo Machado. 3. Projeto de Lei da Câmara nº 056, de 1985, que "altera a estrutura da Categoria Funcional de Sociólogo, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: concluindo favoravelmente ao Projeto. Aprovado pela Comissão. Por determinação da Presidência fica adiada a apreciação do PLC nº 030/85. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradecendo a presença dos Senhores Senadores declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — **Alfredo Campos**.

7ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 1985

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Alfredo Campos e com a presença dos Senhores Senadores Nivaldo Machado, Jorge Kalume e Hélio Gueiros, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mário Maia,

Albano Franco, João Castelo e Helvídio Nunes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Nivaldo Machado para relatar o item cinco da pauta — Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 1985, que "autoriza o Poder Executivo a estender aos servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, os benefícios previstos no artigo 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982". Lido o parecer do Relator que conclui favoravelmente ao projeto, na forma do Substitutivo que apresenta, a Comissão o aprova por unanimidade de seus membros presentes. Por determinação da Presidência ficam adiadas as seguintes matérias: PLC nº 062/85; PLC nº 030/85; PLS nº 066/85 e PLS nº 045/85. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradecendo a presença dos Senhores Senadores declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — **Alfredo Campos**, Presidente.

8ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 1985

Às onze horas e trinta minutos do dia quatro de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Alfredo Campos e com a presença dos Senhores Senadores Nivaldo Machado, Fábio Lucena, Hélio Gueiros e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mário Maia, Albano Franco, João Castelo, Jorge Kalume e Helvídio Nunes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei da Câmara nº 062, de 1985, que "altera a estrutura da categoria funcional de Tradutor e Interpretes, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências". Relator: Senador Fábio Lucena. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 2. Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 1985, que "dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências". Relator: Senador Nivaldo Machado. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 3. Projeto de Lei do Senado nº 066, de 1985, que "cria o Balanço Trimestral de Transporte Aéreo". Relator: Senador Nivaldo Machado. Parecer: Favorável, na forma das Emendas 1 e 2-CSPC. Aprovado pela Comissão. 4. Projeto de Lei do Senado nº 045, de 1985, que "torna obrigatória a publicação anual por parte de todos os órgãos da Administração direta e indireta das despesas efetuadas com propaganda e publicidade, discriminando o montante pago a cada agência ou veículo beneficiado". Relator: Senador Hélio Gueiros. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 5. Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 1985, que "dispõe sobre a reestruturação da defensoria de ofício da Justiça Militar e dá outras providências". Relator: Senador Hélio Gueiros. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 6. Projeto de Lei da Câmara nº 085, de 1985, que "dispõe sobre a aplicação do disposto no art. 2º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da Administração Federal direta e das Autarquias Federais e dá outras providências". Relator: Senador Alfredo Campos. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão, tendo funcionado como Presidente eventual da Comissão o Senhor Senador Nivaldo Machado. 7. Projeto de Lei da Câmara nº 061, de 1985, que "fixa os valores de retribuição das Categorias Funcionais de Zootecnista e Terapeuta Ocupacional, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior a que se refere a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências". Relator: Senador Fábio Lucena. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 8. Projeto de Lei da Câmara nº 017, de 1985, que "dispõe sobre a defesa de mérito, do servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão". Relator: Senador Fábio Lucena. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. 9. Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 1985, que "dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanen-

te do Tribunal Superior Eleitoral". Relator: Senador Fábio Lucena. Parecer: Favorável. Aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente eventual da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — **Senador Alfredo Campos**, Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2ª Reunião (Extraordinária), realizada em 30 de maio de 1985.

Às onze horas do dia trinta de maio de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala da Comissão de Minas e Energia, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Milton Cabral, Presidente, reúne-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença dos Senhores Senadores Severo Gomes, Jutahy Magalhães, João Calmon, Carlos Lyra, Alexandre Costa e Mauro Borges. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores César Cals e Virgílio Távora. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente faz um pronunciamento em que enfatiza a necessidade que o Brasil tem de desenvolver conhecimentos científicos e tecnológicos para a retomada do crescimento econômico, melhorando a qualidade da mão-de-obra brasileira e explorando as experiências praticadas nos países mais adiantados. Destaca também o papel do Poder Legislativo de influir nas mudanças e nos rumos da Nova República e que a Comissão de Ciência e Tecnologia saberá cumprir a parte que lhe couber. Terminado o pronunciamento, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores Severo Gomes, Carlos Lyra, João Calmon, Jutahy Magalhães, Mauro Borges e Alexandre Costa, que oferecem sugestões sobre as matérias que devam ser apreciadas pela Comissão. A seguir, o Senhor Presidente manifesta os seus agradecimentos pelas sugestões apresentadas por seus eminentes pares e comunica que convidará o Ministro da Ciência e Tecnologia, Doutor Renato Archer, para visitar a Comissão, em uma data a ser fixada, para o maior intercâmbio de informações entre a Comissão e o Ministério. Por determinação do Senhor Presidente, as notas taquigráficas desta reunião, tão logo estejam prontas, serão anexadas à presente Ata, para publicação, na íntegra, dos pronunciamentos dos Senhores Senadores. Nada mais havendo a declarar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Milton Cabral**.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, REALIZADA EM 30-5-85. RELATIVO AOS DEBATES HAVIDOS SOBRE OS PLANOS DE TRABALHO APRESENTADOS PELOS MEMBROS DA COMISSÃO, QUE SE PUBLICA CONFORME AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE:

Presidente: Senador Milton Cabral

Vice: Senador Jutahy Magalhães

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Esta, Srs. Senadores, é a primeira reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Sendo a primeira reunião, desejei dar um caráter mais solene e de valorização aos nossos trabalhos. Neste sentido, preparei um pronunciamento, que não é longo, mas que gostaria merecesse a atenção dos meus caros colegas.

Ao dar início aos trabalhos desta recém-criada Comissão de Ciência e Tecnologia, julgo ser este momento de excepcional importância para o aperfeiçoamento da estrutura técnico-operacional e valorização do trabalho legislativo do Senado Federal.

Esta importância decorre do geral reconhecimento de que há, de forma inequívoca, a interdependência entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Esta é uma premissa básica, universalmente aceita, proclamada insistentemente e destacada quando é elabo-

rado com seriedade o planejamento da ação governamental.

Tal entendimento, entretanto, não tem sido entre nós suficientemente acolhido, tanto que, ao longo do tempo, apesar dos diversos planos de desenvolvimento de ciência e tecnologia anunciados e postos em execução, todos eles, sem exceção, deixaram de cumprir as metas programadas, diante da falta de persistência, das distorções sofridas e, sobretudo, da inadequada apropriação de recursos financeiros.

A esse descaso acrescenta-se a inconsciência nacional, expressa pela escassa e reduzida contribuição do sistema empresarial à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, o que significa uma grave lacuna para um país de economia privada, em franco processo de desenvolvimento.

O Brasil da Nova República, através de reiteradas manifestações de alguns ministros, pretende aumentar as exportações e segurar as importações a níveis compatíveis com uma política de comércio exterior concebida para produzir constantes e crescentes saldos, por ser o único meio de gerar recursos para reduzir a dívida externa a um patamar considerado bom para a saúde econômica.

Portanto, o Brasil, como qualquer outra nação em desenvolvimento, com problemas de exagerado endividamento externo, terá, forçosamente, de promover ajustes estruturais indispensáveis para vencer as enormes barreiras, de todos conhecidos, e preparar-se para enfrentar eficazmente a disputa por um maior fatia do comércio internacional.

Um ponto interessante, a ser observado é que, do lado ocidental, à medida em que se consolida o regime democrático, esse comércio torna-se mais livre e competitivo, e, por isso mesmo, mais exigente de qualidade de preço. Em consequência, criou-se uma situação crítica para as nações com deficiências de recursos financeiros: a imperiosa necessidade de aumentar as exportações condicionada à aplicação de maiores investimentos em tecnologia, controle de qualidade, facilidades de infra-estrutura, etc.

Verifica-se, com a abordagem desses poucos itens, como será difícil para o Governo cumprir certas metas vitais, a exemplo de sucessivos saldos no balanço comercial, tendo de praticar, com igual prioridade, medidas antiinflacionárias, harmonizando-as com o empenho de não mergulhar o País na recessão econômica.

A despeito da extrema dificuldade em articular os efeitos de tais medidas, esta é uma estratégia da qual não podemos recuar. O País terá, de qualquer jeito, de conquistar saldos comerciais por anos seguidos. Há, entretanto, um ponto essencial a ser considerado: o Brasil é um País ainda em busca de sua credibilidade e carente de poupanças externas. Não podemos fugir a esta realidade, se quisermos superar os obstáculos em menor prazo.

Com a retomada do crescimento econômico, o Governo terá de ampliar os investimentos e, forçosamente, apelar para as poupanças interna e externa, sobretudo, e basicamente, a interna. Terá, igualmente, de melhorar a qualidade da nossa mão-de-obra, que oferece maior produtividade e, por isso mesmo, é mal remunerada.

Não seria justa a pretensão de tão desejada reativação da economia, submetendo os trabalhadores a salários sufocantes e ao abandono da educação, treinamento e especialização.

Do mesmo modo, não seria aceitável deixar o nosso empresariado sem estímulo e incapacitado de organizar-se apropriadamente para aumentar a produção, através de ganhos de produtividade e melhoria da qualidade dos produtos, o que possibilitaria, realisticamente, maior competitividade e lucratividade, única forma de viabilizar as condições da poupança interna. Julgamos a poupança interna como ponto fundamental.

Dentro desta visão global, permitam-me uma conclusão. A chave para o sucesso desta política é, sem dúvida alguma, de qualquer outra que venha a ser formulada, está no desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos. Este é o ingrediente decisivo, o fator comum, fundamental para a realização das metas produtivas.

Mais uma vez recorro ao clássico exemplo que representa o Japão. É bem verdade que naquele país existe uma sólida tradição, de possuir uma mão-de-obra eficiente, de mentalidade extremamente favorável ao trabalho, de dedicação espontânea. Este comportamento cria

nas empresas japonesas um ambiente de tranquilidade, onde há um empresariado que tudo sacrifica para impulsionar o desenvolvimento da tecnologia. O sucesso japonês repousa, basicamente, em três fatores: a excelente mão-de-obra, a extraordinária capacidade de poupança e a competência tecnológica. Estes são os três fatores que fizeram do Japão, hoje, a segunda potência econômica do Mundo e, provavelmente, a primeira potência econômica do Mundo dentro de dez anos. Daí o poder econômico alcançado pelo Japão, a tal ponto de a política industrial do Japão tornar-se decisiva para a recuperação da economia mundial.

Os Estados Unidos e a Europa Ocidental, neste momento, estão diligenciando junto ao governo japonês medidas de abertura daquele mercado e da expansão dos investimentos japoneses nos seus territórios. O próprio Presidente Reagan tem declarado, e, recentemente, li uma conferência do Secretário Shultz confirmando essa dependência, dos Estados Unidos, da economia japonesa. É algo sensacional.

Compreende-se, claramente, que não lhe resta outra saída a não ser explorar essas mesmas experiências praticadas nos países mais adiantados.

O Brasil, com seu gigantesco potencial de recursos humanos e naturais, precisa, portanto, de uma correta e eficaz política de desenvolvimento científico e tecnológico, aproveitando-se, inclusive, da nossa própria experiência acumulada com as realizações dos PBDCTs, os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do funcionamento de numerosos órgãos, como o CNPQ, a EMBRAPA, INPI, INPA, FINEP, Fundação Oswaldo Cruz, universidades, etc.

Devo louvar a iniciativa do Governo federal em criar o Ministério da Ciência e Tecnologia, por decreto do Presidente José Sarney, convidando para dirigir a nova Pasta o Sr. Renato Archer.

Esta Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, dará todo apoio àqueles que, nos Centros de Pesquisa e em qualquer parte, desejem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e da valorização de recursos humanos.

Estou convencido do destacado papel que pode exercer o Poder Legislativo, com sua capacidade de influir, para que as mudanças tão apregoadas pelos que imaginaram a Nova República deixem de ser uma simples retórica, para tornar-se efetiva ação governamental, numa mudança completa de mentalidade, métodos e objetivos.

No que tange à Comissão de Ciência e Tecnologia, estou certo de que, ao lado dos meus Companheiros, saberemos cumprir a nossa parte.

Este, meu caros Colegas, o pronunciamento que entendi do meu dever fazer, para valorizar e dar um caráter mais solene à abertura dos trabalhos desta Comissão.

Após este pronunciamento, coloco à disposição dos Srs. Membros desta Comissão a palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, todos temos consciência da importância da instalação desta Comissão de Ciência e Tecnologia no Senado.

Trago algumas sugestões aos companheiros da Comissão sobre assuntos que podem despertar a atenção da Comissão para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

O primeiro, a discussão do desenvolvimento da Biotecnologia. O avanço da Biotecnologia deve estar definido por uma política, e a definição dessa política deve, no meu entender, ser traçada pelo Congresso. Basta lembrar os debates em torno da Lei da Informática para salientar a importância do Congresso na definição de políticas em campos essenciais, onde ainda existe um largo espaço para podermos engendrar o desenvolvimento da tecnologia e da indústria nacionais. O mesmo poder-se-ia dizer com relação à área da Química Fina.

Por último, seria interessante um debate, um reexame crítico da nossa legislação com relação à propriedade industrial e à transferência de tecnologia.

Muitos avanços foram alcançados nestes últimos anos, possivelmente nestes últimos oito anos, através do trabalho do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, em grande parte até por portarias internas.

Os assuntos demasiadamente importantes, no meu entender, devem ter no futuro uma solidez maior, uma defesa legislativa.

Enfim, no fundo, os trabalhos que estão a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio. É área da maior importância, porque é através dele que se faz a negociação da tecnologia. Essa negociação da tecnologia tem tudo a ver com a geração interna de tecnologia também, ou seja, como se pode compatibilizar a reserva de mercado com a absorção de tecnologia.

Estas três questões são extremamente importantes, e as trago à consideração da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço muito a contribuição de V. Ex^a, que realmente abordou três assuntos da maior importância.

Pensamos em convidar o Ministro Renato Archer para uma visita à Comissão. Nessa oportunidade, S. Ex^a exporia as suas idéias. O Ministro tem salientado, em declarações à imprensa, a preocupação central desse Ministério em torno da Biotecnologia, que realmente está revolucionando, sobretudo a agricultura pelo mundo afora. Também a Química Fina é ponto muito interessante para ser abordado, até a distribuição espacial da Química Fina no Brasil, porque há vários Estados com programas próprios. Este é assunto muito importante.

Lá o exame da legislação, propriedade industrial, transferência de tecnologia e, acrescento, o controle de pagamento da transferência de tecnologia pelo Banco Central. Como Relator da CPI Nuclear, tive a maior dificuldade em obter dados a respeito, porque quem faz o registro da transferência de tecnologia não tem o controle de pagamento. Só o Banco Central tem esse controle. Somente agora, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, é que recebi, há uma semana, as informações a respeito de pagamentos de transferências de tecnologia por conta do Acordo Nuclear. Este é assunto muito interessante de ser debatido nesta Comissão.

Acolho com o maior prazer a contribuição de V. Ex^a

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex^a faz referência à dificuldade que teve para obter informações a respeito do montante dos pagamentos realmente realizados. Essa dificuldade existe hoje praticamente em todos os setores. Por quê? No passado, o pagamento de tecnologia se fazia, pura e simplesmente, com o registro no Banco Central. O INPI não exercia nenhum papel. Quando passa a autorizar, o INPI estabelece as normas dentro das quais será feito o pagamento. No entanto, ninguém fica sabendo o montante real, porque a grande maioria das empresas não remete para fora. Apenas é registrado como capital estrangeiro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Queremos fazer esse acompanhamento.

O SR. SEVERO GOMES — Não distribui dividendos, mas se realimenta. Não ficamos sabendo qual o montante do que se acresce ao capital estrangeiro pela não transferência. Aí fica muito difícil se saber, porque o INPI não tem meios de controlar. O INPI sabe apenas que autorizou determinado pagamento. Em passado relativamente recente, se autorizava o pagamento de assistência técnica com base em porcentagem: 5% sobre o faturamento. Ora, 5% sobre o faturamento muitas vezes era muito mais do que o eventual lucro líquido da empresa, pesando, portanto, enormemente. O pior, não se ficava sabendo se havia realmente transferência de tecnologia. Sabia-se que havia pagamento de 5% sobre o faturamento.

Essas questões devem ser reexaminadas, lembrando nossa posição até de compreensão e de elogio ao trabalho que foi feito pelo INPI nestes últimos anos. Essa comunicação com o Congresso e o reexame dessa situação certamente darão muito mais força a esses órgãos e aos técnicos que lá trabalham, para que se possa reformular a política de transferência de tecnologia, com vistas a esse Projeto Nacional de Desenvolvimento Tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — V. Ex^a tem alguma proposta concreta de como programar este debate?

O SR. SEVERO GOMES — Podemos estudar, já que não é coisa simples, e trazer na próxima reunião sugestão para desenvolvimento de trabalhos neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Continua franquada a palavra.

O SR. CARLOS LYRA — Sr. Presidente Srs. Senadores, congratulo-me com a criação desta nova Comissão instalada no Senado, para mim da maior importância, principalmente por se ver que a Ciência e Tecnologia, que formam os técnicos, estão hoje incorporados à vida política.

Muito se fala da divergência entre políticos e técnicos. Esta Comissão, no seio político da Nação, pode contribuir muito para dirimir parte dessa divergência. Para mim, o técnico e o político são forças convergentes — não são forças divergentes — em benefício da Nação brasileira. Na realidade, a técnica e a ciência não nos dão tudo. Entretanto, nenhuma estrutura correta, perfeita, será montada de encontro a seus princípios.

Portanto, congratulo-me com o Governo; pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Senado, pela criação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço muito a intervenção do Senador Carlos Lyra. Realmente os conceitos de S. Ex^a são apropriados à conjuntura atual.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Milton Cabral, a extraordinária atuação de V. Ex^a como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Nuclear o credenciou amplamente para o exercício da presidência desta importante Comissão de Ciência e Tecnologia, criada no dia 17 de abril do corrente ano.

Sr. Presidente, permita-me sugerir que, em várias oportunidades, esta Comissão se reúna conjuntamente com a Comissão de Educação e Cultura, cujo Presidente hoje, é também um nordestino, o nobre Senador Aderbal Jurema.

Sr. Presidente, V. Ex^a citou, com muita propriedade, as causas da grandeza, do extraordinário desenvolvimento do Japão. Essas causas estão ligadas à educação, mão-de-obra de alta qualificação, que resulta no alto grau de desenvolvimento da educação, que sempre teve pelo menos desde 1868, a mais alta prioridade no Japão, quando Imperador da Dinastia, Meiji decidiu destinar 50% do orçamento do país à educação. Outro fator a que V. Ex^a fez referência foi o alto índice de tecnologia, que resulta também no esforço educacional concentrado. Até mesmo a capacidade de poupança também tem como resultado o alto grau de educação do povo japonês.

Portanto, já que não é muito fácil atrair grande número de senadores para reuniões de comissão técnica, sugiro a conveniência de, juntamente, com o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, haver uma série de iniciativas das duas Comissões e, aí, poderemos alcançar, de maneira ainda mais eficiente, os altos objetivos que inspiraram a criação desta importante Comissão Técnica do Senado.

Esta, Sr. Presidente, minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço muito a sugestão de V. Ex^a

Realmente, poderemos selecionar alguns temas de interesse comum das duas Comissões e promover reuniões conjuntas. É uma excelente idéia, e a acolho com muito prazer.

Continua disponível a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Antes de passar a palavra ao Senador Jutahy Magalhães, peço a atenção dos Srs. Senadores.

No começo da minha palavra, na abertura dos trabalhos, cometi o lamentável equívoco de não convidar o Senador Jutahy Magalhães para sentar-se ao meu lado, pois S. Ex^a é o Vice-Presidente da Comissão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — S. Ex^a é das pessoas que têm elevado espírito de colaboração e que por isso, merece estima especial. O lugar está permanentemente à disposição de S. Ex^a, e creio que S. Ex^a compreendeu a minha falha.

Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Milton Cabral, trago ao conhecimento da Comissão que já conversamos com o Professor Alberto Santos, Presidente do CNPq, na qualidade de baiano principalmente, S. Ex^a esteve conversando comigo, e também auxiliares seus já estiveram comigo, para propor uma conversa particular, um entendimento informal com a Comissão. S. Ex^a gostaria de ter um entendimento com os membros e com o Presidente desta Comissão, a fim de se estabelecer, se a mesma assim o desejar, um plano de conferências ou de seminários, seja o que a Comissão o desejar, com a colaboração total e toda a infra-estrutura necessária para o debate dos assuntos no âmbito desta Comissão.

De modo que, se V. Ex^a, Sr. Presidente, assim o desejar, poderá procurar um contato com o Presidente do CNPq, para que S. Ex^a a data da vinda aqui, combine, estabeleça, então, um programa de trabalho, se assim for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço a informação de V. Ex^a e penso, ficará em melhores mãos se V. Ex^a mesmo coordene esse convite. Peço essa colaboração de V. Ex^a

O SR. MAURO BORGES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES — Sr. Presidente, congratulo-me com V. Ex^a pela sua condução à Presidência da Comissão, considerando que os antecedentes de seus trabalhos aqui, no Senado, o colocam perfeitamente à vontade no exercício de Comissão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Muito obrigado.

O SR. MAURO BORGES — Noto que no País não há uma perfeita identificação da universidade, que gasta muito dinheiro, com certos trabalhos de pesquisa, como ocorre em outros países do Mundo. A universidade, de certa forma — não digo todas, mas principalmente o maior número — é dissociada realmente, do trabalho de pesquisa. E algumas pesquisas são fáceis. Citemos a Universidade de Brasília, região do cerrado. Aqui estão instalados a EMBRAPA, órgão de grandes pesquisas, não apenas do cerrado, como de pesquisa nacional; o setor de difusão das conquistas da pesquisa, a EMATER, para a agricultura; a EMBRATER. Temos um desenvolvimento muito grande na indústria de celulose, na indústria de papel. Entretanto, as pesquisas que se fazem no campo da celulose são quase sempre vindas do exterior, muito pouco daqui. Temos na nossa flora madeiras muito interessantes, de fibra longa ou substitutas pela sua leveza, do "pinus" brasileiros ou do "pinus" do Paraná. Estamos, é claro, colocando aqui, "pinus" do Caribe muito interessante.

Há, ainda, um vasto campo de pesquisas, dentro da nossa flora. Então, dever-se-ia encaminhar mais, com objetividade, para esse tipo de pesquisa, a fim de que não fiquemos sempre alienados e a copiar pesquisas dos outros, completamente divorciadas na realidade nacional.

Sob certos aspectos interessantes, notamos um avanço muito grande no campo de armamentos, ou mesmo, não considerando todo avião como arma de combate, no desenvolvimento da aeronáutica, o que nos honra bastante. Prova disto é a receptividade que obteve o avião "Tucano", um dos últimos produzidos pela EMBRAER. Realmente foi motivo de orgulho para a indústria brasileira a alta receptividade que obteve em todos os países do Mundo, já alcançando índice de venda muito grande. É fabricado por um empresa oficial, uma empresa estatal, mas há muitas empresas privadas, mais no campo do armamento, sobretudo na indústria de blindados, que se têm destacado.

A Comissão deve estar também atenta para esses diferentes ramos da tecnologia que estão colocando o Brasil conhecido no Mundo, apesar do nosso atraso geral. Em certos pontos, em certos setores da tecnologia avançada, temos tido um desempenho razoavelmente bom.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço a sua intervenção.

Como V. Ex^a deu ênfase à pesquisa na área da agricultura, talvez fosse interessante, no nosso programa, também incluir um convite ao Ministro da Agricultura, para debater essa questão de tecnologia na área agrícola.

O SR. MAURO BORGES — Sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Então, vamos incluir na nossa programação um convite ao Ministro da Agricultura.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Pouca coisa tenho a dizer, Sr. Presidente.

O País, o Brasil, embora tardiamente, criou o seu Ministério da Ciência e Tecnologia, confiando, por sinal a um conterrâneo meu, um homem ilustre, um homem capaz, que pode emprestar, sem dúvida alguma, sua experiência, sua inteligência e sua capacidade em favor do País, o Ministro Renato Arche.

Paralelamente, o Senado cria a Comissão de Ciência e Tecnologia, e seus membros escolhem V. Ex^a, também portador de grandes qualidades, com uma bagagem imensa, também, de preparo, para conduzi-la.

Sei das dificuldades que enfrenta não-somente o Ministro como V. Ex^a irá enfrentar. Não será fácil, num País como o nosso, tratar ou levar à frente trabalho sobre ciência e tecnologia. Será necessário demarrar.

Congratulo-me com o Ministro Renato Arche, que aceitou esse desafio, com V. Ex^a, que aceitou a Comissão como seu Presidente, e com o Brasil, que irá ter uma peça, mais um instrumento para trabalhar sobre a ciência e tecnologia, de que tanto carece.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Alexandre Costa, que, ao lado de outros companheiros hoje prestigiaram esta reunião. A presença de seis Senadores numa Comissão que tem sete Membros, comprova o interesse despertado.

Antes de encerrar os trabalhos, anuncio o primeiro projeto que chegou a esta Mesa, o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Suécia, concluído em Brasília a 3 de abril de 1984.

Estou despachando para o Senador Mauro Borges, seu relator. Agradeço a contribuição de S. Ex^a

Anuncio ainda que o Adido Científico da Embaixada da Alemanha, Sr. Peter Kraus, fará uma exposição sobre "Política de Ciência e Tecnologia na Alemanha Federal e seu Acompanhamento pelo Poder Legislativo" — este é tema muito interessante — na próxima terça-feira, dia 26, às 15 horas, nesta Comissão.

Haverá também outra conferência, do Sr. Guy Chasagne, Adido Científico da Embaixada da França. O tema será o mesmo — "Política de Ciência e Tecnologia na França e seu Acompanhamento pelo Poder Legislativo", às 15 horas do dia 3 de junho, segunda-feira.

Na segunda e na terça-feiras teremos essas duas conferências, conferências confirmadas, esperamos contar com a presença dos Srs. Senadores.

Meus caros Companheiros, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 45 minutos)

14^a Reunião da Comissão de Finanças, Realizada aos 5 de setembro de 1985

Às 10 horas do dia 5 de setembro de 1985, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Presidente, Carlos Lyra, Vice-Presidente, Alexandre Costa, Hélio Gueiros, Jorge Kalume, Cesar Cals, Jaison Barreto, Américo de Souza, Gastão Müller, Jutahy Magalhães, Álvaro Dias e João Calmon, reúne-se a Comissão de Finanças. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os

trabalhos, determinando a mim, Luiz Fernando Lapa-gesse, Secretário da Comissão de Finanças, procedesse à leitura da Ata da 13ª Reunião da Comissão, a qual é lida, colocada em discussão e em votação, sendo aprovada por unanimidade. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, João Castelo, Helvídio Nunes, Roberto Campos, Saldanha Derzi, Cid Sampaio, Alcides Saldanha, Marcelo Mirán-da, Martins Filho, Albano Franco, José Lins e Roberto Saturnino. O Senhor Senador Alexandre Costa, antes que a Presidência da Comissão de Finanças anunciasse o Item 1 da pauta dos trabalhos, solicita a palavra para re-querer a verificação de *quorum* regimental, vez que não se encontram na Sala de Reuniões os nove Senhores Se-nadores, para efeito de *quorum* mínimo para apreciação de matéria. A Presidência acolhe a questão de ordem do Senhor Senador Alexandre Costa, verificando que o Li-vro de Presença acusa o comparecimento de doze Senho-res Senadores, acima relacionados, e que, dentre esses, os que não se encontram presentes no momento da questão de ordem, estão relatando projetos nas demais comissões do Senado Federal, razão pela qual declara suspensos os trabalhos da presente Reunião, até complementação do *quorum* para reabertura dos trabalhos, por dez minutos. Completado o tempo de suspensão da reunião e persis-tindo a falta de *quorum*, a Presidência declara adiados os trabalhos para a próxima reunião da Comissão de Fi-nanças, determinando fosse lavrada a Ata da presente reunião, a qual, lida, é assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª Reunião (Instalação),
realizada em 23 de maio de 1985

Às onze horas do dia vinte e três de maio de mil nove-centos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, Ala Senador Nilo Coelho, pre-sentes os Senhores Senadores Roberto Campos, João Calmon, Carlos Lyra, Jorge Kalume, Jutahy Magalhães, Lenoir Vargas, Carlos Alberto, Américo de Souza, Ama-ral Furlan, Nivaldo Machado e Benedito Ferreira. De acordo com os dispositivos regimentais, assume a presi-dência o Sr. Senador João Calmon, anunciando que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1985/86. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para es-crutinadores os Srs. Senadores Carlos Alberto e Lenoir Vargas. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resul-tado.

Para Presidente	
Senador Roberto Campos	09 votos
Para Vice-Presidente	
Senador Américo de Souza	08 votos
Abstenções	01 voto

São declarados eleitos os Srs. Senadores Roberto Campos e Américo de Souza, respectivamente Presiden-te e Vice-Presidente.

Antes de passar a presidência para os recém-eleitos, o Sr. Senador João Calmon registra a presença do Senhor Senador José Fragelli, Presidente do Senado, que presti-giou a instalação de tão importante Comissão. Foi regis-trada, também, a presença do Dr. Adhemar Ghisi, Mi-nistro do Tribunal de Contas da União. Em seguida, o Sr. Senador João Calmon diz da satisfação com que vê a Comissão de Fiscalização e Controle, finalmente instala-da no Senado Federal, preenchendo uma lacuna de há muito sentida no âmbito do Poder Legislativo. Con-cluindo, o Sr. Senador João Calmon convida os Srs. Se-nadores Roberto Campos, Presidente, e Américo de Souza, Vice-Presidente, a assumirem seus lugares à Me-sa.

Assumindo a presidência, o Sr. Senador Roberto Campos agradece a seus ilustres pares a honra com que foi distinguido para dirigir este importante órgão técnico do Senado Federal. S. Ex^a convida o Sr. Ministro Adhe-mar Ghisi para compor a Mesa dos trabalhos. Em segui-da, o Sr. Presidente faz uma apreciação sucinta dos pro-cessos de fiscalização em alguns Parlaentos do mundo, citando os países nórdicos, Canadá, Estados Unidos e Itália. Pede, ainda, a colaboração do Tribunal de Contas da União, a fim de que a Comissão possa desempenhar

suas atribuições legais. Finalizando, o Sr. Presidente, de-pois de consultar o Plenário da Comissão, estabelece que as reuniões da Comissão serão feitas às terças-feiras às dez e trinta da manhã. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Djalma José Pereira da Costa, Secretário, "ad hoc", a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes. — Roberto Campos — João Calmon — Carlos Lyra — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — Lenoir Vargas — Carlos Alberto — Américo de Souza — Amiral Furlan — Nivaldo Machado — Benedito Ferreira.

7ª Reunião (Extraordinária), Realizada
Em 12 de Junho de 1985.

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de junho de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Presidente em exercício, Lourival Baptista, Mário Maia, Marcelo Mi-randa e Saldanha Derzi, reúne-se extraordinariamente a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Se-nhores Senadores Lomanto Júnior, Benedito Ferreira, Alexandre Costa, Henrique Santillo, Mauro Borges, Al-fredo Campos, Aderbal Jurema e Carlos Lyra.

Comparecem, também, o Senhor Senador Marcondes Gadelha, Terceiro-Secretário do Senado Federal, Dou-tor Francisco Barboza da Costa, Presidente do Conselho Regional de Medicina-DF e Vice-Presidente do Conse-lho Federal de Medicina, Doutora Maria José da Con-ceição, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Doutor Anízio Pires de Freitas, Presidente da Associação Médica do Distrito Federal e diversos outros médicos convidados.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Se-nador Raimundo Parente, declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, comunica aos seus pares, que a presente reunião se destina a ouvir e discutir as propostas, sugestões e reivindicações da classe médica de Brasília, que no momento se encontra em estado de greve, na oportunidade representados pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Conselho Regional de Me-dicina e pela Associação Médica de Brasília. O Senhor Presidente comunica, ainda, que os problemas discutidos e as soluções apontadas, serão levados ao conhecimento do Senhor Governador do Distrito Federal, Doutor José Aparecido de Oliveira, para juntos tentarem uma nego-ciação que chegue a uma conclusão satisfatória para am-bas as partes, governo e classe-médica.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra, pela ordem, ao Senhor Senador Mário Maia; à Doutora Maria José da Conceição; ao Doutor Francisco Barboza da Costa; ao Doutor Anízio Pires; ao Doutor Francisco de Oliveira Negri; ao Doutor Carlos Renato Fonseca; à Doutora Aversoni Gonçalves Homar; à Doutora Sa-mára Racuel; e ao Senador Marcondes Gadelha. Foram discutidos os seguintes tópicos constantes da proposta apresentada pelo Sindicato dos Médicos:

A — Correção unificada para toda a categoria de 35.6% a incidir no salário de março de 1985; ou, in-corporação no salário de março de 85 da diferença entre o INPC pleno de set/84 e o reajuste efetiva-mente corrigido no mês, mais o reajuste unificado de 20.5% para toda a categoria a incidir no salário de março/85;

B — Gratificação de Interiorização unificada de 40% do respectivo salário;

C — Produtividade de 2%;

D Extensão da aplicação do Decreto nº 8.578, de 1º de abril de 1985, do Governo do Distrito Federal, que concede 12 referências a todos os médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal;

E — Manutenção do adicional denominada "triê-nio", pago na base de 5% do salário percebido para cada período de 03 anos completados, vantagem esta, que foi suprimida para os médicos contratados a partir de 1983;

F — Antecipação salarial de acordo com o INPC do trimestre, referente aos meses de abril, maio e ju-nho de 1985, que será aplicada nos salários de junho do corrente ano. Ainda poderá incidir no salário:

1 — Produtividade anterior;

2 — Triênio.

Ao encerrar os debates, o Senhor Presidente designa os Senhores Senadores Mário Maia e Lourival Baptista, ambos membros da Comissão do Distrito Federal e mé-dicos de renome, para fazerem parte da Mesa de nego-ciações, como representantes do Poder Legislativo.

Dando continuidade, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo a esta Ata, juntamente com as propostas apresentadas por escrito pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, em 5 (cinco) documentos. E que o Secretário da Comis-são providencie uma cópia da fita em que foi gravada esta reunião, para ser levada ao Senhor Governador do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, la-vrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assi-nada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMIS-SÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1985, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DO DOUTOR FRAN-CISCO BARBOZA DA COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-DF e VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO FE-DERAL DE MEDICINA, DOUTORA MARIA JO-SÉ DA CONCEIÇÃO, PRESIDENTE DO SINDI-CATO DOS MÉDICOS DO DISTRITO FE-DERAL, DOUTOR ANÍZIO PIRES DE FREITAS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO DISTRITO FEDERAL E DIVERSOS OUTROS MÉDICOS CONVIDADOS, ALEM DOS SE-NHORES SENADORES, FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Mauro Borges

Vice-Presidente: Senador Raimundo Parente

(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Vamos dar início à reunião, sem dúvida alguma de muita impor-tância não só para esta Comissão do Distrito Federal como para a classe médica de Brasília e para o Governo do Distrito Federal.

Na quarta-feira passada, dia 4, compareceu a esta Co-missão o Governador do Distrito Federal, Dr. José Apa-recido de Oliveira. Nessa oportunidade, S. Ex^a forneceu aos membros deste órgão as informações que julgava ne-cessárias, a respeito da greve que estava sendo anuncia-da, assim como das providências que S. Ex^a, seguramen-te no interesse da população de Brasília, havia tomado para enfrentar o movimento paradedista.

Ouvimos o Sr. Governador. Ao final, fizemos voto para que S. Ex^a prosseguisse nas negociações, visando a uma solução que compatibilizasse, conciliasse os interes-ses da classe médica de Brasília e, também, do Governo do Distrito Federal.

S. Ex^a nos informou que as negociações prosseguí-riam. Por este motivo, designamos dois senadores para acompanhar essas negociações: o Senador Mário Maia, que está presente, e o Senador Lourival Baptista, que também deverá comparecer a esta reunião.

Agora vamos ouvir os médicos. Estão presentes aqui, e deverão falar, durante 20 minutos, os Drs. Anízio Pires de Freitas, Presidente da Associação Médica de Brasília, a Dr^a Maria José da Conceição, Presidenta do Sindicato

dos Médicos do Distrito Federal, e o Dr. Francisco Barbosa da Costa, meu conterrâneo, tive o prazer de revê-lo, Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Solicito à Secretaria providências para que tomem assento a esta Mesa os médicos Dr.ª Maria José da Conceição, Dr. Francisco Barbosa da Costa e Dr. Anísio Pires de Freitas.

Inicialmente, darei a palavra ao Senador Mário Maia, para que S. Ex.ª nos informe a respeito das suas atividades como observador deste órgão junto às partes interessadas no caso, os médicos da rede hospitalar de Brasília e o Governo do Distrito Federal.

Com a palavra, então, o Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Srs. representantes da classe médica de Brasília, Dr.ª Maria José da Conceição — Presidenta do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Dr. Anísio Pires de Freitas — Presidente da Associação Médica de Brasília, Dr. Álvaro Barbosa Costa — Presidente do Conselho Regional de Medicina, meus colegas:

Estamos aqui cumprindo o dever de prestar esclarecimentos à Comissão do Distrito Federal da nossa presença junto aos médicos, como observador que fomos designado pela Presidência da Comissão do Distrito Federal nas negociações que estão em processamento entre a classe médica e o Governo do Distrito Federal.

Após a reunião havida neste recinto da Comissão do Distrito Federal, para ser ouvido S. Ex.ª o Sr. Governador do Distrito Federal — o Deputado José Aparecido —, fomos designados como observador e possível mediador nessa negociação entre as reivindicações que a classe médica apresenta ao Governo do Distrito Federal e as possibilidades de atendimento, por parte do Governo, das reivindicações feitas.

No dia seguinte, fomos procurados por uma comissão de médicos, composta pelo Presidente do Conselho Regional de Medicina, da Associação Médica e representante do Sindicato dos Médicos, que mostraram o desejo de também serem ouvidos os médicos nesta Comissão, em igualdade de condições, como fora ouvido S. Ex.ª o Sr. Governador.

Como havia um feriado no fim da semana, impedindo a sexta-feira, tivemos dificuldades de contactar com os colegas da comissão, para que a reivindicação dos médicos fosse atendida. Na segunda-feira e ontem, terça-feira, retomamos o contato com os representantes dos médicos e tivemos oportunidade de comparecer à assembleia dos médicos, no recinto do SISB. À noite passada lá estivemos, numa assembleia, com a presença, provavelmente, de mais de mil médicos, onde a classe se reuniu para debater os problemas referentes às suas reivindicações. Na oportunidade, pudemos observar que uma comissão, presidida pela Presidenta do Sindicato dos Médicos, fora designada para dialogar com S. Ex.ª o Sr. Governador José Aparecido; e a assembleia aguardava a volta, e testemunhamos o relato que foi feito, ao regressar do Palácio do Buriti a Presidenta do Sindicato. Pelo que pudemos observar nessa noite, realmente nos encontramos, no presente momento, num impasse, que deve ser resolvido o mais rapidamente possível, vez que os médicos já apresentaram propostas concretas ao Governo. Das várias manifestações da assembleia dos médicos, através do pronunciamento de diversos oradores, pudemos observar que não houve ainda uma contrapartida objetiva por parte do Governo, para que as negociações se processassem de maneira clara, cristalina. Tiramos a conclusão de que há necessidade de o Governo fazer a contrapartida da oferta, para se entrar numa negociação objetiva.

Também pudemos observar que os médicos estão organizados, estão fazendo uma greve consequente, com todas as providências cabíveis no caso, que os médicos estão tomando atitude altamente responsável para que os serviços essenciais não fiquem paralisados. Nos serviços de emergência foram tomadas as providências para que equipes de plantão suprissem as necessidades emergenciais de saúde, e que também não fossem interrompidos os atendimentos de campanha, como vacinação. As propostas apresentadas nessa reunião que tinham a aparência de uma atitude, no momento, radical, como a re-

cusa de assinatura de atestado médico, ou a recusa de exigências maiores para atestado de óbito, essas propostas foram recusadas, mostrando o alto espírito de solidariedade humana dos médicos, nessa atitude que tomam todos em busca da reivindicação daquilo que julgam seu direito de exercer a sua atividade e receberem os proventos adequados à sustentação mínima de seu trabalho.

Foi o que pudemos observar na assembleia de ontem, e nos comprometemos, ad referendum da Presidência de trazê-los hoje aqui, para esta reunião. Tomamos as providências cabíveis, de ontem para cá, e aqui estamos presentes.

Também participou aos Srs. Médicos que o Presidente em exercício, Senador Raimundo Parente, logo que tomou conhecimento, por meu intermédio, da intenção dos Srs. Médicos, se colocou inteiramente à disposição para presidir a sessão, na ausência do Presidente efetivo, o Senador Mauro Borges, a qualquer momento e hora que eu tivesse combinado com os Srs. Médicos como havíamos combinado às 10 horas, aqui se encontra presente S. Ex.ª para presidir nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — A Presidência só tem a louvar o trabalho e o interesse do Senador Mário Maia.

De fato, esta reunião foi marcada por S. Ex.ª Foi-me comunicado, há poucos minutos, que haveria esta reunião. Estava eu na Comissão de Constituição e Justiça, em reunião, e de lá saí dirigindo-me para este órgão, do qual sou vice-Presidente. O nosso Presidente, Senador Mauro Borges, como já frisou o Senador Mário Maia, está em viagem pelo Nordeste. Portanto, S. Ex.ª aqui pôde comparecer. Tenho certeza de que, se aqui presente o Senador Mauro Borges, estaria também procurando ajudar os médicos e o Governo do Distrito Federal, em busca de uma solução que resguarde o interesse de todos.

Vou conceder a palavra à Dra. Maria José da Conceição, Presidenta do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

Para a sua exposição, disporá de 20 minutos.

A DRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO — Sr. Presidente, Senador Mário Maia, Senador Louvriol Baptista, colegas, a exposição que a Diretoria do Sindicato dos Médicos tem a trazer a esta Comissão do Distrito Federal é histórica de uma exposição baseada em dados históricos do que hoje significa o movimento médico no Distrito Federal, bem como uma exposição, baseada em dados técnicos, do que significa a nossa campanha salarial até o momento.

Aos Colegas não há necessidade de rememorar, mas a esta Comissão rememoramos que o Sindicato dos Médicos de Brasília, a Associação Médica e o Conselho Regional de Medicina de há muito vêm trazendo às autoridades as denúncias de como anda o sistema de atendimento médico no Distrito Federal.

O Plano de Saúde, elaborado e implantado no Distrito Federal em 1979, vem, ao longo dos anos, necessitando de correção das suas distorções, não só na sua implantação, como na própria aplicação desse sistema.

Durante este tempo, essas entidades, apesar de feitas as denúncias, não têm sido ouvidas ou sequer consultadas, no decorrer deste período. Insistentemente, viemos aqui trazendo as nossas denúncias, mostrando que hoje o sistema de saúde do Distrito Federal não atinge, na verdade, a massa de população que luta o Distrito Federal.

Temos, hoje, principalmente na área periférica, hospitais com infra-estrutura defasada, hospitais que não comportam a massa de atendimento médico que ali chegam. Um exemplo claro e objetivo, o Hospital Regional da Ceilândia, que foi estruturado em cima de uma população "x" e que hoje, sabemos, essa população extrapolou a qualquer perspectiva estabelecida em estatística; o Hospital Regional de Taguatinga — sabemos hoje, inclusive denúncia do próprio Governador, que ali esteve, que a infra-estrutura desse Hospital não suporta a demanda, o hospital, realmente, precisa de reformas emergenciais.

O grupo de profissionais que trabalham dentro da Fundação, hoje, nem sequer de longe, chega a atender o

número de pacientes que demandam a esses locais de atendimento.

Dentro da área econômica, há muitos anos, o Sindicato — afé um ponto relativo à área sindical — o Sindicato vem levantando uma série de reivindicações salariais que até o momento não foram atendidas pela Fundação Hospitalar. De 1983 a 1985, em que predominou, de forma mais evidente, o arrocho salarial, com a publicação dos Decretos nºs 2.045 e 2.065, a categoria médica teve a defasagem salarial acentuada. O seu salário, que dois anos atrás era considerado um salário padrão para todas as outras instituições a nível nacional e que, inclusive serviria de parâmetro numa comparação com a Previdência Social, hoje se encontra inteiramente defasado. Temos hoje, dentro da Fundação, um médico de início de carreira recebendo o salário de 1 milhão, 446 mil cruzeiros, já reajustados em 100% do INPC; enquanto que, na Previdência Social, o médico de início de carreira, com as gratificações que foram concedidas por aquela Instituição, chega hoje à cerca de 2 milhões e 200 mil, 2 milhões e 300 mil. O médico de 20 anos de profissão dentro da Fundação Hospitalar, com 20 anos de trabalho, com 20 anos de sacrifícios nessa estrutura que, como foi colocado aqui, deixa muito a desejar em condições de trabalho, está hoje recebendo, de uma forma injusta Cr\$ 2.627.144.

Isto mostra até aonde vai a nossa defasagem salarial, isso mostra até onde os profissionais, não só da categoria médica, poderíamos falar aqui de todas as outras categorias, mas, como representamos os médicos, estamos aqui trazendo os dados com relação a esta categoria;

Verificamos que hoje profissionais com 20 anos, relegados à linha de frente do atendimento médico, em pronto-socorro — e os Senadores que são médicos entendem o que é um trabalho dentro de um pronto-socorro, o desgaste não só físico como mental que se tem durante 20 anos —, esse profissional é gratificado com esse salário de Cr\$ 2.627.144.

Iniciamos a nossa campanha salarial do ano passado, Senadores, com um salário muito abaixo do que este que colocamos aqui. Naquela época, em novembro, fizemos a nossa negociação com o então Secretário Tito Figueiroa. Nossas reivindicações, uma pauta composta de 26 itens, não só se tratava de salários como se tratava, primeiro, da democratização da instituição que durante estes 20 anos nos impôs uma linha de pensamento, e que consideramos que essa linha de pensamento deveria ser reformulada.

Propusemos a essa instituição a formulação de eleições diretas em todos os níveis. Propusemos, também, a concessão da eleição de delegados sindicais, que é um avanço dentro da Legislação Trabalhista e que significa a ligação da categoria com a sua entidade representativa.

Propusemos, também, o comprometimento de se fazer um estudo da nossa reposição salarial acima dos 100% do INPC, que se estava tentando negociar, porque considerávamos que apenas os 100% do INPC não seriam capazes de corrigir essa distorção salarial.

Propusemos a estabilidade no emprego para os médicos. Propusemos o direito de a gestante amamentar os seus filhos. E pasmem, nós, médicos, que pregamos a amamentação, não temos o direito sequer de amamentar os nossos filhos.

Propusemos a instituição de creches para os funcionários da Fundação.

Fizemos um acordo parcial com a Fundação, em que vários itens foram rejeitados. Dentro desse acordo, havia uma cláusula que dava direito à entidade continuar o processo de negociação com o próximo secretário que viesse a ser convocado, após a posse do novo governador.

Infelizmente, nesse período, houve a interinidade e, infelizmente, Brasília não dispõe ainda da sua representação política. Então, tivemos que aguardar com paciência que se colocasse um interino na Secretaria de Saúde, para que pudéssemos negociar.

Diante da interinidade, a resposta do secretário interino era óbvia: não havia condições de negociações. Nesse intervalo, os médicos vinham realizando várias assembleias, e essas assembleias, numa tentativa do diálogo

go, vinham mantendo a perspectiva de prazos, até que se tivesse uma solução definida por parte da Secretaria.

Assumiu a Secretaria de Saúde o Deputado Carlos Mosconi. Na nossa primeira reunião com o Deputado, foi colocado sobre a mesa do Deputado que dispúnhamos de um tempo para negociar de apenas 15 dias, porque esse tempo foi colocado pela própria assembléia.

O Deputado nos respondeu, muito satisfeito, de dispor ainda de um tempo de negociação, de que esse tempo era relativamente fácil de ser esgotado e que ele considerava que chegaríamos a um bom resultado na negociação.

Infelizmente, o tempo começou a correr e não houve por parte da Fundação nenhuma manifestação de proposta objetiva de negociação.

Apresentamos ao Deputado Mosconi, como proposta real de negociação, o índice que considerávamos, calculado com o DIEESE, de reposição salarial. Esse índice estava fixado em torno de 35,6 e que nos dava — para os Srs. terem uma avaliação direta um aumento de salário na seguinte proporção: de Cr\$ 1.446.919, da referência inicial, reajustado em 35,6, nosso salário passava a Cr\$ 1.962.021, ou seja, cerca de 400 mil cruzeiros de aumento de salário. Isso era irrisório, esta era a nossa proposta.

A Fundação nos acenou com a possibilidade de negociar em cima da reposição salarial de setembro. Pagamos-lhe 100% do INPC em setembro, como diferença salarial, mas não incorporaria esses 100% ao nosso reajuste de março.

Afirmamos à Fundação que isso não era uma proposta, não podia nem sequer ser negociado.

Elas nos acenou, então, com uma proposta, algo diferente. Corrigiria o salário em 100% do INPC em setembro e faria uma reposição de 1983 a 1985, que daria em torno de 20,5.

Iniciamos, então, um processo de discussão em cima dessa proposta. Fomos surpreendidos, na última sexta-feira, pelo Secretário de Saúde, que a SEPLAN não aceitava negociação de reposição salarial e que haveria uma necessidade de modificação do eixo das negociações, e que nos acenava com uma proposta possível de ser negociada, que seria a concessão de 80% de gratificação semelhante àquela que a Previdência Social concedeu aos seus médicos, e também a concessão de um remanejamento de até 12 referências no quadro de carreira da Fundação.

Dissemos ao Secretário que esperávamos essa proposta de forma objetiva, assinada embaixo, para que pudessemos negociar.

Na segunda-feira, fomos mais uma vez surpreendidos com a afirmação, por parte da própria Secretaria, de que não havia proposta, que aquela proposta, na verdade, não podia ser negociada, porque não era uma proposta, e que não havia uma proposta a ser transmitida à categoria. Havia, sim, uma proposta secreta, estabelecida entre a Secretaria de Saúde e o Governo do Distrito Federal, mas que essa proposta não poderia ser repassada à Diretoria do Sindicato, porque ela só seria repassada no momento em que a SEPLAN desse o aval.

Dissemos ao Sr. Secretário que seria muito difícil levar uma colocação desse tipo a uma assembléia que estava na expectativa da discussão real de uma contraproposta.

Nesse intervalo, fomos levados, como foi relatado aqui pelo Senador Mário Maia, comparecemos ao Gabinete do Governador. No Gabinete do Governador, depois de uma longa discussão, o Governador nos situou de que, na verdade, o Governo do Distrito Federal encontra uma dificuldade no encaminhamento de aumentos salariais das respectivas categorias, porque sempre há o crivo da SEPLAN, que a SEPLAN trata diferentemente o Governo do Distrito Federal dos outros Estados; que a SEPLAN negocia com outros Estados com autonomia estadual, mas com o Governo do Distrito Federal ela negocia em outro plano, necessitando da interferência do próprio Governo Federal, que ele considerava que havia uma necessidade política de firmar essa posição, porque o Governo se mostrava sensível, e fez um relato do que foi a visita do Governador ao Hospital de Base de Brasília, das condições em que hoje se encontra esse Hospital, da deterioração de alguns setores, como, por exemplo, Anatomia Patológica, em que as geladeiras que guardam os cadáveres estão sem funcionar, do teto que

está caindo, dos banheiros que não funcionam, dos esgotos abertos dentro do Hospital, do problema da infecção hospitalar; que, na verdade, ele, Governador, estava preso à SEPLAN, mas ele havia discutido uma alternativa de negociação, que se baseava em alguns princípios. O primeiro era o princípio da isonomia salarial. Funcionários do GDF teriam que ter salários idênticos, uma vez que há uma defasagem entre a administração central e a Fundação Hospitalar.

Acenou-nos com a possibilidade, também, da negociação em termos de quatro decretos, que na área médica se resumem a dois apenas: a gratificação de 80%, semelhante à que foi concedida pela Previdência; o remanejamento das 12 referências, dentro do quadro de carreira, mas que deixava bastante claro que isto eram princípios, que a proposta não estava estabelecida, que a proposta não estava objetivada.

Saímos dali muito apreensivos e fomos à assembléia. A assembléia concluiu que, enquanto não houvesse uma proposta objetiva, a greve continuaria.

Colocamos aqui que a greve na área médica realmente é uma greve de uma importância capital. Lidamos com vida, não lidamos com máquina. Estamos aqui conscientes de que a nossa greve, no momento, só se encontra nesse processo porque, na verdade, houve, por parte dos nossos dirigentes, na área de Governo, uma total incompreensão e uma total, não colocaria um descaso, uma compreensão do que significa uma greve neste setor.

Sabemos que não há necessidade de discutir aqui as propostas que foram colocadas, porque no momento em que se fala num salário de Cr\$ 1.446.000 para um profissional de nível universitário, com 6 anos de formação, e que se encontra hoje nas piores condições de trabalho, é desnecessário qualquer argumento no sentido de repisar essas propostas. No entanto, é necessário enfatizar que a categoria se mostra apreensiva, porque ela própria se sente responsável. No momento em que lida com vidas, ela sente, de certa forma, que o seu compromisso maior, que é com a assistência médica à população, que esse compromisso pode sofrer algumas alterações, e não estamos aqui tentando repassar para a população aquilo que consideramos de direito nosso; que estamos aqui solicitando das autoridades competentes que tenham, realmente, a preocupação de negociação das nossas propostas e da solução dessa greve que hoje se estende ao seu oitavo dia; que acreditamos que, após oito dias de greve, os primeiros problemas começarão a surgir, que aquela população não atendida retornará ao seu local de atendimento, solicitando aquilo a que ela tem direito; e que hoje vemos, nesta nossa Nova República que se instala, que a preocupação com a saúde e educação deve, realmente, estar presente na cabeça dos nossos dirigentes; que hoje a saúde, mais do que qualquer outro ponto, deverá ser tratada com o respeito que ela merece. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Registro a presença dos Senadores Lourival Baptista e Marcondes Gadelha, membros desta Comissão e ambos médicos.

Concedo a palavra agora ao Dr. Francisco Barbosa da Costa, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA — Nobre Senador Raimundo Parente, Presidente desta Comissão; nobre Senador Mário Maia, médico; Senador Lourival Baptista, médico; e Senador Marcondes Gadelha, médico — os Senadores Marcondes Gadelha e Mário Maia ex-profissionais da Medicina no Distrito Federal, que conhecem bem o início e podem ter elementos de comparação com o que acontece hoje com a saúde, com a estrutura do sistema e com os médicos do Distrito Federal, porque são partícipes da coisa.

Prezados Companheiros, é inusitado que estejamos aqui hoje, como Presidente do Conselho Regional de Medicina, diante de uma paralisação de médicos. Se não o é, é até surpreendente se não acompanharmos a evolução dos movimentos político e social deste País.

Até pouco tempo algumas pessoas, e ainda hoje, entendem que os médicos e os profissionais de saúde não podem parar, porque é uma atividade essencial, como são tantas outras. Como são os bombeiros, como são os companheiros do petróleo, como são os companheiros de todos os serviços.

Acontece que, ao mesmo tempo em que se informa e se insiste na essencialidade da atividade, descarta-se de fornecer a esses profissionais a estrutura, as condições de trabalho — aí incluídos salários — necessárias ao gáudio de desenvolverem um trabalho essencial.

É essencial para a Nação, é essencial para a população o nosso trabalho. E porque é essencial, deve ser tratado pelo menos em igualdade de condições com outros que nem essenciais o são.

De forma que não estamos aqui postulando condições salariais ou condições de trabalho diferentes das mínimas necessárias ao desempenho da nossa profissão. Por isto, os Conselhos de Medicina de todo este Brasil e todos os Conselhos de Saúde, recentemente reunidos em Fortaleza, no Ceará, no II Encontro Nacional dos Conselhos de Profissionais de Saúde, decidiram dizer aos Poderes constituídos da Nação, à Presidência da República, aos Ministérios da área, inclusive o do Trabalho, que os Conselhos dos Profissionais de Saúde, todos, das dez categorias profissionais de saúde, entendem que a paralisação, respeitados determinados princípios, previstos na Constituição, previstas no Código Penal, com olho no Código Civil, e respeitando não só a ética médica como a ética do trato da coisa pública e da execução de um serviço, respeitados estes princípios, a paralisação é um direito legítimo do trabalhador, de qualquer categoria de trabalhador, e que, quando o trabalhador pára no setor de serviço, ele deve ter a consciência de que o alvo da paralisação não é o patrão do regime capitalista habitual, é o Estado, que tem tanta responsabilidade com a população quanto o profissional do setor de serviços, e talvez mais.

Dito isto, pretendo ter explicado por que nós do Conselho Regional de Medicina e do Conselho Federal de Medicina, do qual sou Vice-Presidente, e trago aqui também a posição do Conselho Federal de Medicina, adotada ontem em reunião do Rio de Janeiro, e que será repetida aqui, no dia 20, quando teremos uma reunião de todas as entidades do setor médico, todos os Conselhos, todos os sindicatos e todas as associações médicas estarão fazendo o seu Encontro Nacional, aqui, em Brasília, de 20 a 22, quando estaremos discutindo o Programa Nacional de Saúde e a questão da situação do médico, aí inserida a questão do seguro-saúde. Estaremos discutindo a posição do médico e a Constituinte com os Ministros da área e, provavelmente, o Ministro Fernando Lyra. Todos os Conselhos, sindicatos e associações se posicionarão sobre tudo que estamos discutindo aqui.

Depois que a companheira Maria José da Conceição colocou a questão específica da reivindicação salarial, devo dizer, como Presidente do Conselho Regional de Medicina e como Membro da Associação Médica de Brasília, e um liderado e sindicalizado, que a nossa luta, realmente, começa como cidadãos, há muito tempo.

Há muito tempo vimos dizendo, desde que chegamos a Brasília, desde que as entidades começaram a se organizar, ainda nos períodos mais duros do regime autoritário, vimos dizendo a todos, ao público, através dos nossos jornais, através dos nossos debates, aqui mesmo no Plenário da Câmara, na Comissão de Saúde do Distrito Federal e na Comissão de Saúde do Senado, vimos dizendo que a propaganda, que a publicidade, que o lobby na imprensa que o Estado vinha fazendo, em todos os seus setores, principalmente no setor de saúde, estava colocando uma cortina de fumaça na realidade da situação do serviço de saúde no Distrito Federal.

Não fomos ouvidos, porque o lobby, a campanha publicitária, principalmente a conseguida nos seis últimos anos, mascarou essa situação e colocou para o Brasil inteiro como se tivéssemos o melhor sistema de saúde do País. Manipularam-se estatísticas, manipularam-se dados. Hoje parece surpreendente para alguns companheiros imaginar que, de repente, o médico de Brasília está ganhando muito pouco, que, de repente, as condições de Brasília são muito ruins para se trabalhar.

Não foi de repente. Foi, realmente, um acabar com as coisas do setor social que aconteceu nos últimos anos. Desde o programa de Bandeira de Melo, quando se imaginava realmente que Brasília teria um grande sistema de saúde, voltado para a atenção e para a formulação democrática desta prática, desde 1964, infelizmente, a coisa vem num degringolar, que acaba nisto que estamos vivenciando agora, e, por sorte, com a Nova República,

essas coisas podem vir desta forma como estão vindo aqui.

O Conselho Regional de Medicina, por exemplo, e a Associação Médica de Brasília, em 1979, apresentaram um estudo à Secretaria de Saúde, mostrando que nenhum sistema de saúde, que se pretendesse hierarquizado e regionalizado, poderia deixar de observar o que se passava nas cidades-satélites, ou seja, não se poderia voltar as costas à necessidade de criar condições, para que pelo menos no setor de saúde e no setor de educação, em todos os setores, que o máximo de profissionais pudesse ser fixado no seu local de trabalho, porque era absolutamente indesejado que companheiros se deslocassem, diariamente, mais de 40 quilômetros, para prestar assistência à saúde de uma população, em cujo local ele não bebe, ele não come, ele não vive, ele não mora, ele não conhece. É o oposto da assim propalada interiorização da Medicina. Interioriza-se o profissional durante duas, três ou quatro horas ou doze horas por dia, depois ele volta, para morar às margens do Lago ou no Plano Piloto. É o que é pior, volta de ônibus ou volta de carona, porque já nem mais lhe dão condições de se conduzir para lá e voltar.

Esta, a situação que se vem aprofundando nos últimos anos.

Constrõem-se algumas coisas nas cidades-satélites e os profissionais de nível superior, que podem ter dois vínculos — um só não lhes dá para viver — e porque a Constituição lhes permite, eles começam a colocar as cidades-satélites como bico. Como as cidades-satélites contêm a maior parcela da população, evidentemente o que se constata é que qualquer sistema de saúde que não contempla a cidade-satélite como questão prioritária estará de perna quebrada, evidentemente.

Dissemos isto em 1979. Apresentamos um trabalho à Secretaria de Saúde, um trabalho mostrando todos os valores, as horas que o profissional de saúde — não é só o médico — passa dentro dos carros, durante um ano. Pelo menos 45 minutos de ida e de volta, se percorrer, a 80 quilômetros por hora, certas distâncias. Cinco vezes ou seis por semana. Perde horas a fio dentro daquele ônibus, perde horas a fio dentro do hospital, que nenhum deles tem biblioteca, nenhum deles tem nenhum estímulo científico, nenhum deles tem qualquer reciclagem. Uma sobrecarga de trabalho imensa, uma população pobre. Há falta de medicamentos. Tudo aquilo que os companheiros conhecem é mais grave nas cidades satélites.

É nesse setor, junto à morte, junto ao sangue, junto à maior criminalidade, junto à maior pobreza, junto ao paciente, que é preciso dizer, sem asco, mas para que se diga a verdade, o paciente sujo, o paciente descalço, o paciente cheio de infecções, é este, companheiros, o tipo de paciente que atendemos nas cidades satélites, muito diferente do paciente que o médico do Senado aqui atende, nos gabinetes refrigerados, atapetados, como funciona a maior parte da direção deste País. (Palmas.) É surpreendente para o Governador José Aparecido encontrar no Hospital da Ceilândia condições indignas para um ser humano repousar, que dirá o médico que daqui a uma hora, meia hora ou um minuto terá que operar, terá que salvar uma vida, terá que fazer um parto. Estou falando para os médicos, estou falando para pessoas que, mesmo não sendo médico, sabem disso, que o profissional de saúde precisa realmente descansar durante o plantão, ele não pode trabalhar 12 horas. É justo, e está previsto na lei, que ele repouse, a fim de que, durante as 12 horas, precisa operar durante as 12. Deus lhe dará força, mas ele tem que descansar. É surpreendente para o Governador que vem de fora, mas para as pessoas que aqui estão há muito tempo, o chiqueirinho, o chiqueirão, o inferninho e o inferninho, foram palavras cunhadas há muitos anos em lugares onde desempenhamos nossas atividades. Dissemos isto em 79, e o Governo não nos ouviu.

Recentemente, em janeiro de 84, ao assumir a Secretaria de Saúde o Dr. Tito Figueiroa, nós do Conselho Regional de Medicina encaminhamos um relatório, mostrando as deficiências que o Conselho discutiu em sessão plenária. Nenhuma providência foi adotada até agora. Depois fizemos um debate com o Secretário de Saúde, em que apontamos tudo, e nada se modificou até agora. Depois fizemos um relatório sobre a implantação do Hospital Regional da Asa Norte — evidentemente o tempo é curto e não dá para destacarmos tudo, e vou deixar este relatório com a Comissão de Saúde — em que

mostrávamos que em 71, 72, quando o Hospital Regional da Asa Norte foi planejado, foi inaugurado agora, a Secretaria de Saúde conhecia a projeção do crescimento populacional das cidades-satélites, que exigiam maior atenção no setor saúde. Lá, em 71, 72, já era grave a carência de leitos nesta área, era flagrante a desproporção entre os serviços implantados no Plano Piloto e os daqueles núcleos populacionais.

Fica assim constatado que não se pode gerir a coisa pública com empirismo, compaixões, com jogo de influência e autocracia, o que foi feito em relação ao Hospital da Asa Norte, uma pletera de hospitais, e aí está bonito, lindo e maravilhoso, tapetes e aparelhos lindos para tudo quanto é lado, importados da França, dentro da esteira da importação de dólares etc., e a Ceilândia aquele horror, o que mostra que houve erro e temos de reconhecer que houve.

Apontamos que a hierarquização não existia, que o apoio administrativo não existia, apontamos que havia graves distorções. Vou deixar este documento com os Srs. Senadores, que é documento oficial, aprovado pelo Conselho de Medicina, que tem um representante no Conselho de Saúde, constituído pelas altas autoridades de saúde desta cidade, do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência, os Secretários-Gerais de ambos os Ministérios. É o Conselho de Saúde do Governo do Distrito Federal, que aprovou este documento como ele está aqui escrito, só que não o colocou na prática.

Em seguida, fizemos uma reunião de médicos em outubro de 84. Fizemos um debate público, que contou com a participação do Almirante-médico dirigente do hospital das Forças Armadas, do Superintendente do INAMPS, da Associação Brasileira de Hospitais, de representantes de médicos e representantes das comunidades. Fizemos um debate durante 3 dias. Esse debate produziu um relatório, apontando pela população do Gama a condição em que se pratica assistência médica nessa cidade, neste Distrito Federal. Foi entregue à Secretaria de Estado da Saúde.

Em seguida, denunciemos as condições em que se pratica o atendimento de emergência no Distrito Federal, e tudo isto antes da internação do Presidente Tancredo Neves.

Dizíamos a condição em que se pratica a medicina aqui, em Brasília. Fizemos um debate com a Fundação Pedrosa Horta. Desse debate participaram o Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Secretário de Saúde de Goiás, o Secretário de Saúde de Minas. Participaram todas as entidades do setor saúde, fizeram-se grupos, discutiram horas e horas os problemas da saúde no Distrito Federal, da saúde, não mais da medicina, da saúde como um todo. Produziu-se um documento. Esse documento foi datilografado finalmente pela instituição de debates do Partido que hoje está no Governo, do PMDB, a Fundação Pedrosa Horta, o qual foi entregue ao Governo e ao Partido, apontando tudo isto que estamos aqui dizendo, por escrito, com documentos, com estatísticas, com depoimentos da comunidade, e também não abtivemos nenhuma resposta a esse documento.

Trilhamos este caminho, e estamos agora trilhado mais um, que é vir aqui, a este local que substitui a Assembleia que haveremos de conquistar, que substitui a representação política que haveremos de conquistar. Contamos com a sensibilidade de políticos, dos Senhores, do Amazonas ao Acre, da Paraíba a outros representantes do Nordeste que estão aqui para representar, e os Senhores são isto.

Companheiros, os senadores que aqui se encontram são os representantes do povo do Distrito Federal. Estão aqui nos ouvindo como Assembleia Legislativa do Distrito Federal, com a obrigação que a lei lhes outorga de legislar, minimamente, entretanto, mas de legislar para o Distrito Federal. De forma que não estamos falando apenas a senadores. Estamos falando àqueles que têm sobre os seus ombros a responsabilidade de assessorar o Governo, de legislar em algumas coisas, mas de fazer pelo menos ressoar as necessidades da população do Distrito Federal. É isto que esperamos dos Senhores e achamos que isto hoje já é um passo.

A situação do momento atual desemboca em quê? Desemboca em que, cansados e sem condições de trabalho, e agora ganhando, companheiros, 1 milhão e 200 mil cruzeiros, para ir diariamente do Plano Piloto, do final

da Asa Norte para a Ceilândia, é este o salário líquido, 1 milhão e 200, mesmo com o aumento que houve agora, e já não há mais, como no tempo do Senador Marcondes Gadelha, no tempo do Senador Mário Maia e no meu tempo, a possibilidade fácil do segundo emprego.

A pletera do mercado de trabalho, a falta de concursos e a entrada em órgãos públicos sem concursos, como no Senado da República, como na Câmara dos Deputados (Palmas), para salários de 4, 6, 8 milhões, que não é muito, são salários justos — o médico do Senado, da Câmara, da PORTOBRÁS do Banco do Brasil do Banco Central, onde não se faz concurso, onde se é indicado por outro tipo de QI, o salário é justo, e talvez por isso não haja concurso. (Palmas.)

Para nós, não. Para nós é 1 milhão e 200. No Ceará é 290 mil cruzeiros líquidos, vim de lá agora; no Piauí, onde a greve se inicia hoje, é 270 mil cruzeiros líquidos.

Esta é a situação em que se encontra o profissional de saúde, trabalhador de um serviço essencial.

De forma que nós deparamos hoje com o progredir de um desleixo ou de uma falta de atenção com o setor social, e não há nenhuma propensão em relação aos médicos, em relação ao setor saúde. Isto é a falta de atenção com o setor social. Prestigiou-se o plantador de soja — corretamente; prestigiou-se a indústria de exportação — corretamente; prestigiaram-se outros setores, mas faltou o prestigiamento do setor social.

Companheiros, o achatamento salarial levou a isto aqui.

Sr. Presidente, somos testemunhas, como Presidente do Conselho que este movimento se pretende e tem sido ordeiro, tem sido ético e tem sido sereno.

O que estamos tentando compreender é por que que um Governo pretende colocar para a população que há solução de continuidade na instituição Governo. É preciso ficar claro, por parte dos Srs., para o nosso Governador e o nosso Secretário de Saúde, que mudam os homens, mas a instituição Governo não muda. A Secretaria de Saúde independe de João, Maria ou José, que a dirige. A Secretaria de Saúde é uma instituição cujas atitudes, cujas atividades não podem sofrer solução de continuidade. De forma que a interinidade daquele Governador que substituiu o Coronel Ornellas e o pouco tempo do Deputado José Aparecido não são justificativas para uma instituição Governo responsável.

As nossas negociações começaram em novembro. Apresentamos as propostas mais concretas em fevereiro a nossa data-base era março. Quando o Deputado Mosconi assumiu a Secretaria de Saúde, manifestamos o nosso desgosto, nosso inconformismo com a nomeação de uma pessoa de fora que não conhecia os problemas, e aí está a prática. Com todo o empenho, e ele tem tido empenho, mas tem dificuldades, porque não conhece o setor. Ele é político da região de plantadores de batata do sul de Minas. O Governador José Aparecido é político de Minas Gerais. Por maior empenho que tenham, têm dificuldades, que superarão, por certo, como políticos que são, mas temos de reconhecer que há dificuldade. O que não lhes faltou foi tempo, como estão dizendo. O que lhes faltou foi uma estrutura de Governo — e isto reconhecemos, lhes faltou conhecimento de causa e lhes faltou assessoria, fundamentalmente assessoria, porque o que abandonou o Governo não lhes passou nada de sério, e ficaram realmente sem condições de poder avaliar isto aí. O nosso movimento vinha de muito tempo.

Que atitudes toma o Governo, Srs. Senadores e que venho aqui dizer? As atitudes que o tempo já deveria ter colocado no esquecimento: política dentro dos hospitais, política fardada. O nosso Governador colocou política fardada, por exemplo, no Hospital Regional da Asa Norte, onde não há emergência. Polícia militar.

Não é isto que estamos pretendendo. Estamos pretendendo recursos, equipamentos, profissionais. Política não é necessária, mas foi colocada. Ônibus, Srs. Senadores! Ônibus que sabemos não têm condições nem de transportar o trabalhador no dia-a-dia, quanto mais, Senadores Marcondes Gadelha, Mário Maia e Lourival Baptista, como transportar paciente urgente em ônibus? Ônibus comum. Não é responsável uma atitude dessas. É equívoco de quem não é do setor, de quem não é do "mêtier", evidentemente. Não podem permitir isto, nem os

Srs., como Senadores. E os ônibus ainda continuam em alguns hospitais. Nunca dissemos que não íamos atender às urgências. Transportar um paciente em ônibus da Ceilândia, de Brasília, não é uma coisa séria. Realmente não é. Que as nossas ambulâncias não se diferenciam muito de ônibus, já o dissemos há muito tempo. Isto é uma coisa seriíssima que estamos denunciando há anos como Conselho: os pacientes morrem dentro das ambulâncias se precisarem de oxigênio, se precisarem de massagem. O nosso motorista não sabe, como os bombeiros sabem, como hoje pessoas que tomam conta de piscinas, que os Srs., sabem, têm treinamento para fazer reanimação. Aquele cidadão que fica de camiseta na piscina do nosso clube, lá no Clube do Congresso também, no domingo, sabe fazer reanimação de um senador ou filho de um de nós, mas o motorista de ambulância não sabe fazê-la, não sabe encaminhar um parto, que muitos leigos sabem fazer. Tentamos fazer isto no Gama uma vez, ensinar a profissional da ambulância que ele não é o motorista, que ele tem que ganhar mais como profissional da ambulância, porque ele é motorista de ambulância, ele é motorista que transporta doente. Esse cuidado também não está sendo tomado. O motorista de ônibus ganha mais do que o motorista da ambulância, em que pese o da ambulância ter que prestar assistência à saúde de vez em quando.

Depois, o que que ele faz? Felizmente o nosso Governador Iris Rezende desmentiu. Disse que o Governo de Goiás ia dar apoio aqui. Quando sabemos que somos nós que damos assistência a mais de 40 municípios de Goiás porque temos que dá-la. Está certo. O Brasil é um só. Brasília é para isto mesmo. Só precisamos de mais recursos. Dentro do populismo do Governador Iris Rezende, tenho a impressão que não colocaria esta. Parece que S. Ex.^a já recuou. Somos nós do Distrito Federal que atendemos à população do entorno do Distrito Federal. Isso atrapalha a população. Mas é sério dizer isto. Um Governador, e nós, profissionais de Saúde, não podemos aceitar falta de seriedade com um setor essencial, dizer que o Governador Iris Rezende vai colocar médico aqui e equipamento, não é verdade. É um negócio que não podemos permitir. Temos de fazer com que as pessoas não digam isto, porque isto atrapalha a seriedade que um setor público, como o Governo, uma Secretaria de Saúde, tem que ter, sob pena de não construirmos este País que queremos construir. Temos que dar credibilidade aos órgãos públicos. S. Ex.^a já desmentiu, hoje os jornais já desmentem. Depois, dizer que outros hospitais vão atender urgências. Não vão. Não atender a algumas, porque não têm estrutura. Nem o HFA, nem o INAMPS, e temos depoimentos que provam isto. Não têm mesmo. O Hospital do INAMPS não tem nenhuma estrutura, como não tem o Senado, como não tem a Câmara, que tem um excelente serviço em termo de montagem estrutural, mas, de repente, o plantonista que atende aos Srs. Senadores é um pediatra. Amanhã pode ser um obstetra, e os senhores sabem disto. Temos denunciado isto também. O que faz o pediatra que é chamado para atender o nosso Senador à noite? Corre com ele para o Hospital de Base. É a reboque-terapia, que acontece nas cidades-satélites. Isto é muito sério, senhores, porque não temos até hoje uma estrutura hospitalar de porte para a Capital da República. É por isto que o Presidente Tancredo Neves foi para fora. É por isto que os senhores vão para fora. É por isto que o Governador José Aparecido foi operado em Cleveland também. É por isto que as altas autoridades deste País vão para São Paulo ou vão para o exterior. É porque os senhores ainda não deram, e têm a responsabilidade de fazê-lo ao Distrito Federal, no setor de serviço o "status" de capital do País mais importante da América do Sul. (Palmas.) Aqui estão cento e poucas embaixadas.

No dia em que o nosso saudoso Presidente Tancredo Neves foi internado, estavam aqui o Vice-Presidente dos Estados Unidos, o nosso querido Presidente da Argentina, estava aqui o Presidente da Nicarágua, estava aqui o Primeiro-Ministro de Portugal, estavam aqui representantes de tantos outros países. Se esses homens tivessem adoecido?! Se um louco tivesse cometido um atentado?! Se um avião tivesse sofrido qualquer acidente?! Se um veículo, como o do Governador Franco Montoro, bates-

se, como o do Presidente Kubitschek, que o matou?! Se tivesse acontecido com um desses homens qualquer coisa?! O Presidente Reagan mandaria para o seu Vice-Presidente o avião-hospital que estava aqui perto estacionado. É os demais?! E o Senador?! E o Presidente da República?! E o Presidente da PETROBRÁS?! E os Ministros dos Tribunais Superiores?! E as grandes cabeças deste País que trabalham, e os outros que virão trabalhar aqui, no Distrito Federal, onde serão atendidos?! Pela Golden Cross?! Não. Pelo Seguro BRADESCO; pelo CQMIND, pelo Itaú?! Não. Não, porque são empresas mercantilistas que visam o lucro, somos nós que vamos ter que atender, e os senhores têm que se compenetrar que esta cidade tem que ter uma estrutura de serviço para sua população, e que dê, ao mesmo tempo, acesso aos senhores. Os senhores não têm um serviço de saúde que lhes permita internamento. Os senhores vão é para o Hospital de Base mesmo, porque, lá, é o melhor hospital que temos em toda esta região. Precisa de estrutura, e os senhores têm que dá-la, têm que dá-la, como compromisso que têm com o Distrito Federal, e até para os senhores mesmos, porque não dá, em certos momentos, para pegar o avião.

O que buscamos? Buscamos o diálogo. Como Conselho, no dia em que o Secretário de Saúde Mosconi assumiu, fomos ao Secretário, e lhe dissemos: "Prezado Mosconi, companheiro de luta por uma melhor política de saúde para o Brasil, como ex-Presidente da Comissão de Saúde, não temos nenhuma..." Nada disto aqui lhe foi dito. Foi-lhe dito apenas o seguinte: "No momento oportuno, nós, do Conselho, viemos conversar com você, mas, neste instante, cuide apenas da questão de uma paralisação que pode ocorrer no dia 3". Ele disse que estava cuidando. De modo que não é verdade que tenha havido intempestividade. Ele foi avisado por mim e por outros companheiros, e ele não nega isto, que a paralisação poderia ocorrer, porque a situação era insuportável. O que faltou foi aquilo que já dissemos antes, alguém do "métier", do meio, para poder entender a questão.

Até agora, nenhuma proposta concreta, companheiro. O que aconteceu, Srs. Senadores? Aconteceu o seguinte: na quarta-feira passada, o homem que deveria decidir do dinheiro para o setor saúde, segurança e educação — vejamos que curiosidade —, o Governo do Distrito Federal, no setor saúde, segurança e educação, não depende do Governo. Dependia do Delfim Netto, e agora depende de João Sayad, como se estivéssemos em um país estrangeiro. O resto dos funcionários, aqueles que dirigem o Governo do Distrito Federal, percebem por verba própria e podem aumentar o seu salário corretamente. Agora, nós outros não. A verba vem de outro lugar, como se esta Nação não fosse uma mesma coisa. O que aconteceu com o nosso Ministro do Planejamento? Foi para São Paulo quarta-feira. Era feriado na quinta. Não voltou na sexta. Não houve nada no sábado e não houve nada no domingo. No entanto, nós, atividade essencial, trabalhamos no feriado, no sábado e no domingo. Bolas! O que é que há?! Então, não dá para esses cidadãos pararem aqui num fim-de-semana, onde está a SEPLAN para resolver essa questão?! Não dá para interromper uma inauguração, uma visita a um jardim, que pode esperar um pouco mais e concentrar maior esforço na solução do problema da saúde, do cidadão do Distrito Federal?! Não dá para interromper certas coisas e fazer um mutirão para equacionar de forma responsável e rápida, como pretendemos? Queríamos ter nenhum dia de greve. Queríamos interromper hoje a paralisação, se for possível. No entanto, quem está discutindo nosso problema, afinal de contas? Nós, como os senhores, como políticos que têm a obrigação profissional de políticos, que têm sensibilidade para um problema social. Queremos, seja João ou seja Delfim, que os técnicos tenham a mesma sensibilidade que os senhores do problema social, senão os senhores vão para lá e eles é que vão ser os políticos. O político é um ser que, por excelência, por profissão, por dever, tem que ter sensibilidade para o social.

Então, é dos senhores que depende realmente a busca da solução mais rápida para este problema. O Governo não está tendo rapidez nessa solução. Teve rapidez com o ônibus, teve rapidez com a polícia, teve rapidez com a

nota oficial — já foram duas as notas oficiais, uma do Governador, outra do Secretário, mas não está tendo clareza na solução.

Houve a procrastinação, houve intolerância no setor, e o que está acontecendo Srs. Senadores? O Senador Mário Maia viu ontem. Qualquer movimento de paralisação, qualquer movimento de massa tende a um aprofundamento com o correr do tempo. As lideranças do movimento, os companheiros que têm a responsabilidade da interlocução estão procurando segurar o movimento dentro dos canais éticos, ordeiros e legais. Aqui não está nenhuma ameaça. Aqui está a clareza de que temos tido o empenho de manter a situação desse jeito. Vamos fazer a vacinação, vamos continuar atendendo à emergência, vamos continuar fazendo os partos, vamos continuar tratando e operando os cancerosos, mesmo sendo cirurgias seletivas. No entanto, é preciso que os senhores e o Governo façam a sua parte.

Vou encerrar, dizendo que já se demonstra que o movimento social tem compreensão de que é ele que modifica o País. Mas precisamos voltar atrás e dizer que outras forças que tentaram modificar o País modificaram-na na aparência, e no setor social para pior. O povo entendeu agora que através dos políticos e através dele próprio é que se vai modificar este País. Já foram tidas experiências com outras categorias profissionais, e não deram certo. Então, agora tem que ser com a sociedade civil mesmo que a coisa vai dar certo.

Estamos preocupados, porque o movimento social de saúde é muito solidário. Hoje acabou-se aquela história de que o médico era o chefe da equipe. Na cabeça de alguns ainda continua. Hoje sabemos da importância do nutricionista, do psicólogo, do dentista, do farmacêutico, do veterinário, do assistente social, do fonoaudiólogo. São tudo a mesma coisa. Está acontecendo agora que todos têm o mesmo salário achatado, todos trabalham nos mesmos porões, na mesma sujeira, com a mesma falta de condições — é um trabalho técnico, não é questão de limpeza, só, não, nem de ser bonito. É questão de se ter equipamento sério. Os Srs. sabem, ou não funciona o estetoscópio, não há auricular, furou o ouvido da gente, está cheio de cera. Os Srs. sabem que é isso, é assim que está. Eles também estão paralisando. A farmácia começa, os dentistas começam, daqui a pouco vem a enfermagem. Quando a enfermagem paralisa, aí fica realmente uma coisa mais difícil.

Diferentemente dos outros Estados, Srs. Senadores nisto. Brasília é ímpar. Nós, da Fundação Hospitalar, atendemos a mais de 80% da população. O Governador Brizola tem conseguido levar, por mais de 30, quase 40 dias a greve dos profissionais de saúde do Rio de Janeiro, porque o Estado lá atende a menos, talvez, de 20% do Estado. Lá há a melhor estrutura da Previdência Social, quatro grandes hospitais da Previdência Social estão no Rio de Janeiro, e várias outras instituições, modo que o Estado atende a uma parcela mínima. Nós aqui, não. Aqui entendemos a parcela máxima. Do alto risco à emergência, só somos nós que atendemos. Os hospitais privados, as pequenas clínicas privadas não investem no setor de alto custo, os Srs. sabem disto. É a lei de mercado, é a lei mercantil. É da sociedade mercantil. O homem do povo vai ser atendido nos hospitais da Fundação Hospitalar. Atendemos a mais de 80%. A enfermagem parando, os centros de saúde parando, como já acontece hoje, é um horror. Temos consciência disto. É preciso que o Governo também a tenha.

Agora finalizando mesmo, devo dizer que esta é uma preocupação nossa e que a situação da população tem que merecer dos Srs. urgência. Nossas expectativas, em aqui vindo, são as seguintes, do ponto de vista do Conselho.

Em primeiro lugar, o atendimento das nossas reivindicações ou uma contraproposta se desse já, se desse a curto prazo, porque a negociação também leva tempo — temos que ouvir os nossos setores técnicos, temos que ouvir os nossos companheiros. Há que se ter uma clareza logo da posição do Governo. Chega de conversa, vamos passar para os números agora. Gostamos de conversar, mas ficamos conversando com o Governador na antesala e os técnicos começam a elaborar a proposta na ou-

tra. Esta seria uma boa fórmula talvez, porque como eu, ele também gosta de um bom papo.

Segunda, seria a prazo médio. Gostaríamos que V. Ex^{as} se debruçassem sobre o Plano de Saúde do Distrito Federal.

Eu disse aqui muito pouco. O plano de saúde do Distrito Federal vem desde o povo da Ceilândia até à inserção do Distrito Federal, como a Capital da República, que tem uma Universidade falida, gerida por um coronel que a colocou no último ponto no setor social. Não se conhece um professor de Medicina do Distrito Federal que tenha galardão, que tenha serviços. Não existem serviços em Brasília mesmo. Não há em nenhum setor, está todo mundo solto. É preciso criar, é preciso repensar essa Universidade. Ela não tem nenhuma estrutura. Ela está lá no meio dos corredores do Hospital do INAMPS, e convivendo mal com os médicos do INAMPS.

Ora, uma cidade que não tem universidade, que não tem uma Escola de Medicina que se insira na sociedade, é um negócio difícil.

Então, temos que pensar, como Assembléia Legislativa do Distrito Federal que V. Ex^{as} são, por enquanto, espero, e por pouco tempo, que os Srs. Senadores enfoquem isto.

Por último, esperamos que V. Ex^{as}, como políticos, apóiem os Senadores Marcondes Gadelha e Mário Maia já têm esse compromisso também é pelo menos de público, inclusive o Senador Marcondes Gadelha hoje avançou nas propostas. No I Simpósio, de que V. Ex^a, participou e eu também, patronado pelo "Correio Brasileiro", a coisa já avançou um pouco... único canal de impedir que outros profissionais, como os médicos, tenham que paralisar, para ver atendidas a questão da saúde da população e a questão salarial dos médicos.

Era o que tinha a dizer, Srs. Senadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Dr. Anísio Pires de Freitas, Presidente da Associação Médica de Brasília.

O SR. ANÍSIO PIRES DE FREITAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazemos parte de um movimento unitário.

Depois de ouvirmos as brilhantes apresentações da Dr^a Maria José da Conceição e do Dr. Francisco Barbosa da Costa, não nos resta mais do que ratificar tudo que aqui foi dito.

Apenas lembraria que tudo que foi dito é muito antigo. Já os "Boletins" da Associação Médica e do Sindicato, há 6 anos, estampavam, nas suas páginas, toda essa problemática. Por conta desse posicionamento, o Sindicato foi levado às barras do Tribunal, ameaçado com a lei de Segurança Nacional. (Palmas.)

Peço portanto, Sr. Presidente, permissão para passar o meu tempo, que já foi bastante esgotado com a palestra dos dois colegas que me antecederam, para o auditório. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sr. Anísio Pires, V. S^a disporia de 10 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos, para fazer sua exposição como Presidente da Associação Médica do Distrito Federal. Como V. S^a passa esse direito ao auditório, a Mesa recebe inscrições para intervenções e propõe ao Plenário, àqueles que desejam usar da palavra, que façam exposições rápidas, já que a tese foi bem explanada pela Presidenta do Sindicato e pelo Presidente do Conselho Regional de Medicina, façam a exposição de seus pensamentos dentro de 3 minutos, prorrogáveis por mais dois.

A Mesa recebe, então, inscrições.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA NEGRI (Ceilândia) — Sr. Presidente, tivemos oportunidade, no ano passado, de conversar com o então Secretário de Saúde e solicitar a S. Ex^a, dentro da situação em que se encontravam os hospitais de Ceilândia e Taguatinga, a construção de um hospital que desse apoio a essas duas satélites e às cidades, do entorno do Distrito Federal, relativas àquela região, Taguatinga e Ceilândia. O Secretário se comprometeu conosco de trabalhar neste sentido, com a construção de um hospital de no mínimo 600 leitos. Já conseguimos o terreno para essa construção, à

guisa de conhecimento dos nossos colegas do Conselho Regional de Medicina, e creio que a colega Maria José já sabia disto. O terreno fica localizado atrás do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, lá na Ceilândia.

Gostaríamos que esta Comissão incluísse nos assuntos do interesse de saúde do Distrito Federal a construção desse hospital, a fim de que as nossas ambulâncias, que já têm dificuldade em conduzir os pacientes não tenham necessidade de se deslocar em alta velocidade de Taguatinga e Ceilândia, levando em torno de 20 a 25 minutos para chegar ao Hospital de Base, e que os nossos motoristas não venham a morrer na estrada, como já aconteceu várias vezes. Inclusive, uma vez aconteceu um caso muito engraçado. O motorista correu muito, bateu a ambulância. Morreram o motorista, a enfermeira e o acompanhante do elemento que estava doente, e este ficou vivo. O paciente terminou por atender o pessoal ferido. São coisas que têm acontecido constantemente.

Para que se evite esse tipo de coisas, reformulamos aqui o nosso pedido. A necessidade de construção desse hospital, com determinada urgência, já foi mais do que mostrada aqui, perante a Comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Dr. Carlos Renato da Fonseca.

O SR. CARLOS RENATO DA FONSECA — Sr. Presidente e Srs. Senadores, increvemo-nos para este pequeno pronunciamento no sentido de ratificar as palavras do Colega Francisco Barbosa da Costa e pedir, encarecidamente, que V. Ex^{as}, com a sua autoridade e com a sua responsabilidade de representantes do povo do Distrito Federal, chamem à responsabilidade este Governo, que está tratando de forma irresponsável a nossa greve. Além de estarmos em uma situação salarial insustentável, as condições de trabalho e de segurança ao profissional de saúde estão cada dia mais precárias. Colegas foram assassinados em hospitais, colegas sofreram atentados em centros e saúde e em hospitais, e tudo isso se deve, única e exclusivamente, à irresponsabilidade do Governo no tratamento do setor saúde. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Continua facultada a palavra.

A SRA. AVERSONIR (Hospital de Base) — Estou no Hospital Distrital deste 1960. No dia 27 de março passado completei 25 anos de trabalho lá, não como médica o tempo todo.

Já foi dito muito sobre o Hospital de Base. O Hospital de Base é que atende, os Srs. estão vendo, gente vinda não sei de onde. Chega gente de Rondônia, como no dia em que o Governador foi até o Hospital de Base e viu um senhor recém-chegado de Rondônia para fazer uma cirurgia de câncer abdominal, e tantas outras coisas. Ambulâncias que vêm diariamente de Unai, de Paracatu ou de não sei onde, e descarregam os pacientes no Hospital de Base.

Então, os Srs. estão ouvindo a toda hora o Hospital de Base, Hospital de Base, e nunca, a não ser há um ano e meio, talvez, se fez alguma coisa pelo Hospital de Base. A única pessoa que fez alguma coisa, e pouca coisa, não sei se pelo pouco tempo em que esteve aqui ou por falta de condições mesmo, foi o Governador Ornellas, recém-saído, que começou uma recuperação do Hospital. Infelizmente, não terminou nem o que havia começado. S. Ex^a fez alguma coisa sim, tanto que, quando o Presidente Tancredo Neves esteve internado lá, fez uma ala que pôde abrigar, inclusive, os jornalistas e todo o pessoal porque, do contrário, o pessoal teria que ficar na rua, pois não havia mesmo onde ficar.

Na última semana, o Governador José Aparecido esteve no Hospital. Percorremos com S. Ex^a as diversas unidades e locais. Quando saiu alguém lhe perguntou: "Gostou, Governador?" E ele disse: "Detestei".

De fato, o que ele viu era coisa impossível de se acreditar. Só passando lá para se ver o que acontece ali dentro: pessoal trabalhando a 40 graus de temperatura, porque não há exaustor, não há nada. Nunca ninguém viu nada sobre o Hospital de Base. Só os elevadores, que trabalham, pobres coitados, há 25 anos, sem nenhum conserto, nenhuma modificação. Locais de trabalho sem condição nenhuma de trabalho.

Peço que não se olhe só para os hospitais das cidades-satélites, não se façam mais hospitais para lá, e que consertem o nosso daqui, que é onde de fato se atende a todo mundo e que é o cartão-de-visita do Distrito Federal. Esse cartão-de-visita tem que ter pelo menos umas letreiras mais bonitas ser melhor visto e melhor administrado, no sentido de cima, para se fazer alguma coisa pelo nosso hospital de Base. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Continua facultada a palavra.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Dr. Francisco Barbosa da Costa.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Naquela hora eu havia invadido, já tinha combinado, o pouco tempo do Dr. Anísio Pires de Freitas. Sempre invado, realmente, os tempos.

Em relação ao que a companheira do Hospital de Base colocou, é muito correta a sua preocupação com o Hospital de Base, que é a nossa. Dentro de um sistema que comportasse um hospital de base, o Distrital devia ser um hospital de base.

Temos dito, inclusive no nosso documento, que acabei de entregar ao Presidente, que de base ele só tem a placa. Também não é da Base Aérea, como alguns aeronautas pensam.

Devia ser o hospital de base de um sistema, quer dizer, a ponta da pirâmide de um sistema hierarquizado e sério, o que não acontece. O Distrital está pior.

Há um pequeno equívoco na colocação da companheira, devido à pressa. A pressa nos faz cometer pequenos equívocos. Como, talvez, esteja sendo gravado ou anotado, pequena correção.

Há que se ter em mente que o Hospital de Base, em determinados setores, será ainda, durante muito tempo, o único — em setores que exigem tecnologia de ponta, em setores que exigem recursos humanos de alta especialização. Em certos setores de atendimento terciário e acima, o Hospital de Base será o exclusivo.

Muito do que vem para o Hospital de Base — de Unai, João Pinheiro, Formosa, das cidades-satélites etc. — vem porque nesses lugares não há serviço. Então, a Dr^a Aversonir, a fim de que a pleitora para o Hospital de Base diminua e para ele só venha o que deve vir para o Hospital de Base, há necessidade sim, e cada vez maior, de que a implementação se dê nas cidades-satélites no entorno, única maneira de não estarmos mandando para cá casos de pernas quebradas e partos. (Palmas.)

É preciso que as autoridades tenham em mente que Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e a área de influência têm conjuntamente mais da metade da população do Distrito Federal, talvez dois terços, e só existe o Hospital de Taguatinga e o de Ceilândia, já precário para a sua população, e aqui, no Plano Piloto, há uma pleitora de hospitais. No plano Piloto há umas 10 terapias intensivas, 2 tomógrafos computadorizados, para uma população de 400 mil habitantes. Qualquer pessoa que mexa com custo de saúde sabe que isto é um absurdo, e nenhum dos dois está nos hospitais públicos que dão atendimento. Um está numa propriedade privada do Sr. Aloísio Campos da Paz, que é o Hospital das Pioneiras Sociais, assim chamado Sarah Kubitschek, administrado como propriedade da família, que, inclusive, não oferece... (Palmas). Quando o Presidente Tancredo Neves precisou, não pôde. Foi um desastre o Presidente estava internado numa ponta e tinha que fazer radiografias na outra, a 500 metros, no Hospital de Base. Um monte de hospitais aqui e as cidades satélites abandonadas.

É preciso, além de dar estrutura ao Hospital de Base, para que seja um Hospital de base, é preciso haver hospital de base, não sei se é lá, mas é preciso haver. As cidades satélites precisam.

O nobre Presidente, Senador Raimundo Parente, talvez me pudesse informar, se me permite perguntar desta forma, creio que Manaus hoje deve ter uns 800 mil habitantes?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Sim, Manaus deve ter uns 800 mil habitantes, seguramente.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — É do tamanho de Ceilândia e Taguatinga a Capital do Estado do Amazonas e tem muito mais estrutura médica, tem até uma Faculdade de Medicina, o Hospital Getúlio Vargas, um Instituto de Medicina Tropical. Taguatinga e Ceilândia não têm nada. São maiores do que Natal...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — E a pobreza é menor ali.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — E a pobreza é menor. Maior do que Aracaju, maior do que muitas Capitais do Nordeste, e Taguatinga e Ceilândia não têm nada, Dr^a

A SRA. AVERSONIR (Hospital de Base) — Não disse isto.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Sei que a Dr^a não disse. Por isso que estou fazendo a correção, a fim de que as notas taquigráficas não contenham equívoco. O que a Dr^a pleiteia, que é o Hospital de Base.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Aviso aos presentes que todos os depoimentos, todas as exposições estão sendo gravadas.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Estou tendo o cuidado de saber que estão sendo gravadas, de modo que o nosso comedimento vai em função disso aí.

A Dr^a está colocando que o Hospital de Base precisa ter a estrutura de hospital de base, que é o que defendemos. No entanto, que as cidades-satélites não sejam descuradas. É preciso realmente cuidar para que lá haja estrutura.

Vou contar só uma estoriuzinha em relação à sua. Quando dirigíamos o Hospital do Gama, acontecia o seguinte, e creio que ainda acontece, o marido da parturiente, desculpem o machismo, mas realmente o pai é sempre o marido, pode até ser outro, mas é o homem que vai ao hospital e procura: — "Cadê a minha mulher, que veio parir?"

Acontece o seguinte, companheiros: quando é a nossa, somos avisados antes, fazem-se as camisinhas, avisa-se ao padrinho, prepara-se o bom uísque para tomar. É uma sociedade de classe, é assim que a coisa se dá. A turma, então, prepara a pinga, está no trabalho. Quando o trabalhador chega ao hospital, sabem o que acontece? Ele diz: "Cadê a minha mulher? Entrou aqui para parir?". A dificuldade para encontrar o papel... Sabemos como é a informática. Aí dizem para ele: "A sua esposa desceu, porque aqui não havia lugar". — "+ Para onde?" — "Para o Hospital Regional da Asa Sul", o que tem maior número de leitos paramaternidade. O homem pega um ônibus chega lá é aquela dificuldade para informação. — "Cadê a minha mulher?" Dizem: "Não havia vaga aqui. Foi para o hospital tal". E de hospital tal em hospital tal, ele acaba numa clínica privada, muitas vezes. Acabava mais, hoje acaba menos. E ele vai buscar lá na Clínica Santa Helena, às vezes — e aqui não há nenhuma pichação, é uma grande clínica. Mora lá no Gama, vem de ônibus, para 2 horas da manhã saber que a mulher pariu, às vezes não dizem se é menino ou menina, porque não podem dizer por telefone, é uma técnica correta. Como ele tem um dia, no dia seguinte volta de ônibus. Quando é feita a biosotomia, sabemos o que acontece. A cidade não pode nem sentar, e volta para o Hospital do Gama, porque não há uma maternidade suficiente. Hoje é fácil, com qualquer trabalho estatístico, prever qual é a quantidade de partos que podemos ocorrer, até por dia, em determinado local, com grande margem de segurança, se houver responsabilidade no planejamento de saúde. A Capital da República, com tudo isso que nosso querido Governador está dizendo que vai recuperar — os jardins, os monumentos, as praças —, é correto, é correto porque temos que nos orgulhar da nossa arquitetura, mas também temos que nos orgulhar da nossa saúde. Bandeira de

Melo tinha, para a saúde, o mesmo valor que Niemeyer, só que as obras dele, como eram de serviços, acabaram, e as de Niemeyer algumas alteraram, outras enfeieram, mas ainda permanecem e são recuperáveis. Precisamos de um Burle Marx e de um Niemeyer no setor de saúde, e esta é a tarefa dos Srs. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra à Dr^a Samara.

A SRA. SAMARA (Hospital Regional do Gama) — Falar depois do Dr. Costa fica até um pouco difícil, depois do diagnóstico da saúde, da sua experiência, da vivência, do tempo de Distrito Federal que ele tem, fica até um pouco difícil.

Neste pouco tempo que temos trabalhado no Gama, temos notado um item que aqui faltou reforçar e vai ficar registrado e gravado — a questão da duplicidade de serviços, a questão da falta de integração dos órgãos que prestam atendimento médico.

Vemos no Gama, por exemplo, além da plethora de serviços, da sobrecarga de pacientes do entorno, Pedregal e Novo Gama, que somos obrigados a atender, por falta de uma prestação de serviços de Goiás, ou falta de entrosamento entre o Governo do Distrito Federal e o Governo do Estado de Goiás; vemos ainda que o paciente é atendido no Regional do Gama através dos órgãos da Fundação Hospitalar e através do INAMPS. Quer dizer, o mesmo paciente procura o mesmo médico, às vezes encontra o mesmo médico no Hospital, no Centro de Saúde, e quando procura o INAMPS também está lá o mesmo médico, que o reconhece: "Ué, mas você esteve há dois dias no Hospital? Eu lhe mediquei, passei a mesma medicação".

Ocorre a duplicidade de serviço, a falta de integração entre os diversos órgãos — Fundação Hospitalar, INAMPS e os serviços particulares que existem. Precisa ficar registrado e precisa haver uma melhor atenção neste sentido, para que seja corrigido.

Outro item que vale ressaltar — e aqui é o momento, não podemos perder nenhuma oportunidade, não temos tido muitas oportunidades nestes tempos, este é o início, nós que sentimos diariamente o problema temos que ter mais oportunidades como esta, aqui, no Senado, onde encontramos os políticos que representam a nossa vontade, portanto, tem que ser cobrada, afinal, os elegemos para isto — outro item é a questão da dotação orçamentária para o setor saúde, vemos que apenas 3% do orçamento da União é liberado para o setor saúde. Por quê? Não é prioritária a saúde? Afinal, como é que podemos construir um Brasil novo, um Brasil melhor com o trabalhador doente?

Então, é necessário que se revejam esses índices, que sejam realmente dotados para o setor saúde os índices pedidos, solicitados pelos diversos órgãos, pelas diversas entidades de saúde, os quais, se não me engano, são a partir de 8%. No dia 20 ou dia 22, haverá, em Brasília, o V Congresso de Entidades Médicas, em que este ponto deverá ser reforçado — a questão do sistema único de saúde e a questão da dotação orçamentária para o setor saúde, que terá que ser no mínimo de 8%, para que realmente a Nova República tenha a sua função de algo novo, a partir do que já temos, a partir do povo, que foi capaz, através de suas manifestações pelas eleições diretas, na praça pública, foi capaz de romper esse regime autoritário e caminhar para um Brasil forte, novo, onde realmente o nosso povo seja o senhor da nossa história. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Continua facultada a palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem queiram falar, concedo a palavra ao eminente Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Creio que os Srs. não poderiam ter encontrado porta-vozes mais fluentes, mais competentes e mais adequados do que estes que aqui se expressaram e, em dado momento, chegaram a nos emocionar.

Minha solidariedade à categoria é aquela imanente a toda atividade pública que tenho exercido. É que, antes de ser senador, sou fundamentalmente, basicamente, um médico, e como tal é que me comporto diante deste epi-

sódio, diante desta greve, diante deste trauma que está vivendo a classe e que está vivendo a população de Brasília.

A bom da verdade, preciso fazer, um esclarecimento. Não pertencço à Comissão do Distrito Federal, tampouco pertencço à Comissão de Saúde do Senado Federal, porque sou Membro da Mesa Diretora do Senado, sou 3º-Secretário do Senado, e, como tal, estou regimentalmente impedido de pertencer à qualquer Comissão. Os Srs. não de se perguntar então, o que é que o Senhor está fazendo aqui?

Além do interesse que tem a própria Mesa Diretora do Senado na questão, recebi um telefonema do Governador José Aparecido de Oliveira, pedindo que me envolvesse na questão, pedindo que ajudasse os Companheiros Mário Maia e Lourival Baptista num trabalho de mediação, num trabalho de entendimento, num trabalho de negociação.

Então, dentre outras razões, além do fato de ser médico, além de pertencer à Mesa Diretora do Senado, estou aqui atendendo, também a um pedido pessoal do Governador José Aparecido, que me solicitou esse empenho.

Sei que isto é pouco, a minha presença não seria suficiente para fazer as coisas avançar. De qualquer forma, me impedem de considerar que a atitude do Governador seja exatamente de indiferença. Pelo menos da minha ótica pessoal, tenho de compreender que o Governador José Aparecido está preocupado com esta questão, que está também vivendo dias de desconforto, de intranquilidade, e não apenas passeando bucolicamente pelos jardins.

É depoimento que tenho de fazer, a bem da verdade, aqui estou obrigado, embora reitere aqui, com todo empenho e toda insistência, a minha atitude, atitude prévia, atitude de predisposição, atitude de boa-fé, a atitude básica do companheiro médico que trabalhou aqui em Brasília, que fez a sua residência médica no Hospital de Base, no 4º andar, em cirurgia, e se orgulha de proclamar: o pouco que aprendi em Medicina, o interesse com que exerci a profissão, a experiência que adquiri, tudo isto foi haurido no 4º andar do Hospital de Base do Distrito Federal.

Tenham-me os Srs. nesta conta. Embora esteja chegando ao problema agora, e já há não sei quantos dias, há 8 dias de greve, quero consignar o meu comprometimento de, tanto quanto possível, tentar solucionar esta questão favoravelmente e com toda a objetividade que estiver ao meu alcance.

Foram colocadas pelo Dr. Francisco Barbosa da Costa, fundamentalmente, três reivindicações, e vou começar pela mais fácil — o problema da representação, em todos os níveis, para o Distrito Federal.

Não preciso insistir muito nesta questão. Todos conhecem o nosso posicionamento. Hoje, quero crer, o projeto a proposta que foi aprovada, de representação do Distrito Federal — do três senadores oito deputados, por enquanto — se não é de minha autoria, pelo menos coincide inteiramente com a proposta que conduzi, pessoalmente, a todos os níveis discutindo na plataforma da Estação Rodoviária, tomando caldo-de-cana e comendo pão doce, que discuti em Ceilândia, em Taguatinga e também em outros foros mais atapetados, como a Associação Comercial e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.

O Senador Mário Maia, não tenho nenhuma dúvida, partilha o mesmo ponto de vista, pois que é também autor de proposição neste sentido. Este é um terreno fértil e, não precisamos discutir muito sobre isto.

O problema do Plano de Saúde é matéria de médio prazo — para o Distrito Federal. Temos condição de motivar este Congresso, de envolver o Senado da República e de envolver, também o Poder Executivo, em todos os níveis, para se tomar uma atitude séria e definitiva com relação ao setor de saúde do Distrito Federal. (Palmas.)

Concordo, em gênero, número e grau, o que está aí não pode continuar. É uma vergonha que se coloca à face não apenas de Brasília como mas de toda a República, de toda a Nação. Afinal de contas isto aqui é a Capital. Como bem frisou o Dr. Francisco Barbosa da Costa, queiramos ou não, todo o processo de decisão sobre a

vida do País gravita em torno de algumas milhares de cabeças que transitam por aqui ou moram aqui no Distrito Federal, que, até pela responsabilidade que têm para além dos limites do Distrito Federal, merecem um tratamento adequado, merecem uma segurança, merecem um apoio logístico que é absolutamente fundamental, para a tranquilidade, para a serenidade com que essas decisões precisam ser tomadas.

O Plano de Saúde, para o Distrito Federal vamos apanhar esse pão na unha, vamos tomar essa causa intensivamente, a ela nos dedicar e nos aplicar com todo o espírito, com todas as forças da alma. Agora, com a transparência da Nova República, com a permeabilidade que este regime apresenta a reivindicações de todas as origens, não tenho nenhuma dúvida de que uma sugestão digna de exame, de implementação, terá a acústica necessária, e vamos vencer esta causa.

O problema mais difícil e mais agudo é este agora do atendimento das reivindicações imediatas, no que dizem respeito à sugestão, à proposta dos médicos da Fundação, ou o oferecimento de uma contraproposta já.

Neste ponto, confesso que já apanhei o bonde andando e não cheguei, assim, ao fulcro da questão. No entanto, vou examinar detalhadamente, minuciosamente, todas essas questões, para, então, encontrarmos meios e modos de negociar rapidamente essa solução.

Quando aqui cheguei, a Dr.^a Maria José da Conceição, estava fazendo uma análise, um relatório, uma discussão, um debate mais circunstanciado em torno do assunto. Nem a Dra. Maria José da Conceição nem o Dr. Francisco Barbosa da Costa, chegaram a colocar, pelo menos que eu ouvisse, o ponto de vista que até aqui foi conduzido pelo Poder Executivo, ou seja, pelo Governador José Aparecido, pelo Secretário Mosconi ou mesmo pelo Ministro João Sayad.

O nosso trabalho como mediadores ou, pelo menos, trabalho auxiliar, na medida em que os canais de comunicação se forem fechando, se forem dificultando, o nosso trabalho, fundamentalmente, é tentar encontrar uma aproximação, é tentar encontrar uma conta de chegar e ver até que ponto é possível se fazer concessão, até que ponto é possível se considerar, também, as vicissitudes da outra parte. Desconheço, porque não me foi dito pelo Governador José Aparecido, também, o ponto de vista do Governo. S. Ex.^a me pediu apenas que me envolvesse nesta questão e, participasse inclusive, desta reunião, mas não me detalhou. Não tenho nenhuma dúvida, não coloco sequer em questão, 1 milhão e 200 mil cruzeiros, é salário absolutamente sórdido, absolutamente indigno para a profissão. (Palmas)

Gostaria de conhecer dos seus representantes, dos seus líderes, até aqui o que foi dito, efetivamente, pelo Secretário Mosconi e pelo Governador José Aparecido, a razão, porque até agora não se atendeu, ou por que têm encontrado dificuldades para examinar soluções que se nos afiguram tão justas e, sobretudo, colocadas com tanta clareza e com tanta precisão.

O SRA MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — Esclareço ao Senador que, realmente, havíamos feito aqui um preâmbulo, algumas explicações do que seriam as nossas reivindicações salariais em um processo de negociação que se estabeleceu com a Secretaria de Saúde. Infelizmente, e o próprio Senador reconheceu, V. Ex.^a não estava presente no momento em que isso foi colocado.

Ressaltamos apenas alguns itens: primeiro, nossa proposta de reivindicação é muito simples e está nessa folha colocada sobre a mesa.

O SR. MARCONDES GADELHA — Tenho aqui, no papel, a proposta e vou examiná-la cuidadosamente. Queria conhecer o ponto de vista do Executivo, o que lhes foi dito pelo Governador José Aparecido e pelo Secretário Carlos Mosconi...

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — O ponto de vista do Executivo é muito fácil de ser colocado. Na verdade, até o momento, após 8 dias de greve e 15 dias de negociação direta com a Fundação Hospitalar, não houve a colocação de nenhuma contraproposta pelo FHDF. A proposta estabelecida pelo Sindicato foi consi-

derada impossível de ser atendida, em cima do ponto em que o Governo continua a se ater — a questão da reposição salarial. Embora o Sindicato, todo o tempo, tenha colocado, enfaticamente, que não estamos aqui negociando palavras, reposição salarial, estamos negociando aumento de salário, e que, do nosso ponto de vista, não há nenhum empecilho da mudança da palavra, semântica não é o nosso forte, o nosso forte é receber o aumento salarial. Não recebemos por parte da Fundação nenhuma contraproposta. Até o momento o Governo não formalizou nenhuma alternativa de negociação. Como se vai discutir uma reposição, ou qualquer nome que isso venha a ter, se não temos o caminho da discussão? Temos o nosso, do sindicato. Entretanto, o Governo não nos apresentou a sua alternativa. Daí hoje estarmos aqui solicitando que o Governador José Aparecido traduza no papel e assine embaixo a contraproposta que a Fundação queira negociar com a Diretoria do Sindicato.

O SR. MARCONDES GADELHA — Indago: além de não ter apresentado qualquer contraproposta, não deu qualquer explicação para essa aparente...

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — As explicações, na verdade, foram dadas de forma confusa. Desde sexta-feira que havia sido estabelecido um princípio de negociação, de acordo com aquilo que o Governador determinara, se mudaria o eixo da discussão de reposição salarial para um eixo diferente, que seria a concessão de gratificações de 80%, semelhante ao que a Previdência Social concedeu e um remanejamento de 12 referências dentro do quadro de carreira. Surpreendentemente, na segunda-feira, o eixo da discussão deixou de existir e nos foi apresentado que haveria possibilidade de negociação de uma proposta secreta.

— Enfatizo muito esta questão da proposta secreta, porque mostra a realidade da nossa discussão. Quer dizer, o sindicato negocia uma proposta que nem ele tem conhecimento. É difícil de se negociar nestes termos. Aliás, é impossível.

Diante disto, tivemos um contato com o Governador ontem e ele nos colocou princípios. Esses princípios seriam: isonomia salarial entre a Fundação e o Governo do Distrito Federal e o remanejamento das 12 referências dentro do quadro de carreira. No entanto, S. Ex.^a nos alertou para o fato de que precisaria do aval da SEPLAN, para que tivesse uma proposta formalizada e assinada por ele, Governador José Aparecido. A situação é realmente esta. Uma situação auto-surrealista: negocia-se sem saber o que se está negociando.

O SR. MARCONDES GADELHA — Indagaria se o sindicato fez um levantamento sobre a significação, sobre o peso específico dessas propostas, sobre as diversas rubricas do orçamento do Distrito Federal. O que isso significa em termos reais?

O SRA MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — Esclareço alguns pontos: primeiro, compete à empregadora nos fornecer os dados para que esses termos que o Senador colocou aqui sejam efetivados. Não temos acesso à estrutura da Fundação ou conhecimento sequer dos dados de orçamento, pagamento, etc. para que pudéssemos trazer aqui dados reais. Mesmo assim, preocupados, inclusive, de que essa indagação surgiria a qualquer momento, tivemos a boa vontade de um companheiro nosso, o Dr. Blasco Miranda, que teve tempo de fazer os cálculos objetivos de quanto isso iria suplementar a nossa folha orçamentária. Não vai muito longe, Senador. Isso aí, com esse pouco que se está pedindo, passaria a nossa folha de pagamento para 7 bilhões de cruzeiros, que dentro do orçamento da Fundação Hospitalar, não é um número significativo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Atualmente, quanto é?

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — Atualmente são 18 bilhões de cruzeiros.

O SR. MARCONDES GADELHA — Aumenta em sete.

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — Exato. Aumenta sete. Vai para 25. Isso com os cálculos que estamos negociando atualmente. Em outras bases, dificilmente teríamos condições de trazer os dados, porque a eles não temos acesso. A Fundação, sim, deveria transmitir a esta Casa esses dados reais.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não sei se posso inferir, daqui, já que a solicitação global dos Srs. não significa sequer um aumento de 50%.

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — 35,6% de aumento.

O SR. MARCONDES GADELHA — Indagaria se é por isso que o Governador José Aparecido acha que precisa ter o aval do Ministro Sayad. Se S. Ex.^a considera que isso é muito oneroso sobre o orçamento. Que percentual representa no orçamento global do Distrito Federal?

A SRA. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO (Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal) — A questão não passa por esta colocação — o que significa dentro orçamento. A questão a discutir é a própria representação política do Distrito Federal. A colocação do Governador faz-se sempre no mesmo sentido — a autonomia do Governo do Distrito Federal. Não há autonomia. A mudança do orçamento do Governo do Distrito Federal é determinada pelos escalões federais. Naturalmente há a colocação de que está presa à SEPLAN. Cria-se, então, um choque interessante. Nos outros Estados, o Governo tem a autonomia de negociar e de modificar os seus orçamentos. O Dr. Costa citou. Isto aqui, e o citei no início. No Governo do Distrito Federal a negociação é direta com a SEPLAN. Inclusive, se pergunta, será que para o Governo do Distrito Federal não seria importante, citei, um escritório da SEPLAN, em vez de um Governo, porque aí, realmente, a negociação efetuar-se de forma mais rápida. (Palmas)

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Nobre Senador, Marcondes, permite-me uma colocação?

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não

O SR. FRANCISCO BARBOSA DA COSTA — (Presidente do Conselho Regional de Medicina) — Não destaquei no início, mas realmente este é um momento importantíssimo. Estamos discutindo no Senado Federal. Coloquei este ponto ontem na Assembléia. Realmente é um espaço importante. Inclusive temos de reconhecer que estamos com outro Senado, ou seja, com outra postura, me permitam os Srs. Senadores, que não haverá de concordar, evidentemente, mas é a nossa impressão.

As perguntas do Senador Marcondes Gadelha nos deixam muito felizes, por que já demonstram o interesse prático na solução do problema. Com a experiência que o nosso caro Senador possui, provavelmente avançaremos pouco concretamente, mantendo o diálogo no ar. Creio que, em off, uma Comissão que realmente vá discutir esses pontos, inclusive com os dados técnicos, talvez avance mais. Sei que o Senador está realmente buscando informar-se diferentemente. Não é qualquer manobra diversionista, ou para esvaziar a discussão, porque conhecemos o passado do Senador. V. Ex.^a está efetivamente preocupado em se informar, a fim de poder intermediar o problema. Tenho medo, entretanto, que nos números soltos ao microfone assim, e não tendo a nossa Presidente todos os dados e os dados do Governo nas mãos possam permitir inferências que não sejam reais, como, por exemplo, acabamos de tirar agora do percentual. De fato, a proposta não é só de 32, pisos por cento. Ela tem uma questão maior e importantíssima, que é a questão dos companheiros que trabalham em cidades-satélites, que é a questão da interiorização, que é a questão de pagar a mais a quem trabalha nas cidades-

satélites, a fim de que se fixe na cidade-satélite. A própria Previdência Social já fez isto, dá 40%.

O curioso disto tudo, Senador, são os níveis de discussão, isto que a Dr.^a Maria José da Conceição está tentando colocar. Proponho possamos discutir os números em Comissão, realmente assentarmos ali, e levar para frente, para se poder ter idéia em cima dos números da Fundação.

O Deputado Carlos Mosconi manifestou-se, até agora, interessado, na busca de uma solução. A impressão que temos tido é que os níveis de decisão e os níveis de poder é que estão dificultando as coisas. Conversa-se com o Deputado Carlos Mosconi e se sente a sua vontade de conceder. Inclusive ontem desceu à manifestação de mil funcionários, falou no megafone, se solidarizou também, como o Senador, com a nossa posição. E nem poderia ser diferente, porque, antes de tomar posse como Secretário, estava solidário, e continuou. O que ele tenta articular não tem passagem a nível do Governo. Então, vão conversar alguns interlocutores nossos junto ao Governo. A posição do Governador José Aparecido, depois que visitou os hospitais, é esta, de horror, como o Senador também coloca. No entanto, disse o Governador que não tem nível de decisão, que é da SEPLAN. Quando se chega à SEPLAN, não se sabe mais se é com o Ministro Sayad ou se é com o Ministro Dornelles, ou com o FMI. (Palmas.)

Continua a questão colocada de o FMI estar aparelhando a nossa negociação.

Se formos procurar o rastilho, chegaremos à postura do Governo diante do gasto público. Esse discurso, politicamente, não aceitamos como trabalhadores. Não é com o arrocho salarial, com a desculpa de que não temos dinheiro que vamos solucionar esse problema. Talvez não se tenha tanto dinheiro, porque o buraco está fundo, mas o eixo da questão não pode ser aí, não pode ser em cima, que é o que a Dra. Maria José da Conceição está colocando. Conhecemos o discurso do Governador José Aparecido é um homem brilhante, não há dúvida. De concreto, é o que falta, Senador.

A primeira proposta do Deputado Mosconi, aparentemente — e não começou com Mosconi, e sim com o Secretário que o antecedeu, começou com Tito Figueiroa, passou para Célio Menicucci, que foi interino, na época do nosso Costa Couto, e depois entrou com Mosconi, e agora com o Governador — a primeira impressão que dava é de que estava tudo certo em relação à produtividade, de 6%, e eles estavam propondo 2, chegaram a propor 2, pedimos 6, o Governador falou em 2. Falou, mas não escreveu. Em relação à questão das cidades-satélites, proupuseram primeiro um escalonamento, de acordo com a distância, tantos quilômetros será tanto, e depois não era mais, era 40% para todo mundo. Depois, que não era mais 30, que o Governo ia assinar com 20% de reposição salarial. No entanto, tudo isso na conversa, no papo. De repente, não mais era nada disso. Descobriu-se que o Governo do Distrito Federal tinha ganho aquelas vantagens que o servidor público ganhou, enquanto Governo, e nós, enquanto Fundação, entidade pública de Direito Privado, não tínhamos os mesmos benefícios do servidor público, por sermos uma entidade de Direito Privado, Fundação Hospitalar. Não queremos abrir mão disso. Muito cuidado com as manobras em que tentam nos colocar como servidor público; e deslocar o eixo da questão. Entendemos que não passa por aí. Acharmos que é também semântica. O patrão é o mesmo, é o Governo, é a SEPLAN, é o nosso Presidente Sarney. O patrão é o mesmo. Se estamos no Direito Privado e outro, no Direito Público, isto é nuança, que é, muito bonito para os técnicos resolverem não para nós neste instante. De repente não eram mais aqueles 40, nem os 2, nem os 20 eram 80%. Daqui a pouco não é mais 80%, porque há uma dificuldade legal. O Governador acena com isso, mas não sabe em que nível decide. Até agora, o Governo não pôde. Está demonstrando algum interesse aparentemente, não é conversa, não mas pôde formular algo concreto.

Esta é a nossa reclamação. O setor é essencial, e não há algo concreto. Antes a conversa era com o Secretário, agora já é com o Governador, agora é com a SEPLAN.

O mesmo se passa também, Senador, com os professores. Os professores até acreditaram que realmente era com a SEPLAN, e vieram fazer manifestação pública em frente à SEPLAN.

Entendemos que não é. Entendemos que quem tem que conversar com a SEPLAN é o Governo do Estado. Temos que conversar com o Governador. Se o Governo do Estado tem dificuldades, ele tem que clarear. Diga o Governo Federal não me passa os recursos.

Por que é com a SEPLAN? Porque o Governador colocou, e inclusive está nos jornais de hoje, que parte do nosso orçamento, orçamento do Governo do Distrito Federal para o servidor público é do próprio Governo, está bem colocado no orçamento, mas nós, as Fundações, nós do setor social, educação, segurança e saúde, estamos no Ministério do Planejamento.

Sabemos, Senador, pelos dados que os Secretários nos deram ultimamente, no tal encontro de outubro do ano passado, sabemos que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, consegue produzir, por o seu custeio, na Fundação, menos de 10%. No tempo em que o Senador trabalhou na Fundação, a Secretaria chegou a cobrir até 60% do custeio, vendemos serviço, porque a Fundação vende serviço para a Previdência Social, para o próprio Governo, para o Corpo de Bombeiros; vende para a UNIMED, vende para uma série de setores. Quer dizer, ela recebe dinheiro em contrapartida do nosso trabalho. Hoje em dia, o descalabro é tamanho que não fatura mais. O orçamento do Distrito Federal, que é tão decantado, como sendo um orçamento magnífico, realmente não cobre 10. Menos de 10 ela recebe da Previdência Social, e os 80% restantes são repassados pela SEPLAN.

Este é que é o problema. É que o dinheiro da Fundação... Isso acontece há anos. Não começou com José Aparecido nem com João Sayad. Toda a vida, desde que se criou o Ministério do Planejamento, 80% do orçamento da Fundação vem da Secretaria de Planejamento. A esta altura se dizer que a questão está na Secretaria de Planejamento... Afinal de contas, nos Governos anteriores sempre era o Delfim Netto. Não dá para a discussão continuar no mesmo eixo. Mudou o Delfim, agora é o João, mas é a Secretaria de Planejamento. Acharmos que a Nova República tentou demonstrar uma outra coisa, que não é dizer que todos os problemas deste País, nem termos de salário do trabalhador, passam pelo Ministério do Planejamento. Isto, o Sr. Senador há de concordar, precisamos modificar. Tanto que até o próprio Congresso Nacional está querendo novamente discutir as questões de orçamento deste País, que não podia discutir antes. Concretamente, era solicitar ao Governo, ouvido os escalões competentes, e já tempo para ouvir, que formule algo concreto: não podemos mudar isto, mas podemos mudar isso. E aí vai-se poder discutir. Estamos aqui para isto. (Palmas.)

O SR. MARCONDES GADIELHA — Avançamos bastante — creio — porque começamos a sair de um patamar, mais descritivo para coisas mais concretas, mais objetivas. Não podemos ir tanto ao mar nem tanto a terra. Não podemos concordar que a discussão sobre a autonomia do Distrito Federal passe a ser ponto nodal desta questão, quando há companheiros que estão sofrendo com salários baixos, com dificuldades, e quando sabemos que esta correlação não é tão precisa, como tem sido colocado aqui.

Quando trabalhei, aqui, no Distrito Federal, não se falava sequer em autonomia do Distrito Federal. A população de Brasília, de alguma forma, estava mais ou menos acomodada com a idéia de que era um Distrito Federal, de que aqui era uma jurisdição federal, etc. No entanto, naquele tempo, o salário de um médico na Fundação Hospitalar era equivalente ao preço de um Volkswagen. Hoje somos muito mais autônomos. O Distrito Federal já fala muito mais alto, já fala com muito mais força, com muito mais independência, com muito mais soberania, já vai eleger 3 senadores e 8 deputados federais. No entanto, o salário do médico caiu para uma situação irrisória, comparado outra vez com o preço de um Volkswagen. Naquele tempo era equivalente a um Volkswagen o salário de um médico da Fundação Hospitalar. Hoje o salário de um médico é de 1 milhão e 200

mil, e um Volkswagen está custando 18 milhões de cruzeiros, apesar de sermos hoje muito mais autônomos.

De modo que essa correlação entre autonomia e salário de médico é algo muito discutível, e não pode ser levada como sendo a questão fundamental a ser colocada, ou a atitude prévia, antes da solução do problema.

Temos que resolver o problema, aqui e agora, da reposição salarial, da revitalização da atividade profissional no Distrito Federal, e das condições que tenhamos que oferecer para os médicos.

Aceito a sugestão oferecida pelo Dr. Francisco Barbosa da Costa, que venhamos a discutir, de maneira mais objetiva, num recinto mais próprio, mais privado, e possamos esclarecer detalhadamente a verdade dos números.

Há um problema que realmente não podemos contornar à luz da Constituição vigente — a competência da Secretaria de Planejamento para o encaminhamento de propostas que versem sobre matéria econômico-financeira. O próprio Congresso Nacional, o próprio Senado está vedado, constitucionalmente, de deliberar sobre esta matéria. Não podemos ter nenhuma iniciativa capaz de aumentar despesas. Ainda estamos vivendo sob a égide de uma Constituição que regeu o período autoritário. Estamos vivendo um regime democrático, estamos numa democracia de fato, mas ainda no autoritarismo de direito, porque a Constituição que baliza a vida desta Nação ainda é a mesma que regeu o período autoritário. Só com uma nova Constituição, só com uma Constituição é que vamos chegar a uma relação perfeita entre os Poderes e entre o cidadão e os Poderes. No momento, sobretudo na parte econômico-financeira, existe ainda um autoritarismo, uma centralização muito grande, mas que não é impossível de ser removida, não é impossível de ser contornada.

Infelizmente, queiramos ou não, vamos ter que confiar no diálogo, vamos ter que confiar no entendimento. Não há outro mecanismo para se chegar a uma boa solução neste caso.

Do que pude entender até agora, a questão me parece menos difícil do que quando aqui cheguei. À primeira vista, imaginei, se o médico chega a fazer greve, um setor essencial onde uma greve tem consequências sociais terríveis, incalculáveis, se esse setor decide entrar em greve, é porque chegamos a uma situação realmente insustentável. E a obstinação do Governo não seria tão grande a ponto de ficar cego diante desta realidade. Então, imaginei que o impasse fosse muito maior, fosse muito mais complicado.

Confesso-me esperançoso e otimista que cheguemos, rapidamente, a uma solução para este impasse. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — A Comissão do Distrito Federal, que funciona, como bem disse o Dr. Francisco Barbosa da Costa, como Legislativo do Governo do Distrito Federal, vai receber todas as sugestões, todas as reivindicações, todas as propostas, e irá encaminhá-las ao Governador, de maneira a que prossigam as negociações e o Governador diga se concorda ou não com a proposta feita visando a reposição salarial, ou, então, que apresente, como acentuou o Senador Marcondes Gadelha, que hoje, para satisfação nossa, dá um grande reforço a esta Comissão, e o Governador diga se aceita ou não, e, após, apresentando a contraproposta, haja aquela reunião a que se referiu o Dr. Costa, a fim de que todos os dados sejam examinados com segurança e precisão, em busca de uma solução que concilie os interesses das partes interessadas, os médicos, que reivindicam uma reposição salarial que julgam justa, em face de vários fatores, e a do Governo do Distrito Federal, que, me parece, está encontrando dificuldades, a nível financeiro, para atender ao pleito.

Nós, da Comissão, estamos aqui sempre à disposição, não só dos médicos como de toda a população de Brasília, através de suas categorias profissionais, para receber, recolher e tentar ajudar em todos estes problemas salariais, sejam quais forem.

Os nossos representantes nessas negociações são os Senadores Mário Maia e Lourival Baptista. Agora vamos contar com a colaboração, preciosíssima, no meu modo de ver, do eminente Senador Marcondes Gadelha. Marcondes Gadelha, como nós, está há 20 anos em Brasília.

Foi Deputado Federal, como o fomos, hoje é Senador. S. Ex^a já está integrado, como nós também, na sociedade brasileira. Hoje somos também brasileiros. Como brasileiros, também estou, como está o Senador Marcondes Gadelha, como está o Senador Mário Maia e outros Senadores, outros parlamentares, estamos realmente interessados e, dentro do possível, vamos lutar para que isto aconteça, estamos interessados que Brasília tenha de fato, e realmente, representação em todos os níveis. (Palmas.)

Não só no Senado da República, com três Senadores, não só na Câmara Federal, com oito Deputados Federais. Queremos, e o povo de Brasília reclama, e reclama com justa razão, é que tenha também a sua Assembléia Legislativa, é que tenha a sua Câmara de Vereadores, e que tenha, sobretudo, o seu governador eleito. (Palmas.)

Esta, a minha posição. Fui de Governo, hoje sou de Oposição. Não é por ser hoje de Oposição que me estou pronunciando desta maneira. É que, como representante do povo, sinto que este é, de fato, o anseio de toda a coletividade brasileira.

O Senador Mário Maia, a quem a seguir vou dar a palavra, e que irá falar em nome da Comissão, vai, juntamente com o Senador Lourival Baptista e o Senador Marcondes Gadelha, levar todas essas reivindicações, levar as propostas, tudo, enfim, o que foi dito aqui, ao conhecimento do Sr. Governador, que tem representantes, no momento, aqui presentes, e que, certamente, irão dar informações a S. Ex^a acerca de tudo o que foi tratado aqui, porque aqui, apesar de estarmos gravando, não temos segredos. Aqui estamos numa assembléia pública, com a participação de pessoas da mais alta expressão política e social de Brasília.

Renovo o que disse anteriormente. Essa Comissão está à disposição de todos os Srs. Se amanhã quiserem uma nova reunião, e dessa vez, quem sabe, com a presença do Governador de Brasília, Dr. José Aparecido de Oliveira, para que possamos, nesta oportunidade, firmar e acertar pontos de vista, enfim, encontrar uma solução para este problema, que é um problema sério, problema que vem afetando seriamente a população de Brasília, se quiserem esta reunião, se sentirem que há necessidade, se sentirem que virá resolver o problema dos Srs., se quiserem este diálogo mais direto com o Governador, a Comissão está à disposição. (Palmas.)

Com a palavra o Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Serei breve, porque — creio — o assunto está bem explanado e, esgotados todos os aspectos de esclarecimento à Comissão.

Com respeito às colocações que o Colega Francisco Barbosa da Costa fez, da imediata contraproposta do

Governo, o Plano de Saúde do Distrito Federal e o apoio de representação política do Distrito Federal, deixo aqui também o meu ponto de vista, que já é conhecido, pelo menos parcialmente, pela população do Distrito Federal.

Temos um projeto em tramitação no Congresso Nacional. Inclusive passou em todas as Comissões e já está com a discussão encerrada, está em processo de aguardo de votação. Esse nosso projeto foi beneficiado parcialmente, porque a nossa proposição reivindicava a liberação das áreas consideradas de segurança nacional, a liberação com a eleição dos prefeitos, a representação para o Distrito Federal em todos os níveis — para governador, para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Só não propusemos a Câmara de Vereadores, porque entendemos ser da competência da Assembléia Legislativa, para ver como ficaria definida a parte municipal do Distrito Federal. Ficaria, então, na Constituinte do Distrito Federal.

Esse nosso projeto, graças a Deus, já foi parcialmente aprovado por proposições outras, pela Emenda nº 25, foi aprovada a representação da Unidade Federativa, isto é, o Distrito Federal agora é representado, como as demais Unidades Federativas, exceto os Territórios, no Senado da República — tem três senadores. Na Câmara Baixa do País, também em âmbito federal, será representado por oito deputados. Entretanto — este é o ponto de vista pessoal —, mais importante do que essa representação no âmbito federal seria a representação local, através da eleição do prefeito, e a sua Assembléia Legislativa, para que não haja mais essa representação emprestada, de pedirmos ao Senado da República tenha uma Comissão que venha a representar os interesses do Distrito Federal. É muito falha, porque trazemos os problemas de vários recantos do País. Já estamos muito envolvidos por eles, e, por mais que nos esforcemos, nos fica difícil representar também os problemas daqui, do Distrito Federal, mesmo porque a nossa passagem é constitucionalmente efêmera. A Assembléia Legislativa seria mais permanente, tradutora dos interesses do povo do Distrito Federal.

Portanto, nosso projeto já foi aprovado em parte. Resta apenas a parte do governador e da Assembléia Legislativa, que lá já está inserida.

Na oportunidade, poderemos fazer uma campanha para a aprovação do que resta do Projeto Mário Maia, e já a teremos bem encaminhada, porque já em fase de votação. Através dessa emenda, a representação completa do Distrito Federal, para o Governo e Assembléia Legislativa. Em decorrência, virá, em prazo médio, o Plano de Saúde para o Distrito Federal, em virtude das resoluções

que tomarmos agora, colocando as reivindicações dos médicos no devido patamar de discussão, com soluções objetivas.

Para encerrar, sugiro, com a permissão da Presidência da Comissão do Distrito Federal, solicitemos à Secretaria dos trabalhos faça uma ata resumida do que aqui foi discutido, com pontos fundamentais de fecho, que seria — acredito — uma exortação à S. Ex^a o Sr. Governador, para que apresente a contraproposta em termos objetivos, a fim de que, de amanhã em diante, possamos discutir uma solução final. Estes últimos dias foram contra os nossos interesses, porque houve um feriado, um dia impensado, sábado e domingo. Foram dias em que naturalmente o Governador não pôde informar-se melhor com os órgãos superiores. Agora não podemos mais perder tempo. Daqui já poderíamos partir para, talvez ainda hoje, até o anoitecer, levar o que foi decidido aqui para a Comissão e solicitar do Governador uma contraproposta concreta, em face das reivindicações colocadas pelos médicos ontem, na assembléia. Verificamos que originariamente, e creio que ainda não se desistiu de nenhum desses pontos, a reposição salarial é em termos de 35,6%, são os 40% de interiorização, isto é, seria esta a gratificação para os médicos que trabalham nas cidades-satélites, nas vizinhanças — a interiorização para o Distrito Federal — entendemos seja isto —, a manutenção do triênio para todos os médicos, a produtividade variando entre 2 a 6%, e a extensão das doze referências aos médicos, aquilo que foi dado aos demais funcionários do distrito Federal. Já existe isto concretamente, oferecido pelos médicos. Então, o Governo tem nas mãos algo a ser estudado, e, em contraposição, oferecer uma proposta.

A Comissão do Distrito Federal se propõe a enfatizar estes pontos de reivindicação dos médicos e solicitar a imediata contraproposta do Governo.

Esta, a nossa sugestão.

Agradecemos ao Presidente e adiantamos aos Srs. Médicos e à Comissão que continuamos aqui, em Brasília. Não vamos viajar por todo este mês. Estamos com viagem prevista só para o início de julho. Estes dias todos estamos aqui, em Brasília. Teremos o maior prazer em acompanhar todos os passos do movimento reivindicatório dos Srs. Médicos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Agradeço a presença de todos e dou por encerrados os nossos trabalhos.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)